

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

OTTO STENKE SINIGAGLIA

O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis,
mulheres transexuais e homens trans.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2020**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

OTTO STENKE SINIGAGLIA

O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis,
mulheres transexuais e homens trans.

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para à obtenção do título de
Mestre em Serviço Social sob
orientação da professora Dra. Maria
Lucia Rodrigues.

SÃO PAULO
2020

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: _____

email: o.stenke@gmail.com _____

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

S617 SINIGAGLIA, OTTO STENKE
O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans / OTTO STENKE SINIGAGLIA. -- São Paulo: [s.n.], 2020.
131p ;cm.
Orientador: MARIA LÚCIA RODRIGUES.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social.

1. Travesti. 2. Transexual . 3. Serviço Social .
4. Cotidiano. I. RODRIGUES, MARIA LÚCIA. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

OTTO STENKE SINIGAGLIA

O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis,
mulheres transexuais e homens trans

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para à obtenção do título de
Mestre em Serviço Social sob
orientação da professora Dra. Maria
Lucia Rodrigues

Aprovado em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Lucia Rodrigues - PUC/SP

A todas travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas não-binárias e pessoas que não se sentem representadas por um sistema de gênero que limita as possibilidades de compreensão e experimentação dos corpos. A nossa resistência e luta é cotidiana por outra ordem societária.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe Alice, por sempre me encorajar a seguir meus sonhos, e me apoiar nos momentos mais difíceis e incertos. As suas palavras de incentivo, otimismo e orgulho me deram à força necessária para seguir estudando e enfrentando as adversidades da vida, sem desistir do mestrado e almejando novos objetivos e voos.

A minha orientadora, Maria Lúcia Rodrigues, que acreditou e apostou na materialização e concretização deste trabalho. Agradeço por sua confiança, orientação e dedicação.

A todas as amigas, especialmente Flávia e Marcelo, meu muito obrigado. Vocês foram fundamentais para concretização desta dissertação. Vocês contribuíram imensamente na reta final deste trabalho com suas palavras de apoio, força e cumplicidade, sem vocês este trabalho não teria se concretizado. Por isso, meu muito obrigado.

A toda equipe do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Butantã, por toda força, incentivo e apoio, por entenderem esse momento e respeitarem as minhas ausências e necessidades de dedicação à dissertação.

A Andréia, secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela paciência e respostas às inúmeras perguntas e questionamentos.

A todas assistentes sociais que contribuíram com esta pesquisa, que sem as quais tais reflexões não seriam possíveis e contribuíram com o meu processo de aprendizado profissional e pessoal.

A todas as travestis, pessoas transexuais, não-binárias e demais identidades que contribuíram com o desenvolvimento pessoal e profissional.

A Amanda Marfree (in memoriam), com quem tive a oportunidade de trabalhar no Centro de Cidadania LGBT e, assim, aprender tanto sobre militância, População travesti e transexual e com quem tive a possibilidade de visitar valores, conceitos, concepções que alimentam o meu desejo de continuar lutando por Direitos Humanos.

*Muito prazer, eu sou o oitavo pecado
capital
Tente entender, eu sempre fui vista por
muitos como o mal
Não consegue ver, que da sua família
eu sou pilar principal
Possuo você, possuir você
Sua lei me tornou ilegal
Me chamaram de suja, louca e sem
moral
Vão ter que me engolir por bem ou por
mal
Agora que eu atingi escala mundial
Navalha debaixo da língua
'To pronta pra briga
Navalha debaixo da língua
Não sou nova aqui, não te peço licença
Sua permissão, nunca fez diferença
Como toda educação, foda-se sua
crença
Foda-se sua crença*

(Diaba - Urias)

Resumo

SINIGAGLIA, Otto Stenke. **O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans**. 2020. 130 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, 2020.

A presente dissertação tem como objeto o estudo do cotidiano das assistentes sociais com a população de travestis e pessoas transexuais. O objetivo central é analisar e compreender o cotidiano da prática profissional das assistentes Sociais no atendimento das demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans. Nesse sentido, analisamos a relação desenvolvida entre profissionais e população usuária no cotidiano da atuação das assistentes sociais, bem como os conhecimentos profissionais subjacentes necessários ao atendimento qualificado prestado para travestis e pessoas transexuais. Do ponto de vista teórico, parte-se da na construção helleriana de cotidiano como fundamento, e dos estudos sobre sexo, gênero e contrassexualidade como base para a discussão de identidade e corpo. Os procedimentos metodológicos foram uma abordagem qualitativa fundamentada na análise de discurso, com pesquisa de campo realizada com questionário, aplicado de maneira virtual (online) para dezoito assistentes sociais. Os principais resultados da pesquisa apontam para uma produção teórica latente no Serviço Social a respeito da População travesti e transexual e uma lacuna na apropriação dessa produção pela massa de profissionais que atuam em seu atendimento. Foi possível, ainda, identificar que há necessidade de inserção do debate sobre Travestilidade e Transexualidade no processo de formação profissional do Assistente Social, no intuito de propiciar o rompimento com valores e princípios éticos que limitam a possibilidade de existência de travestis e transexuais. Valores e princípios que ao serem reproduzidos socialmente como hegemônicos, reverberam no interior da profissão como produto das relações cotidianas ao qual as assistentes sociais estão inseridas na sua prática laboral.

PALAVRAS-CHAVE: Travesti; Transexual; Serviço Social; Cotidiano.

Abstract

SINIGAGLIA, Otto Stenke. **O cotidiano da Assistente Social com as demandas da população de travestis, mulheres transexuais e homens trans**. 2020. 130 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, 2020.

This dissertation is to study the everyday lives of social workers with the population of “*travestis*” and transsexual people. The overall objective is to analyze and understand the everyday life practice of social workers in meeting the demands of the population of “*travestis*”, transsexual women and trans men. In this sense, we analyzed the relationship developed between professionals and the user population in the everyday life work of social workers, as well as the underlying professional knowledge necessary for the qualified care provided to “*travestis*” and transsexual people. From the theoretical point of view, we start from the Hellerian construction of everyday life as a foundation, and from studies on sex, gender and countersexuality as a basis for the discussion of identity and body. The methodological procedures were a qualitative approach based on discourse analysis, with field research conducted with a questionnaire, applied in a virtual way (online) to eighteen social workers. The main results of the research point to a latent theoretical production in social work regarding the “*travesti*” and transsexual population, but there is a gap in the appropriation of this production by the mass of professionals who work to meet the population's demands. It was also possible to identify the need for insertion of the debate on “*Travestilidade*” and transsexuality in the professional training process aligned with the hegemonic professional project in order to provide a break with values and ethical principles that limit the possibility of “*travestis*” and transsexuals. Values and principles that are still reproduced socially and consequently within the profession as a product of the daily relationships to which social workers are inserted in their work practice.

KEYWORDS: Travesti; Transsexual; Social Work; Everyday Life.

Lista de quadros

Quadro 1: Teses e dissertações em Serviço Social sobre população LGBTI	17
Quadro 2: Material de apoio	19
Quadro 3: Ano de Formação/Graduação	74
Quadro 4: Tempo de Formação x Tempo de atuação	79
Quadro 5: Tempo de trabalho com a População T	80
Quadro 6: Áreas de trabalho	81
Quadro 7: Postos de trabalho	82
Quadro 8: Modalidades de contratação	83
Quadro 9: Como surgiu a oportunidade de trabalhar com público de Travestis e Transexuais?	83
Quadro 10: Quais as principais dificuldades que você sentiu quando começou a trabalhar com a temática?	86
Quadro 11: Quais as principais demandas que você atende no seu cotidiano de trabalho vinculadas à população de Travestis e Transexuais?	90
Quadro 12: Durante o seu trabalho você já presenciou ou soube de alguma situação de violência institucional com essa população? Quais?	93
Quadro 13: O que você diria que é fundamental saber ou conhecer previamente para ingressar no atendimento a essa população?	98
Quadro 14: Durante a sua formação você teve conteúdos que favoreceram o debate sobre Identidade de Gênero? Quais?	104
Quadro 15: Como você avalia que está a formação profissional para atender as demandas dessa população?	108
Quadro 16: Para você o que significa Travesti?	113
Quadro 17: Para você o que significa Transexual?	116
Quadro 18: Tem algo que queira nos contar e sente que não foi contemplado no questionário?	119

Lista de gráficos

Gráfico 1: Cursos de Especialização/Extensão	76
Gráfico 2: Curso de Pós-Graduação Strictu e/ou Latu Sensu	77
Gráfico 3: Atualmente trabalha com a população <i>T</i>	78
Gráfico 4: Já trabalho no atendimento direto à população de Travestis e Transexuais?	79
Gráfico 5: A sua equipe de trabalho é/era multiprofissional para o atendimento a esse público?	111
Gráfico 6: Você considera importante a equipe ser multiprofissional para atender esse público?	112

Lista de abreviaturas ou siglas

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e de Transexuais
BDSM	Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo
CCH	Centro de Combate à Homofobia
CCLGBTI	Centro de Cidadania para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Código Internacional de Doenças
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRD	Centro de Referência e Defesa da Diversidade
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
População T	População de Travestis e Transexuais
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 – Da baunilha ao couro: o que é opressivo e o que é libertador?	26
1.1 SEXO – Baunilha e sua capacidade homogeneizante	28
1.2 GÊNERO – Crème de la crème	33
1.2.1 Movimento Feminista	36
1.3 CONTRASSEXUALIDADE – A liberdade do couro e do dildo	39
Capítulo 2 – Resistir para existir, existir para reagir	44
2.1 O cotidiano gênero dissidente	45
2.1.1 Preconceito	47
2.2 Quem se importa com as travestis e pessoas transexuais?	51
2.3 Por outra ética, uma ética transviada!	57
Capítulo 3 – A construção de uma identidade: Percurso metodológico	65
3.1 Exploração do material	67
3.2 Organização das informações e análises iniciais	71
3.2.1 Identificação do público participante	74
3.2.2 Profissionais que trabalham direito com a população T	78
3.2.3 Tempo de trabalho	79
3.2.4 Tipos de instituição/serviço	81
3.2.5 Contratos de trabalho	83
3.2.6 Oportunidade de trabalho com a população T	83
3.2.7 Dificuldades enfrentadas no trabalho cotidiano	85
3.2.8 Conhecimentos indispensáveis para trabalhar com a população T	98
3.2.9 Preparo na formação profissional para trabalhar com a população T	104
3.2.10 Configuração das equipes de atendimento	110
3.2.11 Significado de ser travesti	112
3.2.12 Significado de ser transexual	116
3.2.13 Comentários	118
3.2.14 Observações	119
Considerações Finais	122
Referências	127

Introdução

As indagações contidas neste estudo são oriundas da reflexão a respeito do exercício profissional no atendimento direto às demandas da população LGBTI. Considera-se que para trabalhar com a diversidade de manifestação da população LGBTI e compreendê-la em sua especificidade, é preciso construir para a área de Serviço Social um escopo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político para a execução de sua *práxis*. O novo contexto cotidiano no qual as/os profissionais estão inseridas/os exige a abertura de novas competências e ressignificações do contexto social, com o intuito de ampliar, aprimorar e qualificar a atuação profissional.

Assim, o propósito deste projeto de pesquisa consiste em compreender a dimensão social da atuação profissional, ou seja, a *práxis* e o contexto da dinâmica de trabalho dos assistentes sociais que trabalham com esta população; verificar de que modo se posicionam e respondem às demandas atendidas numa ambiência sociocultural pautada pelo padrão cisheteronormativo¹. É importante refletir de que maneira, ao longo do convívio com travesti e pessoas transexuais, ocorrem alterações nos padrões de atuação e vivência desses profissionais.

Contexto, este, cuja população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais padece diariamente com a discriminação e forte preconceito, tornando-se assim, vítimas de *bulling*, violência verbal, psicológico-simbólica, física ou fatal. Este escopo violento é perpetuado sob a lógica de uma sociedade que, na construção de sua identidade, exalta comportamentos arraigados de padrões patriarcais, hierarquias sociais, machismo, sexismo e cisheteronormatividade e que não compreende a diversidade e diferentes formas de manifestações da própria existência humana.

1 Trata-se de um conceito que busca evidenciar uma relação de desigual, hierárquica e política entre os corpos, as identidades de gênero e sexualidades. Com isso, compreende-se que exista uma ideia preconcebido de certo e errado, aceito e proibido, envolvendo estes aspectos da vida, com isso os corpos cisgênero (em que a construção da identidade de gênero individual corresponde com a identidade de gênero coletiva, ou seja, os homens nascem com pênis e as mulheres com vagina) e heterossexuais (pessoas de se envolvem sexualmente com pessoas de identidade de gênero diferentes) possuem legitimidade social e exercem poder sobre outras existências, transformando todas as outras maneiras de se expressar em abjeto.

A violência à qual esta população está submetida não é só letal; a violência intrafamiliar² e institucional são uma realidade recorrente na vida da população T, contexto que contribui, entre outras coisas, para uma baixa expectativa de vida, aproximadamente 35 anos, contrastando com a média nacional de 75 anos e; dificuldades para a formação escolar e acadêmica: 0,02% que estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% não possui o ensino fundamental (Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae apud ANTRA, 2018).

Segundo o Dossiê dos Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018³, emitido pela Associação Nacional de travesti e de transexuais, foram registrados 163 assassinatos, sendo 158 de travesti e mulheres transexuais, 4 de homens trans e 1 de pessoa Não-Binária. Entretanto, apenas 15 destes tiveram seus suspeitos presos. O estado do Rio de Janeiro registrou o maior número de assassinatos, seguido por Bahia; São Paulo ficou em terceiro lugar registrando 14 assassinatos; 60% (sessenta por cento) das vítimas tinham de 17 a 29 anos de idade e 82% (oitenta e dois por cento) eram negras ou pardas.

Assim, a intensificação e qualificação do estudo sobre a População travestis e transexual é datada a partir dos anos 2000, momento histórico que demarca o início da implantação de políticas sociais específicas para esta população, um exemplo disto, é a proposta interministerial de promoção e prevenção da homofobia⁴ em nível institucional e social que ficou conhecida como o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), que apoia a criação e a manutenção de Centros de Referência voltados ao trabalho com a população LGBTI; e o Processo transexualizador no SUS (2008) que estabelece a atenção à saúde integral da população de Travesti, Mulheres transexuais e Homens trans.

Uma das propostas do Programa Brasil Sem Homofobia, reafirmada pelo Plano Nacional de Direitos Humanos principalmente no PNDH - 3 (2009), foi a implantação de Centros de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e

2 O Ministério da Saúde (2001) conceitua a violência intrafamiliar como toda a ação ou omissão ocorrida em um núcleo familiar que gere danos ao bem-estar de membros desta família. Sejam, estes, danos à integridade física, psíquica, moral ou emocional, bem como cerceamento de direitos ou impedimento ao pleno desenvolvimento. Para além da limitação do espaço físico, à violência intrafamiliar é caracterizada pelas relações sociais estabelecidas entre as pessoas envolvidas na ação de violência.

3 O trabalho desenvolvido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais pode ser acompanhado pelo Website Oficial da Organização (<https://antrabrasil.org/>).

4 Terminologia que anos depois passaria a ser denominada de LGBTIfobia, compreendendo as múltiplas faces e especificidades do preconceito direcionada a cada segmento da população LGBTI.

Combate à Homofobia (CCH). Os objetivos dos CCH's eram dirigidos à Defesa e Promoção de Direitos Humanos da população LGBTI, configurando-se como espaços destinados ao recebimento de denúncias de violação de direitos humanos da população LGBTI, além de propor um trabalho que visava à difusão de informação a respeito desta população. Deste modo, o trabalho desempenhado por estes equipamentos visa o rompimento de ciclos de violência e também a inibição de tais ciclos.

Todavia a iniciativa do Governo Federal⁵ não estabelecia a responsabilidade administrativa desses Centros; a meta era a implantação, mas não se esclareceu quem deveria implantar (Municípios, Estados ou União?). Com essa falta de direcionamento surgiram diversas modalidades, por exemplo: No Estado de São Paulo (pioneiro na tipificação da LGBTIfobia com a Lei Estadual 10.948/01), optou-se por não adotar a sugestão federal de implantação dos CCH's, fato que ocasionou a municipalização da política LGBT. Já o Estado do Rio de Janeiro adotou uma política a nível estadual e criou o Programa Rio Sem Homofobia.

No contexto das políticas públicas da cidade de São Paulo, documentos da Coordenação de Políticas para LGBTI (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) apontam que o CCH foi implantado em junho de 2006, sendo fruto de um convênio com o Governo Federal que garantiu a verba de implantação do equipamento. Entretanto, a política só foi regulamentada em meados de 2011, com a publicação do Decreto nº 52.652.

O referido equipamento manteve seu funcionamento até meados de 2015, quando passou por reorganização sendo denominado de Centro de Cidadania LGBT⁶. No ano seguinte, houve a expansão da política para três regiões da cidade (Sul, Leste e Norte) e desde então há a promessa de cobertura da região oeste (vide meta 21, linha ação 31.1 - Expandir em uma unidade os Centros de Cidadania LGBT, do Programa de Metas da Cidade de São Paulo de 2017 a 2020⁷).

5 Neste período a interlocução entre o poder público e os movimentos sociais se acentuou, visto que em 2004, ano de lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, a gestão federal estava sob comando do Partido dos Trabalhadores, sendo o primeiro mandato do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011).

6 A sigla nesse contexto particular era composta por LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), a incorporação da letra I (referências às pessoas intersexo) só ocorreu em 2018 com a reestruturação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania pelo Decreto Municipal nº 58.079/2018, alterado parcialmente pelo Decreto Municipal nº 58.123/2018).

7 O Programa de Metas da Cidade de São Paulo consiste em um instrumento de organização da gestão municipal cujo intuito é evidenciar as suas prioridades por meio de ações, projetos, programas

Este contexto de avanço na concepção de direitos e cidadania da população de Travesti e Transexuais contribuiu para a efervescência de um campo de trabalho para as assistentes sociais. Para além de um campo puramente de intervenção, tal setor também vêm se mostrando como uma área de produção de conhecimento para o Serviço Social brasileiro.

Na mesma época de efervescência das políticas públicas específicas, inicia-se na área do Serviço Social a produção de documentos com o propósito de balizar e sistematizar a atuação profissional de assistentes sociais, garantindo os princípios éticos essenciais. Por exemplo: as resoluções nº 489/2006 (que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas por pessoas do mesmo sexo, remetendo aos princípios inscritos no Código de Ética Profissional); nº 615/2011 (que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional); e nº 845/2018 (que dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo transexualizador).

Estes dispositivos são fruto de sínteses que o Serviço Social produziu a partir do acúmulo de conhecimento construído na interação entre a categoria profissional e a população em questão, através da assimilação das demandas e conteúdos dos Movimentos Sociais da população usuária dos serviços sociais e/ou das/os profissionais que compõem este segmento.

Além dos documentos normativos da profissão, a partir 2006, começa a surgir com maior ênfase, uma produção acadêmica voltada à discussão da população LGBTI. Inicialmente, com a tese de doutoramento de Esalva Maria Carvalho Silveira, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que se propunha a discutir a construção social da identidade Transexual.

Nossa pesquisa localizou 18 (dezoito) trabalhos, produzidos nos últimos treze anos, pelo site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com temas relacionados à população LGBTI. Entre eles, 09 (nove) especificamente e unicamente sobre a população de travesti e transexuais. Segue abaixo, o quadro do levantamento das teses e dissertações.

e indicadores, tal instrumento é exigido pela Lei Orgânica do Município desde 2008. O Programa acaba servindo como mecanismo de controle social e avaliação da gestão municipal, e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2017/07/Programa-de-Metas-2017-2020-Final.pdf>.

Quadro 1: Teses e dissertações em Serviço Social sobre população LGBTI

Ano	Título	Autor/a	Nível	Local
2006	De tudo fica um pouco: a construção social da identidade do transexual	Esalba Maria Carvalho Silveira	Tese	PUC – RS
2008	A discriminação contra homossexuais e os movimentos em defesa de seus direitos	Marcelo Ricardo Prata	Dissertação	PUC – Rio
2009	Transcendendo o ideário do arco-íris: da invisibilidade à efetivação de direitos	Marcos Valdir Silva	Dissertação	PUC – SP
2011	Travestilidades: Trajetórias de vida, lutas e resistências como construção de Sociabilidade	Kleber Mascarenhas Navas	Dissertação	PUC – SP
2012	A concepção de família da política de assistência social: desafios à atenção às famílias homoparentais	Ricardo Pereira Soares	Dissertação	UNB
2014	Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere	Guilherme Gomes Ferreira	Dissertação	PUC – RS
2014	A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do Processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro	Mably Jane Trindade Tenenblat	Dissertação	UERJ
2014	Assistente Social, para que e para quem? Uma análise acerca do atendimento às populações LGBT no âmbito do CREAS do Município de João Pessoa - PB	Jéssika Kaline Augusto Ribeiro	Dissertação	UFRN
2014	Famílias (in)visíveis: a realidade de famílias homoafetivas com filhos/as adotivos/as na cidade do Natal/RN	Marta Simone de Morais dos Santos	Dissertação	UFRN
2014	Mãe/Mulher atrás das grades: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina	Amanda Daniele Silva	Dissertação	UNESP
2015	Uma gota no oceano: análise crítica da produção intelectual e política acerca da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social brasileiro (1993-2013)	Daniella Elana dos Santos Cruz	Dissertação	UFRN

2016	Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital	Kleber Mascarenhas Navas	Tese	PUC – SP
2016	Travestis e (re)ações à violência sofrida nos espaços de prostituição na cidade de Campina Grande – PB	Ednaldo da Costa Braz	Dissertação	UEPB
2016	Para além das plumas e paetês: a atuação do Movimento LGBT em Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia	Elton Santa Brígida do Rozario	Dissertação	UFPA
2016	Meu corpo, um campo de batalha: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital	Tibério Lima Oliveira	Dissertação	UFRN
2017	A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise a partir da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores	Marco Antônio Diniz Bastianini	Dissertação	UNESP
2018	Mulheres, mulheres trans e travestis em situação de violência na cidade de Santo André: estratégia de enfrentamento	Léa Gomes da Cruz Soares	Dissertação	PUC – SP
2018	Donas de Rua, Vidas Lixadas: interseccionalidade e marcadores sociais nas experiências de travestis com o crime e o castigo	Guilherme Gomes Ferreira	Tese	PUC - RS

Com o levantamento realizado é possível verificar uma preocupação na categoria profissional com construção da sociabilidade da população LGBTI e, em alguns momentos, com a prática profissional dirigida a esta população. Entretanto – e ao mesmo tempo – percebemos a pouca produção teórica sobre a construção do conhecimento em Serviço Social dirigida à população LGBTI, principalmente para Travestis e Transexuais.

Além da produção das teses e dissertações, a partir de 2016 houve início na área de Serviço Social a produção de materiais para auxiliar a veiculação de conhecimentos às Assistentes Sociais, com o intuito de subsidiar sua atuação destas profissionais com a população LGBTI usuária de seus serviços, tais como:

Quadro 2: Material de apoio

Ano	Título	Autora/Autor	Editora
2016	Assistentes Sociais no Combate ao Preconceito	Conselho Federal de Serviço Social	Serra Dourada
2016	Travesti em Situação de Rua no Centro da Cidade de São Paulo: aproximações à realidade social e às intervenções da política da assistência social	Robson Silva Santos	Editores autografia
2018	Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social	Mirla Cisne e Silvana Mara Moraes dos Santos	Cortez
2018	Diversidade sexual e de gênero e o Serviço Social no Sociojurídico	Guilherme Gomes Ferreira	Cortez

Assim, apresentamos minimamente o Serviço Social enquanto área do conhecimento, ou como produtor de conhecimento, em uma perspectiva de aprofundar o debate a respeito da população de travestis e transexuais a partir da ótica da categoria profissional. Além disso, contribuir para a qualificação da prática profissional daquelas assistentes sociais que estão inseridas em espaços sócio-ocupacionais de intervenção com a população de usuários de equipamentos e serviços.

Por isso, a análise do cotidiano profissional da assistente social se faz relevante, já que o Serviço Social é área de conhecimento e intervenção, já que é uma profissão interventiva na dinâmica das relações de produção e reprodução da vida em sociedade. Por este motivo, a Assistente Social é convocada tanto a compor equipes multiprofissionais em diferentes equipamentos específicos para a população de travesti e transexuais, como de transformar equipamentos que possam ser entendidos como referenciais à população *T*, para incorporarem no seu escopo de trabalho o atendimento humanizado e acolhedor às travestis e pessoas transexuais.

É no cotidiano que ocorre a materialização da prática profissional e que diferentes projetos de profissão disputam espaços, alinhados com propostas de sociedade, portanto o cotidiano se apresenta como o *locus* dos limites e criações profissionais e civis, nos quais se expressam as diferentes concepções sociais, induzidas por um contexto institucional que limita a liberdade de atuação da profissional, além de desconsiderar os valores pessoais e éticos inerentes às

relações sociais construídas no processo histórico das instituições e das/os profissionais.

Nesse contexto, a prática profissional é compreendida como um dos processos de trabalho, uma atividade essencialmente humana, permitindo a intervenção consciente da Assistente Social na realidade. Esta ação é desenvolvida através de diferentes metodologias e análises efetivas das condições sociais para execução de determinadas ações.

Assim, prática profissional do Serviço Social se configura enquanto uma atividade repleta de significação histórica e dinâmica, que se constrói na sociedade na medida em que procura responder às diferentes manifestações da questão social⁸ interpostas à profissão. Deste modo, o Serviço Social é solicitado para atuar com populações de travesti e transexuais, vítimas da violência, da negligência do Estado e da própria sociedade.

É no cotidiano profissional da Assistente Social que a população de travesti, mulheres transexuais e homens trans (população T) buscam amparo legal e/ou de acompanhamento que lhes auxilie na garantia de direitos essenciais, na preservação de suas vidas e de seus modos de viver. De um ponto de vista mais conjuntural, o Serviço Social é chamado a contribuir para a construção de políticas públicas e sociais na consolidação de uma sociedade livre da discriminação por orientação sexual e de identidade de gênero.

Ao trabalhar com casos de acolhimento institucional, por exemplo, o Serviço Social atua na linha tênue do corpo legitimado pelos códigos de inteligibilidade, manifestadas na construção de políticas e na própria política pública. Com isto, a profissional será requisitada para trabalhar com um corpo abjeto que não é traduzido para as políticas, ocasionando o direcionamento da política para o corpo cisnormativo⁹, de acordo com o “sexo biológico”.

8 Compreende-se nesse texto que a expressão questão social a partir de uma matriz teórico-analítica de origem marxiana, em que a expressão traduz uma relação de exploração entre o capital e o trabalho, mediada por componentes históricos, culturais, políticos, geográficos, étnico-raciais, de gênero, sexualidade e etc. Com isso, a questão social se insere como constitutiva do um processo de produção baseado na exploração das forças produtivas, na apropriação privada dos bens socialmente produzidos e no subsequente desenvolvimento de relações estruturalmente desiguais de acesso aos bens socialmente produzidos. Para tanto, recomenda-se à leitura de “*cinco notas a propósito da questão social*”, do José Paulo Netto, e “*Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*”, da Marilda Villela lamamoto, em que à definição da expressão é atualizada e recebe novos determinantes e contornos.

9 Termo que evidencia a designação da identidade cisgênero enquanto padrão ideal e aceitável, renegando as demais possibilidades de identidade de gênero a ideias de proibido, errado e imoral e

É esperado da Assistente Social¹⁰, atenção e capacitação para compreender e atuar nas novas demandas, sem ignorar o particular e universal, principalmente para garantir preceitos éticos como a defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento a favor da equidade e justiça social: “o exercício do serviço social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (BRASIL, 2011, p. 24).

A atuação profissional tenciona mecanismos de dominação e hierarquias de poder, pautadas na luta de classes e endossadas por outros determinantes sociais, como a desigualdade sexual apoiada por uma visão androcêntrica¹¹ que legitima a dominação feminina e práticas de submissão a partir da genitália, mas avançando para a compreensão ou menção de feminino. Desse modo, o gênero adota o caráter de determinante social de diferença, dominação, hierarquia e subordinação.

O gênero, como categoria analítica permite compreender as desigualdades sociais produzidas pelo reconhecimento de diferença entre os sexos. Segundo Butler, a compreensão de gênero deve ultrapassar a ideia de que o contexto social determina “sexos biológicos” ou diferenças naturalmente anatômicas, ou ainda, que sexo e gênero são elementos distintos; a abordagem deve ter seu início na concepção de que sexo e gênero são construções e recebem signos mutáveis, considerando, principalmente, a plasticidade e interdependência de ambos.

Com a categoria de corpos abjetos, a autora Judith Butler (2019a) analisa o binômio normatização/exclusão em suas formas mais extremas. Assim, é analisada a legitimação de corpos ou seus modelos frente a privação de outros, culminando na desumanização e na bestialidade de outrem para garantir a humanização do eu:

favorecendo, assim, o estabelecimento de relações de poder e desigualdade entre as diferentes formas de expressão da identidade.

10 Ao longo deste trabalho será priorizada a utilização de terminologias no feminino em detrimento do masculino, isto quando não houver a possibilidade de substantivos neutros. Busca-se com isso evidenciar a presença, importância, contribuição e história das mulheres no Serviço Social. Ressalta-se que a primeira turma de Serviço Social foi composta exclusivamente por mulheres em 1936, além disso 97% da profissão é composta por mulheres (CFESS, 2005). Assim, faz-se necessário evidenciar por qual sexo, identidade gênero e corpo é protagonista no Serviço Social e assim produzir uma linguagem acadêmica inclusiva na perspectiva do gênero, condizente com a realidade da profissão.

11 É um termo que expressa a tendência de se colocar o masculino, o homem, ou qualquer aspecto a noção de masculinidade como sendo o único padrão aceitável para a representação coletiva, e acarreta uma supervalorização do pensamento oriundo do masculino perpetuando construções desiguais entre homens e qualquer outra forma de se identificar. Um exemplo androcêntrico pode ser visto na linguística, em que sempre tratamos o coletivo no masculino, independentemente das mulheres serem maioria em determinado contexto.

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (2019a, p. 18)

A capacidade de inventividade e de pressão da malha social que a profissão possui deve ser utilizada no sentido de questionar as ideias dominantes a respeito dessa população e propiciar a acessibilidade da população à política social existente, a formulação de respostas para a demanda apresentada com o propósito de alterar as correlações de forças, auxiliando na construção de autonomia dos sujeitos, com um papel estratégico no binômio visibilidade/invisibilidade visto que se referem a minorias invisibilizadas no que concerne a sua cidadania, paradoxalmente visíveis nas argumentações depreciativas e estigmatizantes.

Apesar da existência de preceitos éticos e das resoluções 489/06 e 845/18 do Conselho Federal de Serviço Social, é necessário a apropriação do debate acerca desta população para executar o trabalho proposto e o atendimento adequado, compreender a complexidade da vida desses indivíduos

A natureza interdisciplinar desta prática com áreas como o Direito, a Psicologia, a Biologia, a Medicina, Educação, entre outras, as questões transversais que esta realidade envolve, como por exemplo, religiosidade, fé, moral, cultura, corroboram para a ampliação de conhecimentos superando barreiras disciplinares. A interdisciplinaridade presente revela-se não somente na utilização de métodos de outras áreas como no emprego de conhecimentos do Serviço Social pelas profissões que trabalham com esta questão.

Nesse sentido a interdisciplinaridade além da troca de conhecimentos e de métodos, pode alavancar atitudes e compreensões transdisciplinares que potencializam a ação profissional:

A perspectiva interdisciplinar aspira por mais espaço para o pensamento e por outra postura profissional capaz de resistir a endógenas, procurando transitar com as diferenças de conhecimentos e convicções num exercício crítico de recriação de saberes. A transdisciplinaridade pode ser considerada um desdobramento da interdisciplinaridade em um novo patamar de conhecimentos e tem por raiz a necessidade de questionar a fragmentação e o atomismo das ciências no mundo contemporâneo. (Rodrigues, 2019, p.48).

Assim, revela-se esta perspectiva da prática cotidiana tanto na dimensão dos conhecimentos teóricos e metodológicos quanto na postura ético-profissional. Por

estes motivos, a assistente social que tem na sua atuação à perspectiva histórica e contemporânea do seu exercício profissional precisa compreender e (re)conhecer diferentes formas de expressar a identidade de gênero, bem como reconhecer a legitimidade dessas identidades.

Assim, para fins desse trabalho, compreenderemos que identidade de gênero travesti e transexual estão inscritas em um contexto cultural, histórico, científico e social que definem as balizas terminológicas e de reconhecimento para os indivíduos. Ou seja, a construção dos corpos se dá a partir de um contexto político, em que a construção da identidade perpassa pela interpretação da dialética entre os indivíduos e o meio. Por isso, a identidade travesti, mulher transexual e homem trans deve ser encarada como manifestação política e, portanto, distintas de se reconhecer e se expor ao mundo.

Assim, o termo travesti é utilizado como identidade sempre feminina, para as pessoas que ao nascer são designadas pelo órgão genital denominado pênis, considerado socialmente pertencente ao gênero masculino. Entretanto, ao longo de suas trajetórias e histórias de vida constroem uma identidade e corpo entendidos como feminino embora não se reconheçam como mulheres transexuais. São pessoas que vivenciam o gênero feminino ou que se entendem como terceiro gênero, não havendo assim “travesti masculino” ou pessoa que vivencia o gênero masculino.

A terminologia transexual (mulher transexual e homem trans) não está vinculada a cirurgia para de transgenitalização, mas ao modo que a pessoa se vê e compreende a si mesma. Muitas mulheres transexuais e homens trans não se submetem ao “Processo Transexualizador” de forma integral; desta forma, a autoidentificação e pertencimento dessas pessoas independem do órgão genital de nascimento e a genital que se lhe apresentará ao longo de sua vivência.

De qualquer maneira, o interessante é observar o descompasso entre as rígidas classificações oficiais e a fluidez das identificações cotidianas que estão constantemente se interpenetrando. Desta forma, alguém que se considere como crossdresser pode, em algum outro momento da vida se identificar como travesti e, ao mesmo tempo, dependendo da situação, se apresentar como transexual. Isto é possível não apenas como manifestação da complexificação e ressignificação de categorias na experiência de vida, mas como estratégia distintiva. Em nosso país, as pessoas conhecidas como travesti estão fortemente associadas no imaginário social à marginalização e à prostituição, independente do quanto esta seja uma relação real ou não. (LEITE, 2008, p. 195)

Esse arcabouço social que reprime e desumaniza a população LGBT, se torna mais cruel e violento para a população de travesti e transexuais por apresentar o maior confronto com os padrões sociais estabelecidos; por conta disso, sofre com a violação de direitos e a invisibilidade de suas necessidades. Esta violação é atravessada pela família, educação, saúde, moradia digna, trabalho e culmina na vida como um todo ceifado pela agressão ou pela baixa expectativa de vida.

Em um país, cuja maioria da população de travestis e transexuais encontra-se subempregada, realizando trabalho informal, prostituição, ou está desempregada, requer atenção ao modelo de sociedade que estamos produzindo e perpetuando. Importante destacar que segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travesti e Transexuais), aproximadamente 90% desta população, encontra na prostituição a forma de subsistência.

Deste modo, em muitos momentos, esse segmento populacional se vê forçado a negociar o respeito à identidade de gênero ou a própria existência, para alcançar visibilidade e ter acesso a direitos sociais, como trabalho, educação, saúde e moradia. O risco e a vulnerabilidade social a que são submetidos (as), tornam esta população mais suscetíveis à violência.

Esta é uma realidade e um contexto social relativamente novo para o Serviço Social solicitado a trabalhar com populações de travestis, mulheres transexuais e homens trans, demandas agravadas pelos valores e moral sociais tradicionais, pelo modo de produção capitalista e pelos tabus dominantes; trata-se de uma das expressões da questão social com especificidades próprias para a população em questão. Estas pessoas carregam no corpo os signos e símbolos da segregação social, da violação de direitos desde o início da transição, evasão escolar, desamparo familiar, falta de acesso à saúde que se agrava com o uso de hormônios sem acompanhamento médico, aplicação de silicone industrial e a ausência de proteção social.

Deste modo, para que possamos adentrar a este universo, brevemente narrado, o estudo foi dividido em quatro capítulos, sendo os três primeiros de cunho estritamente teórico, em que apresentaremos conceitos, teorias e tendências analíticas que favoreceram as discussões desenvolvidas no quarto capítulo e nas considerações finais.

Dito isto, a preocupação central do primeiro capítulo é apresentar um panorama geral da discussão a respeito do corpo, da sexualidade e do movimento feminista. Para tanto, abordaremos o conceito de sexo, gênero e contrassexualidades, utilizando as seguintes autoras: Henrietta Moore, Judith Butler, Cynthia Andersen Sarti, Céli Regina Jardim Pinto e o autor trans Paul B. Preciado.

O segundo capítulo tem como pretensão um ensaio articulando as condições de vida da população de Travestis, Mulheres transexuais e Homens trans com elementos como a ética e a política da morte. Para isto, o conhecimento da teoria do cotidiano de Heller se mostra central, para a compreensão da aceitação da ultrageneralização relativa a precariedade das condições de vida que esta população está submetida, bem como os aspectos políticos, morais e éticos que colaboram para a perpetuação da violência estatal, estrutural, psicológica e dentre outras que afligem as Travestis e pessoas Transexuais ao longo de suas vidas.

Já no terceiro capítulo a intenção é apresentar o Serviço Social enquanto uma profissão interventiva na realidade social, bem como uma área do conhecimento, a partir de um breve resgate histórico da profissão, do projeto profissional hegemônico em curso e da experiência do pesquisador como assistente social.

O quarto, e último, capítulo versa sobre a pesquisa de campo realizada durante o curso o mestrado. São apresentados os caminhos metodológicos adotados para a execução da pesquisa, bem como os dados coletados, a sua análise e as considerações finais.

Capítulo 1 – Da baunilha ao couro: o que é opressivo e o que é libertador?

A proposta deste capítulo consiste em apresentar e refletir sobre a multiplicidade conceitual das questões que envolvem sexo, gênero e contrassexualidade¹² na contemporaneidade, a partir de autoras brasileiras e internacionais, apontando as suas possibilidades metodológicas e conceituais.

Acreditamos que apresentar a multiplicidade teórica envolvendo a temática do sexo e gênero também é uma maneira de compreender a variedade de interpretações construídas sobre os corpos, bem como os limites e possibilidades destas narrativas. Trata-se, assim, de uma diversidade de leituras da realidade e das vivências da população gênero dissidentes.

O título deste capítulo sugere um jogo de palavras com práticas sexuais que remontam uma concepção cristalizada, socialmente aceita e legitimada como medicamente saudável; o sexo difundido como comum, tradicional, sem a adição de fetiches ou brinquedos, chamado de baunilha e é considerada como a prática sexual oposta ao Bondage, que é a Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo (BDSM¹³), que se caracteriza socialmente como formas perversas de expressar a sexualidade.

Pode-se dizer que BDSM se constitui em uma comunidade que vivencia formas de se relacionar que envolvem padrões disciplinares específicos, com regras e papéis bem definidos.

Trata-se, portanto, de repensar tanto o S&M [BDSM] quanto o fetichismo não mais como perversões marginais à sexualidade “normal” dominante, e sim como elementos essenciais da produção moderna do corpo e da relação deste com os objetos manufaturados. (PRECIADO, 2017, pg. 97-98)

Assim, a proposta é desconstruir essas noções socialmente difundidas como naturais/antinatural, normais/anormais, aceitáveis/inaceitáveis, presentes na atual conjuntura que acabam rebaixando os corpos que não se enquadram nos padrões dominantes. Os padrões impostos pela sociedade conduzem às margens essa população. Para que possamos compreender os limites e possibilidades sexuais e

12 Termo criado por Paul B. Preciado em seu livro *Manifiesto Contrasexual*, publicado pela primeira vez na França em 2000. Refere-se ao debate e estudos sobre *Queer* e Gênero, analisando a diferença de gênero e de sexo.

13 A sigla BDSM se refere a um conjunto de práticas sexuais e padrões consensuais de relacionamento. Cada letra da sigla se refere a uma prática, o B significa bondage e expressa as formas de relacionar que envolvem amarrações ou restrição de movimentos de um dos envolvidos. O D envolve as relações de disciplina e controle entre os parceiros, bem como a relação de dominação e submissão. SM diz respeito às práticas sadomasoquistas, ou seja, à obtenção do prazer sexual mediada pela dor e sofrimento seja físico, mental ou emocional.

as reais amarras comportamentais e opressivas cotidianas em nossas vidas, destacamos a diferença do sexo biológico binário que “cega” as pessoas, resultando em um tipo de sociedade que enxerga apenas a dicotomia entre homem/mulher. A seguir, refletimos a sexualidade humana em sua complexidade, como uma experiência que não é permitida ser vivenciada por todos os corpos.

1.1 SEXO – Baunilha e sua capacidade homogeneizante

*Tô vendo de camarote o fim do seu reinado
Rindo muito da sua cara de cãozinho abandonado
Na verdade, eu mudei de ideia
Te fiz uma bela surpresa
Quando tiver indo embora, não esquece
Deixa o seu pau em cima da mesa
Vai!*

(Bicha Travesti - MC Linn da Quebrada)

Quando pensamos em sexo, uma série de situações passa pela nossa cabeça, entre elas: a relação entre dois seres vivos (coito/cópula), os órgãos genitais dos seres vivos ou estruturas físicas/corporais que contribuem para distinção (macho/fêmea); os órgãos reprodutores (pênis/vagina), sensualidade, erotismo, entre outros. Estes aspectos são pactuados, construídos e disseminados socialmente como experiência coletiva e comunitária transmitida ao longo de gerações, por meio da sexualidade. Deste modo, pode-se considerar, ou melhor, encarar o sexo como uma tecnologia, enquanto um conjunto de técnicas, conhecimentos, instrumentos, métodos, habilidades e processos que incidem sobre os corpos, com o objetivo de produzir determinados comportamentos, compreensões e dinâmicas a respeito de determinadas questões, sejam estruturais, biológicas ou psicossociais. Como uma tecnologia, o sexo apresenta uma relação de poder, em que são produzidos e articulados conhecimentos na busca da legitimação de uma interpretação à respeito dos corpos e suas ações, essa legitimação pode ser construída com base em um discurso moralista, biologicista ou culturalista, cujo o interesse principal é perpetuar uma forma de ocupar, vivenciar, e atribuir sentido a esse espaço individual que é o corpo.

O sexo como órgão e prática, não é nem um lugar biológico nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo às zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (PRECIADO, 2017, pg. 25)

Esta única palavra – sexo – traz consigo uma série de significados e significantes, capaz de despertar múltiplos sentimentos como curiosidade, repulsa, constrangimento, dada a forma desigual que tratamos partes do corpo, e as diferenças entre os corpos. Essa desigualdade compreende cultura, afetos, padrões estéticos, autorização ou repreensão em se discutir um assunto; por exemplo, quantas pessoas tiveram a possibilidade de dialogar com suas famílias para se conhecerem, saber e entender as mudanças que ocorreriam ao longo do tempo,

principalmente na adolescência? E se preparar para o crescimento de pelos? Ou para lidar com a menstruação sem que esses fatores fossem motivo de vergonha, chacota ou medo?

Um exemplo da repulsa e constrangimento é a repercussão que há em torno do Projeto Escola sem Homofobia de 2011¹⁴, que consistia em ter acesso a um material didático¹⁵ que visava promover os direitos humanos da população LGBTI por meio de cartilhas e filmes informativos sobre orientação sexual e identidade gênero. O projeto nunca chegou a ser impresso e/ou distribuído pelo Ministério da Educação, mas é corriqueiramente utilizado ou evocado pejorativamente como “Kit Gay” com a finalidade de desacreditar adversários políticos com o discurso de incentivo a promiscuidade e, conseqüentemente, à prática homossexual, compreendidas como pejorativas. Reafirmando, assim, um padrão sexual a ser seguido: a heterossexualidade, compreendida e definida como uma prática decente, pudica, natural e saudável.

A simples ideia da experiência de uma sexualidade mais livre e que coloque em dúvida a supremacia da heterossexualidade, bem como todos os aspectos e símbolos que ela representa, como aquelas propostas pelo BDSM, gera reações exacerbadas de conservação desse *status quo*. Cria-se uma zona não discutível e, portanto, rejeitável da vida, tornando privado, ou apagando um aspecto da vida que é compartilhado e produzido socialmente.

Desta forma, as questões relativas ao sexo passam a ser verdades absolutas e inquestionáveis, sendo permitido acesso apenas à fragmentos dos corpos que são denominados de zonas erógenas. Entretanto esse acesso é regulado, mediado e determinado por uma construção social desigual de homens e mulheres, tornando o órgão sexual denominado pênis a representação da pulsão sexual (energia), ou seja o corpo detentor do pênis conduz a dinâmica sexual, já que este é a imagem e semelhança do falo, do poder sexual, da fecundidade, da origem.

14 O Projeto Escola sem Homofobia era parte do Programa interministerial lançado em 2004 chamado Programa Brasil sem Homofobia, que tinha o objetivo de promover e defender a cidadania e Direitos Humanos da população LGBTI. A partir do Programa Brasil sem Homofobia houve a implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Homofobia; a política nacional de saúde integral da população LGBT; o Processo transexualizador, por exemplo.

15 O material está disponível na internet, e pode ser acessado no link que segue: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>

Não é por acaso que a relação sexual entre dois corpos semelhantes ainda é encarada com repulsa, sendo destinada, muitas vezes, a espaços sociais guetificados como os banheiros públicos, cinemas pornográficos, esquinas escuras, no sigilo e na discrição. Constituindo um mundo onde esses comportamentos devem ser escondidos e repreendidos; criando uma categoria de subcorpos artificiais/plásticos, que devem permanecer distantes dos corpos biologicamente naturais. Então, procuram-se justificativas científicas para tais comportamentos: à perversão psicanalítica/psiquiátrica; o genoma/cromossomo da genética; as ações hormonais da bioquímica; ou a fase da psicologia. A questão é não conseguirmos lidar com a multiplicidade de possibilidade dos corpos e as diferentes formas como esses corpos podem se expressar no decurso da história.

Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma hetero-divisão do corpo na qual a simetria não é possível. o processo de criação da diferença sexual é uma reação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Essa exploração é estrutural, e os benefícios sexuais que os homens e mulheres heterossexuais extraem dela, obrigam a reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e a privilegiar o pênis como único centro mecânico de produção de impulso sexual. (PRECIADO, 2017, pg. 26)

Assim, a construção do que denominamos sexo ainda hoje traz diferentes concepções e abordagens, pouca unidade conceitual, uma “cultura” subjugada a “natureza” que ainda se faz presente em boa parte das discussões à revelia de todo o avanço das teorias feministas e *queer*. Este fato não pode ser atribuído a falta de debate ou estudos destinados a questão, ao contrário, devemos voltar a nossa atenção para noções e discursos massificados que são propagados pelas mais diversas instituições (Igreja, Escola, Família, Mídia) em nossas interações cotidianas que podem essencializar, particularizar e privatizar a experiência coletiva sobre a sexualidade.

Historicamente, nós utilizamos a palavra sexo para nos referir e acabamos por aglutinar uma série de elementos, sejam estes elementos corporais, anatômicos, bioquímicos, comportamentais, sentimental ou de prazer. Assim, construímos em torno do sexo um discurso fictício e ultrageneralizante que pouco contribui para a elucidação do ser e seus comportamentos.

Concomitantemente a ultrageneralização do sexo, temos o discurso machista, que contribui com a cristalização de práticas e comportamentos com base na diferenciação sexual. Deste modo, significantes e significados do sexo são perpetuados e deturpados para perpetuar uma relação desigual entre os corpos, e a naturalização de relações socialmente construídas.

Sobre isto, Moore (1994), entende que os corpos, bem como as suas partes e os processos mentais e psicológicos não têm sentido se deslocadas dos seus contextos sociais originários; com isso a autora quer dizer que a maneira como compreendemos os corpos sexuados só tem sentido no contexto em que esse corpo foi concebido. O sexo, as práticas sexuais e o processo de reprodução como concebemos em uma sociedade ocidental e urbana só fazem sentido nesta sociedade, já que a própria atividade de reprodução humana só ganha sentido em um contexto social, seja de procriação da espécie ou reposição de força de trabalho.

Ainda segundo Moore (1994), a concepção de sexo, bem como a de gênero que veremos mais adiante, é construída socialmente a partir de um conjunto de sentidos e práticas sociais. Assim, em uma sociedade ocidental que supervaloriza o biológico em detrimento da cultura, a concepção de sexo terá uma propositura centrada no campo biomédico e procurará legitimar os seus conhecimentos por meio desse campo científico. A compreensão de sexo como uma categoria unitária só pode ser assimilada em uma sociedade ocidental por meio de suas práticas discursivas, não sendo viável a universalização deste conceito.

Importante destacar que no campo da ciência a patologização das orientações sexuais e práticas sexuais dissidentes da heterossexual, considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) através do CID, ainda é observada como uma prática recorrente, já que a homossexualidade permaneceu até o início da década de 1990 entendida como perversão sexual passível, inclusive, de tratamento e reversão. Longe de ser um assunto encerrado ou superado pela sociedade, frequentemente provoca o debate em torno de tratamentos e terapias de reversão sexual defendidas como práticas por profissionais da saúde.

Inclusive, em 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela manutenção da Resolução nº 01/99¹⁶ do Conselho Federal de Psicologia que estabelece normas de

16 Para saber mais sobre a ação que questionava à resolução nº 01/99, que veta condutas profissionais ligadas à reversão sexual, nós sugerimos à leitura da matéria elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia, disponível em: <https://site.cfp.org.br/decisao-definitiva-acao-contra-resolucao->

atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual, ou seja, determina que não cabe a essas profissionais ofertarem práticas de reversão sexual. A ação que tramitou pedia a cassação de uma liminar concedida no Distrito Federal, que autorizava a categoria profissional a praticar terapias com a intenção de reverter à homossexualidade – prática defendida por uma parcela desses profissionais. A liminar se sustentava pela compreensão de um Juiz de que a Resolução nº 01/99 limitava a liberdade de atuação profissional.

Entretanto, o que estava em jogo era algo mais profundo e crítico: A perpetuação de um modelo social heterocentrado, estabelecendo como natural e aceitável unicamente o comportamento heterossexual. Perpetuando que toda orientação sexual divergente da heterossexual deve ser motivo de ações coercitivas, já que essa vivência não heterossexual é a responsável pelo sofrimento físico, psíquico e emocional. Assim, a liminar corrobora com processos de responsabilização de corpos dissidentes pela LGBTIfobia sofrida, e auxiliava na desresponsabilização dos algozes agressores pela manutenção de preconceitos e discriminação.

Não são só as orientações sexuais que passam pelo crivo da perversão, as práticas sexuais envolvendo o BDSM e o fetichismo ainda são enquadradas como doentias e pervertidas por muitos profissionais da saúde. Isso porque tanto as orientações sexuais quanto às práticas sexuais dissidentes desafiam uma ordem essencialista e naturalizante do sexo, sua função procriativa e heterocentrada.

Fazendo uma analogia com o movimento BDSM que denomina as práticas sexuais “convencionais” de baunilha, nós podemos dizer que a baunilha é o sexo que impregna as nossas relações interpessoais ao ponto de não sentirmos mais o gosto, sabor ou cheiro de uma experiência sensorial, cognitiva e prazerosa, autêntica e livre de amarras.

1.2 GÊNERO – Crème de la crème do sexo

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

(Desconstruindo Amélia - Pitty)

Gênero é uma categoria analítica construída pelo movimento feminista¹⁷ como alternativa teórica ao processo de naturalização das relações entre homens e mulheres, enquanto alternativa a categoria sexo que estava carregada de um viés biológico. Outro aspecto que contribuiu para o desenvolvimento desta nova categoria de análise, foi a repulsa acadêmica ao termo sexo fora do contexto biológico.

Deste modo, a proposta era evidenciar e focalizar as análises nos processos sociais que determinavam as relações desiguais entre o masculino e feminino, trazer à tona os aspectos orgânicos para a hierarquização, dominação e subordinação que existe entre os corpos. O propósito consistia em debater as construções e leituras sociais dos corpos a partir de suas diferenças anatômicas e os impactos que essas diferenças trazem para o desenvolvimento desses corpos. Assim, o gênero adota o caráter de determinante social de diferença.

Segundo Butler (2019b), a compreensão de gênero deve ultrapassar a ideia de que o contexto social determina “sexos biológicos” ou diferenças naturalmente anatômicas, ou ainda, que sexo e gênero são elementos distintos; a abordagem deve ter seu início na concepção de que sexo e gênero são construções e recebem signos mutáveis, considerando, principalmente, a plasticidade e interdependência de ambos.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez, o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2019b, p. 27).

Assim, a construção da categoria analítica Gênero só foi possível pela existência do Sexo e à necessidade de se evidenciar componentes intrínsecos ao sexo, produzindo um constructo retroalimentado pelo gênero e pelo sexo; refere-se a um sistema complexo que determina as relações humanas, inscrito nos corpos e

17 Exploraremos o assunto no subitem 1.2.1 Movimento Feminista.

escrita pelos corpos uma vez que é no corpo que se materializam as insígnias do sexo/gênero e é esse corpo que as produz, reproduz, significa e transforma.

Para Moore (1994), gênero está no campo discursivo, e remonta a multiplicidade de formas e interpretações que a humanidade tem das suas relações interpessoais, bem como seus métodos de exercer poder, dominação e submissão, potência, à cosmologia, fertilidade e morte. Deste modo, o gênero é um recurso de análise para o campo das relações interpessoais, um campo dotado de meios discursivos, simbólicos e de signos.

Para além de um discurso ou de uma mensagem, o gênero se apresenta enquanto um projeto silencioso, histórico e sorrateiro que busca a renovação dos marcos culturais que trabalham para a exploração de determinados corpos. Gênero identifica os grilhões que prendem corpos aos modelos centrados em homens e mulheres, com determinados padrões estéticos, biológicos e comportamentais.

Neste contexto Butler (2019b) tensiona a célebre citação de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Na análise de Butler, o gênero proposto por Beauvoir é uma “construção” permanente, que nunca pode ser estabelecida a sua origem ou o seu fim, enquanto uma prática discursiva contínua e aberta à intervenção e significação.

Nesta interpretação de gênero, todos os corpos podem se tornar mulheres, não há limites discursivos e materiais já que gênero se estabeleceria na ordem do sujeito particular. Entretanto, esse discurso apresenta limites corporais, ou grades/moldes, e nem todos os corpos são lidos como socialmente aceitos para a construção da feminilidade e da mulher; existem pré-requisitos para a legitimação social deste corpo como tal. Assim, tanto gênero quanto sexo expressam mecanismos sociais de interpretação dos corpos.

Desta forma, gênero não representa algo que somos. Trata-se de um processo contínuo de construção cotidiana, pelas reificações e afirmações diárias, contidas tanto nas formas alienadas de reprodução da vida quanto nas suspensões do cotidiano e busca pelo humano-genérico (Cf. Heller, 2016). Em outros termos, o discurso de gênero é algo reforçado cotidianamente pelos atos das pessoas, pela mídia, instituições, é um processo contínuo de reafirmação de compreensões sociais sobre os corpos.

Para Butler (2019b), o gênero se constitui como um processo contínuo de estilização do corpo, enquanto conjunto de ações, atividades e atos repetidos no interior de um panorama regulatório cristalizado que, com o passar do tempo, produz um ar de substância e essência do ser, de natureza intrínseca e indissociável, uma característica basal e inquestionável que impregna a aura humana e se torna o todo, em vez de uma parte ou uma dentre tantas possibilidades de existência. Para superar essa característica do gênero é preciso superar mecanismos ultrageneralizadores do cotidiano e evidenciar o caráter regulatório, compulsório, que policiam os corpos.

Os juízos ultrageneralizadores são todos eles *juízos provisórios* que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, fomos capazes de atuar e de nos orientar (HELLER, 2016, p.58 - 59)

A construção do conceito de gênero se apoia fundamentalmente na de sujeito. Em um sujeito que só pode se construir através do outro, ou seja, por meio da alteridade, das relações de contraste, distinção, identidade e diferença.

Ao intitular este capítulo como *Gênero - Crème de la crème* do sexo, nossa intenção foi novamente realizar uma provocação: até que ponto gênero e sexo são a mesma coisa? até que ponto Gênero não é uma maneira higienista e elitista de tratar de assuntos basais e carnis? Afinal, nata e leite são partes de um todo, e o todo está contido em suas partes.

O subcapítulo a seguir abordará a constituição do movimento feminista, com enfoque no Brasil. A opção de apresentar mais aprofundadamente a formação e construção do movimento social em questão, ao invés da construção de uma nota de rodapé, vem de encontro com a importância que este tem para a formulação e consolidação do conceito de gênero, bem como os estudos acadêmicos nesta área. Já que é a partir da discussão formulada pelo feminismo que ocorre a diferenciação de Gênero e Sexo. Gênero enquanto alternativa metodológica para o evidenciamento das relações desiguais entre homens e mulheres, além de assegurar um caráter científico, ilibado e decoroso para se abordar relações que até aquele momento eram entendidas como absolutamente privadas e, assim, indiscutíveis.

1.2.1 Movimento Feminista

*Eu tenho pressa eu quero ir pra rua, quero ganhar a
luta que eu travei
Eu quero andar pelo mundo afora vestida de brilho e
flor
Mulher a culpa que tu carrega não é tua
Divide o fardo comigo dessa vez
Que eu quero fazer poesia pelo corpo e afrontar as
leis
Que o homem criou pra dizer*

(Todxs Putxs - Ekena)

O movimento feminista surge com o objetivo de questionar as relações sociais e hierárquicas entre os sexos. Vem romper com lógica binária oposta e complementar que tem como fundamento a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, naturalização esta, que propicia a supremacia de um sexo sobre o outro, que valoriza e desvaloriza as pessoas de acordo com suas anatomias e posturas sexuais, criam-se símbolos, modos, modelos, posturas a serem seguidas, ou seja, vem questionar que o fato de nascer com um pênis ou uma vagina não produz automaticamente as posturas e os valores que circundam ser homem ou mulher, isto é produzido culturalmente e compactuado socialmente.

Quando Simone de Beauvoir, em 1949, em *O Segundo Sexo*, disse que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, expressa a ideia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. (SARTI, 2004, p. 35)

No cenário e contexto internacional, principalmente nos Estados Unidos e Europa, o feminismo se desenvolveu no período compreendido pelas décadas de 1960 e 1970. O contexto social era marcado pelo perfil contestador e propício para se pensar e debater questões de “identidade”, como é o caso dos negros, mulheres e homossexuais. Os Estados Unidos passavam pelo fim do sonho americano (American way of life), pois “as guerras e o acirramento dos conflitos raciais no início da década de 1960 começaram a expor a fragilidade do mito de que na sociedade americana havia um lugar certo para cada um atingir a felicidade” (PINTO, 2003, p.41), passando assim por uma reforma de valores e crenças. Já a Europa vivia um contexto de derrocada do sonho socialista pela operacionalidade das experiências em curso no Leste Europeu.

O feminismo que eclode nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa está estreitamente relacionado a toda a

efervescência política e cultural que essas regiões do mundo experimentavam na época, quando se formou um caldo de cultura propício para o surgimento de movimentos sociais. (PINTO, 2003, p.41)

O movimento feminista como contemporâneo ao seu surgimento sofreu influência direta de outras formas de organização de jovens que contestavam a forma de vida, cultura e relações sociais de sua época. As suas manifestações de repúdio giravam em torno das hierarquias e do poder tanto no âmbito privado de suas vidas quanto no público, propunham muitas vezes outras formas de sociabilidade e demonstravam claramente que não aceitavam os velhos pilares que constituíam a sociedade e as relações humanas.

Os movimentos beatnik e hippie nos Estados Unidos e o maio de 1968 em Paris são as expressões mais fortes de uma nova geração, nascidas durante, ou mesmo após, a Segunda Guerra Mundial, que buscava espaço no mundo público, combatendo os cânones tanto da defesa do capitalismo norte-americano como do sonho socialista Europeu. O movimento jovem da década de 1960 não foi apenas altamente inovador em termos políticos, foi talvez antes de tudo um movimento revolucionário na medida em que colocou em xeque os valores da organização social: eram as relações de poder e hierarquia nos âmbitos público e privado que estavam sendo desafiados. (PINTO, 2003, p.42)

No Brasil, o contexto era de um regime militar extremamente repressor de qualquer forma de manifestação e um período em que dois campos ideológicos se enfrentavam violentamente, de um lado a União Nacionalista Democrática (UND) e de outro o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) representando o que podemos chamar de Conservadores e Esquerda, respectivamente. Desta forma, as mulheres se dividiam nestes dois campos ideológicos, ou reproduzindo os padrões sociais esperados às mulheres e garantindo pequenas mudanças sem mexer com a lógica dominante, ou se envolvendo com o projeto de emancipação humana proposta pelos partidos de esquerda.

Neste sentido, muitas mulheres se envolveram na luta armada que representou mais do que se esperava, pois estas mulheres estavam transgredindo o papel de gênero esperado para elas, negando o lugar atribuído a elas e assumindo comportamentos não esperados e desejados socialmente, resultando de fato em sua emancipação como mulher, como detentora do seu corpo e de sua vida, propiciando um período de modernização colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à

época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, “comportando-se como homens”, pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento, o que, como apontou Garcia, “transformou-se em um instrumento sui generis de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente”. (SARTI, 2004, p 37)

Entretanto, como ainda não havia um pensamento feminista formulado e difundido entre estas mulheres o significado do que representou a postura desafiadora que assumiram só pode ser elaborado com a experiência do exílio, quando então, entram em contato com os ideais feministas fora do Brasil. Assim começaram a questionar sobre o papel da mulher dentro do próprio movimento de esquerda brasileiro e a igualdade entre homens e mulheres que começou a aparecer como simples retórica, eclodindo as contradições do projeto de emancipação militante.

1.3 CONTRASSEXUALIDADE – A liberdade do couro e do dildo¹⁸

*Ela tem cara de mulher, ela tem corpo de mulher
Ela tem jeito, tem bunda, tem peito e o pau de mulher!
(Mulher - MC Linn da Quebrada)*

A contrassexualidade é uma forma de resistência e subversão desenvolvida pelo teórico espanhol e transmascuino Paul B. Preciado (2017). A construção repousa na leitura crítica das relações entre os corpos e no fim de uma ordem que naturaliza e legitima à sujeição de certos tipos de corpos a outros.

A contrassexualidade evoca como premissa inicial uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo como produto de um contrato social centrado na heterossexualidade, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades absolutas e biológicas. A segunda premissa repousa na subjugação deste contrato social biologizante dos corpos, denominado de natureza, que pautae a contrassexualidade (PRECIADO, 2017, pg. 21).

Entretanto, o que seria esse contrato contrassexual defendido por Preciado? Este consiste em uma postura e uma compreensão de que os corpos devem ser reconhecidos a si mesmo não como homens e mulheres (machos/fêmeas ou masculinos/femininos), mas sim como corpos falantes que reconheceram os outros corpos como falantes (PRECIADO, 2017, pg. 21). Com isso, a proposta é de ruptura com a atual concepção sexualizante dos corpos, ou seja, uma construção pautada no binômio de sexos opostos e complementares que reflete não só na compreensão dos corpos, mas também em como devem se relacionar, comportar e atrair.

A contrassexualidade se dedica a desconstrução sistemática na naturalização dos corpos, das práticas sexuais e do sistema de gênero. Além disso, para a contrassexualidade o desejo, a excitação e o orgasmo se inserem no hall de mercadorias, assim, não passam de produtos de determinada tecnologia sexual centrada na totalidade dos órgãos reprodutivos; em outras palavras, o desejo, a excitação e o orgasmo não passam de provisões dos órgãos reprodutores ou genitais. Essa postura ou forma de análise propõe que os corpos buscam e encontram o prazer independente das concepções naturalizantes de homens e de mulheres e conseqüentemente das práticas sexuais associadas a esses modelos de corpos.

¹⁸ Dildo é uma palavra de origem inglesa que nomeia uma série de produtos eróticos, geralmente em formato fálico, utilizados para estimulação sexual.

Entretanto, a forma com que compreendemos, mediamos e obtemos os próprios resultados do prazer é interposto pela sexualidade que se insere nos campos das tecnologias sexuais, tanto pelo mercado, quanto pelo contrato social.

Ela [a contrassexualidade] define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, programas, conexões, fluxos de energia, e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios... (PRECIADO, 2017, p. 22 - 23).

A partir desta definição, entendemos que na contrassexualidade há uma necessidade de que se apaguem as categorias feminino e masculino da forma como as conhecemos. A propositura ultrapassa a resignificação destas categorias, já que para a contrassexualidade o masculino e feminino são noções transitórias, mutáveis e autodeterminadas, ou seja, os corpos devem possuir a liberdade de se proclamarem homens e mulheres a qualquer momento, bem como a liberdade de alterar essa proclamação. Rompe-se, assim, com uma lógica socialmente centrada do que é ser homem e mulher, com a padronização dos corpos, comportamentos, desejos e obrigações. Cada corpo teria a liberdade de escrever a sua própria maneira a sua trajetória e história, sem que houvesse um percurso pré-determinado socialmente.

Apenas com esse processo de apagamento das concepções de masculino e feminino existe a possibilidade de uma abertura política e social para o desenvolvimento de outra ordem societária. Romper com lógica atual é abdicar de certezas e seguranças, mas também é abrir espaço para outras maneiras de se relacionar com o próprio corpo e de se expressar livremente. É desatar laços.

A contrassexualidade denuncia as atuais políticas psiquiátricas, médicas e jurídicas, bem como os procedimentos administrativos que se referem à mudança de sexo. A contrassexualidade denuncia a proibição de mudar de gênero (e nome), assim como a obrigação de toda mudança de gênero precisar ser acompanhada de uma mudança de sexo (hormonal e cirúrgica). A contrassexualidade denuncia o controle atual das práticas transexuais pelas instituições públicas e privadas de caráter estatal heteronormativo, uma vez que estas impõem a mudança de sexo de acordo com modelos anatômico-políticos fixos de masculinidade e feminilidade (PRECIADO, 2017, pg. 39)

A contrassexualidade busca evidenciar a propagação da lógica que fortalece e corrobora com atitudes de naturalização das relações com o sexo e o corpo, e ocasionam práticas sociais normatizadoras dos corpos. Estes processos contribuem

para que as instituições limitem a expressividade dissidente que continuam reforçando lógicas sanitaristas e judicializadas.

Assim, a contrassexualidade se opõe aos mecanismos de propagação da superioridade de um corpo em detrimento de outro, bem como aos privilégios obtidos em detrimento da masculinidade e feminilidade, ao matrimônio que se estabelece como instrumento naturalizante de papéis sexuais, a separação das relações sexuais das relações de reprodução, e conseqüentemente, desatar o laço entre a reprodução e a obrigação parental. Busca gerar uma contraprodução que é a criação de formas de prazer e saber alternativas à sexualidade como vivenciamos hoje. Traz à tona o fato de relacionar e produzir corpos mediada por tecnologias sexuais bem determinadas, isto é, a forma com que nos socializamos e educamos as gerações futuras já opera nos corpos com a intenção de produzir certos tipos de pessoas.

As atuais políticas médicas tratam a população gênero dissidente como irresponsáveis, tuteláveis ou seres incompletos; basta observar e analisar a maneira que o Processo transexualizador é operacionalizado, e os nomes dos procedimentos médicos. Para que uma pessoa tenha acesso ao processo de redesignação sexual, comumente chamado de mudança de sexo, a pessoa deve se submeter a no mínimo dois anos de acompanhamento multiprofissional (Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, Clínico Geral) que determinará quando e se a pessoa está apta para realizar tal procedimento. Nesse processo, a pessoa é dispensada do direito de se autodeterminar, autorregular e de escolha, sendo permitida a cirurgia para aquelas diagnosticadas com disforia de gênero¹⁹ e/ou transexualismo (CID F64 e suas variantes).

Com isso podemos perceber que o cuidado e a política de saúde para a População travesti e transexual está centrada na lógica de tratamento, num conjunto medidas e procedimentos que tem como finalidade a cura ou alívio de uma enfermidade ou condição de saúde. A População travesti e transexual não é

19 Segundo o Manual MSD de informações médicas a disforia de gênero a “disforia de gênero caracteriza-se por identificação forte e persistente com o gênero oposto associada a ansiedade, depressão, irritabilidade e muitas vezes a um desejo de viver como um gênero diferente do sexo do nascimento. Pessoas com disforia de gênero frequentemente acreditam que são vítimas de um acidente biológico e permanecem cruelmente aprisionadas a um corpo incompatível com sua identidade de gênero subjetiva. A forma mais extrema da disforia de gênero pode ser chamada transexualismo”. Informação retirada da versão online do MSD, disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-pt/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/sexualidade.-disforia-de-g%C3%AAnero-e-parafilias/disforia-de-g%C3%AAnero-e-transexualismo>

encarada como uma população que para alcançar os seus objetivos corporais precisa de intervenções profissionais, ou seja, uma população que reconhece seus corpos, sabe como o corpo é, e tem um plano para como o corpo deve ser.

A política jurídica não estava muito atrás dessa lógica até pouco tempo. A retificação do registro civil, comumente chamado de mudança de nome, até 2018 era tratado como um procedimento judicial. A pessoa solicitante precisava abrir um processo na justiça e comprovar que o nome registrado nos seus documentos lhe causava constrangimento. Para isso, precisavam provar que eram transexuais por meio de testemunho de pessoas próximas, fotos, e algumas vezes perícia médica, psicológica e social.

Em 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que o procedimento de retificação de registro civil para a População travesti e transexual é cartorário, ou seja, o CNJ regula quais os parâmetros e procedimentos que os cartórios devem adotar para realizar a retificação sem a necessidade de intervenção judicial, conferindo assim o direito de autodeterminação dessa população. A decisão foi proferida pelo Provimento nº 73/2018.

Apesar do contrato social nos fazer acreditar que o corpo cisgênero é o corpo natural e o corpo transexual ou transgênero é o corpo modificado e artificial, a contrassexualidade escancara que todos os corpos são em determinado grau produtos de uma sociedade e em determinada medida operados, artificialmente produzidos, sendo resultado de uma indústria de prazer e saber denominada sexualidade.

A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa ...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual. (PRECIADO, 2017, pg. 25)

O exercício da sexualidade como conhecemos e vivenciamos hoje se constitui em um sistema de produção de conhecimento, prazer e corpos heterocentrados que tem sua base na heterossexualidade como forma natural dos corpos se relacionarem, obterem prazer e desejo. A partir desta forma de produzir corpos e prazeres se formam dispositivos de diferenciação, fragmentação e concepções de feminilidade e de masculinidade como um binômio de opostos e complementares. Deste modo, o sistema sexo/gênero se inscreve como um sistema

de escrita, sendo o corpo um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade (PRECIADO, 2017, pg. 26).

Para tanto, Preciado (2017) se utilizará da análise do falo e do dildo para apresentar as tecnologias sexuais envolvidas na produção dos corpos como os conhecemos, experimentamos e vivenciamos. O falo não é um órgão, muito menos um objeto, trata-se de um significante privilegiado que tem por objetivo simbolizar o poder e o próprio desejo, seria uma hipóstase do pênis, um hino da virilidade e poder simbólico exercido pelo corpo que o possui, sua imagem em detrimento dos que não o possuem.

O dildo é o primeiro indicador da plasticidade sexual do corpo e da possível modificação prostética de seu contorno. talvez ele indique que os órgãos que interpretamos como naturais (masculino e feminino) já tenham sofrido um processo semelhante de transformação plástica. (PRECIADO, 2017, pg. 79).

O dildo é uma tecnologia sexual que ocupa um lugar estratégico entre o falo e o pênis. A sua principal função é agir como um filtro, além de denunciar a pretensão do pênis ser e se passar por falo. Já que o falo tem a capacidade de simbolizar outras partes do corpo ou objetos, para além do pênis, o dildo exprime a possibilidade experimentar o falo deslocado do pênis, seja no próprio corpo, no corpo de outrem ou com a intermediação de outros instrumentos e passam a ocupar o lugar do pênis. Para Preciado (2017, pg. 78), “se o dildo é disruptivo, não é porque permite a lésbica entrar no paraíso do falo, mas porque mostra que a masculinidade está, tanto quanto a feminilidade, sujeita às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle.”

Capítulo 2 – Resistir para existir, existir para reagir

Nesta etapa do trabalho se busca evidenciar a vida cotidiana da população de travestis e transexuais nas suas particularidades de minoria social e desumanizada, para tanto utilizaremos a concepção de cotidiano construída por Agnes Heller, e nos utilizaremos das dimensões da vida cotidiana despendidas pela autora para aprofundar no conhecimento da vivência travesti e transexual. E assim, as interferências destas dimensões nas concepções construídas sobre a População travesti e transexual, bem como o seu impacto nessas vidas. Acrescemos ainda que trataremos, sempre que pertinente e relevante, as discussões propostas no primeiro capítulo deste trabalho.

Para auxiliar no debate e no aprofundamento das violações vividas cotidianamente por esta população, nos utilizaremos da teoria de necropolítica que acrescida com a estrutura alienante e homogeneizante do cotidiano reforçam uma lógica excludente e opressora para travestis e transexuais.

Por fim, o capítulo é encerrado com a incitação pela construção de outros padrões societários, em que haja a superação da opressão, da desvalorização da vida e da morte da População travesti e transexual, e conseqüentemente contribuindo para o pleno desenvolvimento desta parcela da população. Para tanto, a única alternativa é a construção de uma ética desenvolvida e vivida por esta população, e que assim faça sentido e valide a sua existência.

2.1 O cotidiano gênero dissidente

*De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus
orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação
É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Tá sempre em desconstrução
(Mulher - MC Linn da Quebrada)*

Todos nós vivemos o cotidiano, e participamos dele enquanto humanos “inteiros”, em todos os aspectos de nossa individualidade e particularidade, como nos diria Heller (2016). Assim, devemos nos perguntar como os elementos presentes no cotidiano (ultrageneralização, heterogeneidade, hierarquia, história, homogeneização, ideologia e pragmatismo) nos afetam e produzem marcas em nossas vidas? Se transpormos estas reflexões à imagem atribuída a grupos como a população LGBTI, compreenderemos como se dá a construção da imagem que temos sobre a população de travestis e transexuais e para autoconstrução dessa população.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2016, p.35)

Sendo a vida cotidiana a vida “funcional”, ou seja, a vida em que se coloca em prática o exercício da humanidade, nascemos, crescemos e morremos imersos em nossa “cotidianidade”, alcançando a condição de humano-genérico em momentos específicos. Ninguém vive somente em sua condição de humano-genérico ou de vida cotidiana, há situações de imersão e suspensão da vida corriqueira. Com isso (HELLER, 2016) expressa que o indivíduo é simultaneamente particular e genérico e que a vida corriqueira, portanto, é o lócus do indivíduo.

A vida cotidiana, ou corriqueira é uma vida histórica, já que se insere em determinado contexto social, datado e que se desenvolve de acordo com as condições estruturais disponíveis à humanidade. Além disso é assimilável, já que é nela que adquirimos à instrumentalização necessária para a sobrevivência, recursos que são transmitidos pelos grupos que pertencemos. Porém, é também no cotidiano que a humanidade tem a potencialidade de exercitar sua habilidade transformativa e, contraditoriamente, sua capacidade mimética. Como este aspecto da vida é

inalienável ao ser humano, é nele que construímos nossas relações sociais, vivenciamos nossas escolhas, amarguramos as mazelas e também nos deleitamos de sermos quem somos. Assim, com estas primeiras ideias, nos propomos a pensar o cotidiano das identidades Travesti e Transexual.

O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento do homem significa, em qualquer sociedade, que o indivíduo *adquire todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade* (camada social) *em questão*. É adulto quem é capaz de viver por si mesmo à sua cotidianidade. (HELLER, 2016, p. 37)

É por meio do exercício da vida cotidiana que a identidade travesti e transexual ganha seus contornos, cujas expressões se materializam em corpos e o linguajar delimita as nossas concepções de nós e delas/es, já que “*a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais*” (HELLER, 2016, p. 37). É na vida cotidiana que os seres constituem suas relações sociais, suas redes de apoio e seus grupos que transmitem as habilidades necessárias para sobreviver na “cotidianidade”.

Conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, as construções a respeito do sexo e as suas decorrentes relações interpessoais, são formadas e reiteradas no exercício cotidiano da humanidade. Esta construção, independente de denominarmos de sexo ou gênero, se fortalece à medida que não há elementos de contestação e apresentem uma outra forma de olhar e interpretar os corpos. Neste sentido, a contrassexualidade se apresenta enquanto uma alternativa viável para a suspensão da “cotidianidade”, como reflexão aos elementos reiterados.

A vida cotidiana é rica em alternativas e possibilidades, que interpõe a nós momentos de escolhas. Dentre as alternativas, teremos questões efêmeras do ponto de vista moral, enquanto conjunto de normas partilhadas socialmente e assimiladas pelos indivíduos, e questões motivadas moralmente. Sendo à condução das escolhas e o nível de atrelamento que distanciam a decisão da vida cotidiana e do humano-genérico.

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral (por exemplo, a escolha de pegar um ônibus cheio ou esperar o próximo); mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não o lugar a uma mulher de idade). Quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos pode se falar de uma decisão cotidiana. (HELLER, 2016, p 44)

A moral e a ética apresentam funções específicas na estrutura da vida cotidiana, sendo elas: A inibição, a transformação e a culturalização das aspirações da particularidade individual, que se insere como uma necessidade da comunidade social, como um mecanismo de baliza para a condução na vida cotidiana para os indivíduos, já que a ética se estabelece como uma atitude individual, livremente adotada, mas com princípios socialmente pactuados – ou seja, a liberdade exercida é relativa.

A ética como motivação (o que chamamos de moral) é algo individual, mas não uma motivação particular: é individual no sentido de atitude livremente adotada (com liberdade relativa) por nós diante da vida, da sociedade e dos homens. (HELLER, 2016, p. 43)

Por fim, sobre esta breve reflexão que nos propusemos sobre a moral, observamos que esta e a ética ocupam uma centralidade na vida cotidiana já que são, a partir, delas que as escolhas ganham contornos e objetividade, é com base nos aprendizados coletivos e nos conteúdos axiológicos positivos e negativos das consequências de determinada ação ou atividades que o futuro vai ganhando cores.

Com isso, podemos dizer que a moral e a ética possuem características da afetividade, já que tais princípios mobilizam sentimentos de apreço ou aversão a determinadas questões do dia a dia e, a partir destes sentimentos básicos, delimitam os caminhos que uma comunidade vai seguir através da voz de seus conviventes.

Por este motivo é importante compreender como os valores são produzidos no nosso cotidiano e com quais interesses e finalidades os princípios que estamos perpetuando reverberam. A quem estamos permitindo ter voz e de quem ela está sendo tolhida? Assim, a ética e amoral como motivações individuais, podem garantir ações singulares das pessoas e também defender um projeto coletivo de sociedade que impacta diretamente na dinâmica da vida de outrem.

2.1.1 Preconceito

*Palavras cortam como facas
Dizem que a carne é fraca
Por isso eu sinto tanta dor
E apesar de tantos tapas
Dizem que aquilo que não mata
Fortalece o sofredor*

(Preta D+ - Tássia Reis)

Compreender a categoria preconceito é fundamento para o desenvolvimento deste trabalho, porque a sua influência sobre o cotidiano da população de Travestis e

Transexuais colabora para o silenciamento, segregação e ineficiência na construção de políticas públicas universais que atendam as especificidades deste segmento populacional.

A importância está exatamente na qualidade única que o preconceito tem de influir em diversos aspectos da vida das pessoas, o preconceito é um elemento tipicamente exercido na vida cotidiana, mas não só. Este elemento tem uma capacidade de penetrar outros aspectos da vida e influenciá-los, o que para a população de Travestis e Transexuais significa uma vida de rupturas, violações, estigmas e silenciamentos, já que os conteúdos axiológicos agregados ao modo de vida, expressão corporal e comportamental, por exemplo, são geralmente negativados e muitas vezes associados há princípios como desonestidade, periculosidade, falsidade, depravação, despudor, indecência e imoralidade.

O preconceito é uma categoria típica da forma de pensar e agir no cotidiano, mas é uma categoria exclusiva desta esfera da vida social dos corpos. Por conta da capacidade de universalização presente no preconceito, esta tem a habilidade de penetrar nas outras esferas da vida. Entretanto, é importante ressaltar que, segundo HELLER (2016), o preconceito se origina na vida cotidiana, já é nessa esfera da vida que estão presentes aspectos como a efemeridade, o pragmatismo, a rigidez do modo de vida e atitudes repetitivas, sem esquecer da característica ultrageneralizadora que, como visto anteriormente, se apresenta por juízos provisórios ou regras provisórias de comportamento. Segundo HELLER (2016, p. 71): *“provisória porque se antecipa a atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática.”* Como o outro caráter do cotidiano é exatamente o pragmatismo e fundamento do empirismo, o juízo provisório será alterado à medida que não atender mais ao imediatismo da vida cotidiana.

Assim, para que cheguemos nos processos ultrageneralizadores é necessário analisar a forma como *assumimos estereótipos*, reproduzimos esquemas e analogias já elaboradas por outrem e outras gerações, afinal, outro componente do cotidiano é a história, e a maneira como interagimos com o conhecimento produzido é partilhado socialmente.

Na maioria das vezes, embora decerto nem sempre, o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração

primária (classe, camada, nação). No maior número de casos, é precisamente à assimilação dessas normas que lhe garante êxito. Essa é a raiz do conformismo. (HELLER, 2016, p. 71)

O pragmatismo intrínseco na vida cotidiana não pode ser confundido com a práxis, apesar de unir ação e conhecimento como a práxis. Existe um determinante neste processo que desvia e o descaracteriza como tal. O pragmatismo é mediado pela imediatividade, a junção entre ação e teoria acontece sem a intermediação da reflexão, o que promove o humano-genérico e alterações em seu estado.

Assim, o preconceito se alicerça nas características do cotidiano que inviabilizam ou dificultam a ascensão do ser em humano-genérico, sendo produto da vida e da estrutura dos pensamentos cotidianos imediatos, pragmáticos e ultrageneralizados. Outro ponto a ser observado segundo HELLER (2016, p. 74) é que “temos sempre uma fixação *afetiva no preconceito*. (...) Dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé e a confiança. O afeto do preconceito é a fé”. Já que a fé atende as necessidades pessoais, protege de conflitos e confirma ações anteriores.

Os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são preconceitos. Até agora impõe-se-nos à conclusão de que os preconceitos - pelo menos parcialmente - são produtos da vida e dos pensamentos cotidianos. (HELLER, 2016, p. 74)

Os preconceitos apresentam uma função na estrutura da vida cotidiana para a manutenção da coesão social e estruturas sociais hierárquicas e desiguais entre os diversos setores sociais ou classes sociais. Assim, o sistema de preconceitos é apropriado pelas classes dominantes no intuito de manutenção dos seus privilégios, adotando-se de mecanismos técnicos e ideológicos para a produção e reprodução de juízos provisórios. De acordo com HELLER (2016, p. 84): “*as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas)*.”

Deste modo, o preconceito é uma das múltiplas características do cotidiano e se insere enquanto um processo histórico, já que está em determinado contexto, alicerçado em compreensões provisórias da realidade que podem ou não ser perpetuadas ao longo de gerações, a depender das possibilidades de suspensão da realidade e dos afetos envolvidos em juízos provisórios. Por fim, segundo HELLER (2016, p. 92): “*todo o preconceito impede à autonomia do homem, ou seja, diminui à sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente,*

estretar a margem real de alternativo do indivíduo”. Além disso, encontra-se articulado com o pragmatismo da vida cotidiana, por meio da irreflexão da junção de conhecimento e ação.

2.2 Quem se importa com as travestis e as pessoas transexuais?

*Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Dizem por aí*

(A Carne - Elza Soares)

Discursar sobre a vivência travesti e transexual é trazer à tona vidas de rupturas, apartações e violações de direitos essenciais e básicos, significa também pensar a necessidade de olhar o esvaecer de um Estado Democrático de Direito para essa população. Requer compreender o limiar entre vida e morte em toda sua complexidade avalizada pelo Estado. Em poucas palavras, pressupõe intensidade, resistência e o enfrentamento para pensar uma outra forma de organização e de relação social e política. O travesti e/ou transexual desafia os padrões comportamentais, estéticos e de sociabilidade, no sentido em que sua natureza é transgressora, enfrenta o permitido ou não, o que é autorizado ou não, num jogo de poderes e interesses que interferem diretamente nas dinâmicas de vida dos sujeitos e das sociedades.

Assim, para auxiliar em nossa análise se faz necessário aprofundarmos um pouco mais no debate proposto no primeiro capítulo desta dissertação, que crescido às reflexões apresentadas anteriormente neste segundo capítulo, nos permitem ampliar o entendimento a respeito dos corpos que são dispensáveis socialmente, ou seja, aqueles corpos e aquelas vidas que são consideradas sem importância, ou descartáveis. Para tanto vamos utilizar o conceito de necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe (2018), que se traduz em uma política da morte operacionalizada e/ou permitida pelo Estado, em que o conjunto de instituições expressam sua máxima soberania através da seleção de quem pode viver e quem deve morrer.

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. (MBEMBE, 2018, p. 05)

O contexto e análises que precedem o desenvolvimento do conceito de Mbembe envolvem as condições de vida e morte da população negra na contemporaneidade e a aplicação de leis, punições, encarceramento massivo,

linchamentos e constituição da figura do inimigo e do medo, além da subalternização de um povo em detrimento da manutenção de uma estrutura social de privilégios e de poder.

Apesar do conceito do Mbembe ser direcionado a população negra, a lógica apresentada na necropolítica pode ser facilmente aplicada a população de travestis e transexuais, basta pensarmos nas condições de vida e de morte da maioria das pessoas pertencentes a identidades de gênero dissidentes²⁰. Faz-se presente na construção de uma imagem socialmente compartilhada de periculosidade em relação às travestis, em muitos casos “os travestis” quando se quer reforçar estereótipos e recusar a identidade feminina, enquanto àquela pessoa que transgrede toda e qualquer norma social e não consegue controlar seus impulsos sexuais e por isso apresenta uma patologia psiquiátrica, seja na fala, na vestimenta, na violência/agressividade, atividade laboral ou ainda como foco de Infecção Sexualmente Transmissível (IST’s).

Para compreendermos o funcionamento da necropolítica, o autor se utiliza dos seguintes conceitos: soberania, biopoder, racismo e Estado de Exceção. Para a realidade aqui apresentada, nós só precisamos alterar o racismo para transfobia²¹. Mbembe descreve o racismo como “uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar” (2018, p. 18); poderíamos utilizar essa descrição para a transfobia, salvas as devidas diferenças socioculturais e históricas envolvidas na análise do autor e as contidas no presente estudo. Entretanto, nota-se similaridades com os resultados à população alvo do exercício do racismo e transfobia, o processo de ruptura com a humanidade dessas pessoas, bem como a segregação, inclusive socioespacial com a guetificação, e o desenvolvimento de mecanismos de morte.

O exercício do biopoder pode ser visto nas ações mais banais do cotidiano, como a utilização de sanitários em ambientes públicos, qualquer pessoa cisgênero nunca enfrentou o impedimento de frequentar ou adentrar um sanitário de acordo

20 Compreende-se enquanto constituinte de identidade de gênero dissidente todas as pessoas que em sua trajetória de vida manifestam e expressam identidades de gênero em dissonância com a expectativa socialmente partilhada, ou seja, qualquer pessoa que ao longo de sua vida se apresente discordante do binômio social/natural de que todos os homens nascem com pênis e todas as mulheres nascem com vagina (cisgênero), e, assim, se reduz ao campo da biologia e natureza a constituição da identidade de gênero.

21 Transfobia é o preconceito e discriminação motivada pela identidade de gênero dissidente, seja travestis, transexual ou qualquer outra que não a majoritária socialmente (cisgênero).

com sua identidade de gênero, já que estes espaços foram pensados, arquitetados e produzidos por pessoas cisgênero, pensando nas demandas e necessidades de seus semelhantes. Entretanto, essa é uma barreira diária para a população de travestis e transexuais, por não ser entendido como um espaço elegível para essas pessoas, tendo em vista a periculosidade dessas pessoas ou suas vulnerabilidades (considerando os homens trans e o risco de violência sexual), para isto basta lembrarmos do caso da Lanna Hellen, travesti que em janeiro de 2020 denunciou o Shopping Pátio, localizado na Cidade Universitária, em Maceió²², por ter sido retirada do sanitário feminino e, assim, ter sua integridade violada.

O uso da soberania pode ser visto em um ato presidencial de veto a uma propaganda bancária, cuja ocasião exaltava a participação de atrizes e atores negras/os e de identidade de gênero dissidente. A simples imagem de uma pessoa negra ou de identidade de gênero dissidente se tornam um atentado aos princípios morais e éticos de outrem, uma ameaça aos valores e sanidade de um padrão de sociabilidade constituído na heterocisnormatividade. Como pode ser vista na fala do próprio presidente Jair Bolsonaro (2019): “A linha mudou. A massa quer o quê? Respeito à família. Ninguém quer perseguir minoria nenhuma. Não queremos que dinheiro público seja usado dessa maneira. Vocês sabem que essa não é a minha linha”²³. Segundo Mbembe, essa é uma expressão da soberania e o desenvolvimento da relação de inimizade.

A percepção da existência do outro como um atentado contra a minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característicos tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2018, p. 19-20)

Percebemos, assim, que o caráter de exceção dos direitos se estabelece e marca uma determinada identidade de gênero, a dissidente. O Estado dessa forma legitima práticas nocivas à saúde e vida da população LGBT, mesmo havendo uma Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2011) ou o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004), a implantação depende do interesse profissional por

22 O caso ocorreu no dia 03/01/2020 e foi noticiado por muitos veículos de comunicação, uma das matérias pode ser vista no site a seguir: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/01/04/travesti-denuncia-que-foi-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-maceio.ghtml>

23 O fato ocorreu em meados de abril de 2019 e foi noticiado por alguns veículos de comunicação, uma das matérias tratando sobre o veto presidencial pode ser vista no site a seguir: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/27/bolsonaro-diz-que-linha-do-bb-mudou-e-defende-veto-a-comercial-com-negros.htm>

capacitação; não se tornou uma política de Estado, ou seja, de aplicação sistêmica e compulsória pelos entes federativos.

A presença do Estado na vida das travestis e pessoas transexuais ainda não se apresenta enquanto cuidador ou preservador de direitos e em muitos casos ainda é a sua presença e interferência que legitima a política de um “inimigo”, ou – ainda – atribui danos secundários a vida das pessoas, ocasionando uma expectativa de vida rebaixa de aproximadamente 37 anos. Uma amostra disto é o desenvolvimento de um Processo transexualizador que não prevê a implantação de próteses mamárias em travestis e mulheres transexuais, contribuindo para a aplicação caseira de silicone industrial, ou a escassez de ambulatórios e hospitais credenciados para o desenvolvimento do processo sexualizador, o que contribui para as práticas caseiras de hormonização e modificação corporal.

Esta desregulação da presença do Estado na vida das travestis e pessoas transexuais é presente desde tenra idade, com o despreparo dos ambientes educacionais para garantir a permanência de crianças, adolescentes e jovens travestis e transexuais nos bancos escolares; dos Conselhos Tutelares e rede de proteção às crianças e adolescentes em atuam em casos de violência intrafamiliar²⁴ e expulsão de lares.

Ainda sobre a função do Estado, seu caráter protetivo não se aplica quando se trata de pessoas com identidade de gênero dissidente, apresentando-se com arranjos de crueldade e sadismo, uma vez que a presença do Estado se dará para humilhar ou patologizar a vivência travesti e transexual, destituindo inclusive o direito das pessoas em deliberar sobre os próprios corpos, e seus nomes. Pensando nos procedimentos envoltos nas cirurgias de transgenitalização²⁵, e nos antigos procedimentos para a Retificação do Prenome Civil, em ambos os casos tais direitos eram delegados a uma junta médica e as profissionais do judiciário, respectivamente.

24 O adolescente Itaberli Lozano, de 17 anos, apesar de não ser transexual ou travesti exemplifica a forma brutal com que a população LGBT é assassinada e sofre com a violência intrafamiliar. A matéria sobre o caso pode ser acessado pelo site: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/11/26/mae-acusada-de-matar-e-queimar-filho-adolescente-em-cravinhos-sp-vai-a-juri-popular.ghtml>.

25 Os procedimentos cirúrgicos de Transgenitalização, são comumente conhecidos como a cirurgia de Redesignação Sexual, e objetivam o desenvolvimento de um neopênis ou neovagina para as pessoas transexuais e travestis.

Um exemplo de tal fato é o Processo Judicial impetrado por Neon Cunha²⁶, em 2016, para que obtivesse o direito de retificar os seus documentos sem a necessidade de um diagnóstico de Disforia de Gênero, ou similar, sendo que em caso de recusa do Judiciário à ativista solicitava morte assistida. Ressalta-se que até 2018 tal direito só era concedido judicialmente mediante a apresentação de provas da necessidade de retificação de nome, com isso queremos dizer que as pessoas travestis e transexuais eram obrigadas a reunir provas sobre as necessidades que geralmente eram: laudos médicos, psicológicos e sociais sobre o assunto, fotos que comprovam que a pessoa vivia como travestis ou transexual e testemunhas. Todavia, não raro, tais elementos não eram entendidos como suficientes e há relatos de solicitações de perícias médicas, ou demais documentos e procedimentos que a autoridade judicial considerar necessário e pertinente.

Deste modo, a ativista escarra em seu processo judicial os abusos que as instituições e a sociedade exercem nas vidas das pessoas travestis e transexuais tirando-lhes o direito à autodeterminação e a liberdade sobre o corpo e vida.

São nesses detalhes quase imperceptíveis para pessoas cisgênero que a desproteção do Estado engendra uma política de invisibilidade, subalternização e objetificação dos corpos dissidentes, e a política da morte se desenvolve para ganhar contornos numéricos. Em que as áreas legitimadas para a vivência da corporalidade travestis e transexual se constituem nos guetos, nas pistas e esquinas, passíveis de contratos verbais de trabalho, sem garantias de direitos trabalhistas e sujeitas a intervenção policial ou miliciana, quando não são benquistas, como o caso de intimidação e violência que as travestis e mulheres transexuais foram submetidas na região do Jockey Club de São Paulo em 2017²⁷.

Por fim, é no *não-lugar* ocupado por essa parcela da população e a transfobia que se estabelece a licença para matar, desfigura e apagar a identidade. O não-lugar aqui é entendido enquanto aquele lócus da desproteção social, da subalternização e colonização, enquanto espaço desprestigiado e passível do

26 Para saber mais sobre Neon Cunha e o processo judicial que ela moveu, nós recomendamos a leitura do depoimento dela concedido para o Geledés, disponível em : <https://www.geledes.org.br/depoimento-neon-cunha-pediu-morte-assistida-se-justica-nao-reconhecesse-seu-de-genero/>

27 Os fatos foram denunciados em meados de outubro de 2017 por um grupo de travestis e mulheres transexuais que trabalham nas imediações do Jockey Club na capital paulista, os fatos podem ser vistos na matéria a seguir: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/pms-sao-suspeitos-de-jogar-bomba-atirar-agredir-e-ameacar-matar-travestis-em-area-nobre-de-sp-veja-video.ghtml>.

exercício da soberania, em que se força o “inimigo” à submissão, a um lócus entre sujeito e objeto. Segundo Mbembe (2018, p 39): Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto.

2.3 Por outra ética, uma ética transviada!

*Já tava na cara que tava pra ser extinto
Que não adiantava nada bancar o machão se valendo
de pinto
Tu se achou o gostosão, pensou que eu ia engolir?
Ser bicha não é só dar o cu
É também poder resistir*

(Talento - MC Linn da Quebrada)

É na vida cotidiana que se estabelecem e materializam as interações humanos, por meio de relações de reciprocidade, em que se estabelecem os vínculos, as afinidades e estranhamentos, é o que denominamos de relações sociais, sendo estas essenciais para o desenvolvimento da vida em comunidade, bem como para a produção e reprodução da sociabilidade. Nas relações sociais está compreendida a produção tanto de objetos materiais quanto de elementos imateriais latentes as subjetividades da vida (CARDOSO, 2013).

A vida cotidiana, como vimos anteriormente, é permeada de escolhas, o que trará à materialidade e objetivação. Tais escolhas são repletas de intencionalidades e finalidades, tendo como referências as vivências individuais e coletivas, prospectando o melhor possível para o presente e com a pretensão de construir um futuro. Portanto, as escolhas tem como pano de fundo os valores e juízos de valores (CARDOSO, 2013).

Os valores não são e não podem ser reduzidas a ações ou atitudes. São princípios e conceitos construídos coletivamente a partir das relações sociais, com a finalidade de direcionar as ações da humanidade. Por isso, vinculam-se ao modo de organização da vida de uma determinada sociedade, assim, o contexto histórico se configura como um determinante importante para a manutenção ou transformação dos valores.

Deste modo, os valores estão presentes em nossa vida desde o momento em que nascemos – pois resultam de um acúmulo histórico – e das relações intergeracionais, sendo transmitidos pela humanidade através de suas instituições, como à família, religião, escola, mídia, internet e etc. Assim, os valores são apreendidos enquanto um processo de apreensão é passível de questionamento, interpretação e transformação.

Quando nascemos, portanto, os valores já estão estabelecidos ao nosso redor. Assim, não dependem apenas de nossa avaliação para a nossa existência, se o achamos bons ou ruins. Dependem sobretudo, de nossa ação para a sua manutenção, e aqui está, justamente, a importância das

diferentes práxis sociais. Se não percebemos isso, não teremos a importante noção de historicidade. Se assim não fosse, ao observarmos a história, teríamos uma linearidade e igualdade de valores. Assim, como a história mutável, pois tem o homem como sujeito de sua construção, os valores também o são. (CARDOSO, 2013, p. 35)

Diante do exposto, a construção e perpetuação cotidiana de valores partilhados coletivamente acrescenta conteúdos axiológicos positivos ou negativos para as ações individuais e para a participação social de determinados grupos, como nos diria Heller (2016), de acordo com o acúmulo coletivo hegemônico. Portanto, a interpretação social das ações enquanto sua utilidade, validade e moralidade, correspondem às necessidades e possibilidades sócio-históricas que a humanidade dispõe em determinado momento e contexto (BARROCO, 2001).

Assim, viver – ou melhor seria dizer sobreviver? – em uma sociedade que pensa, deseja, e compactua com a política de morte para a População travesti e transexual, é passar o dia a dia, ou o cotidiano, lapidando uma política de sobrevivência. É articular e aprender, desde a tenra idade, a construir estratégias para sair ileso a cada movimento, sentir-se representado em uma sociedade que não foi pensada e desenvolvida para si, é existir em um mundo de maneira perversa, esquizofrênica e solitária. Afinal enquanto pessoa transviada, é ser desprovida de um eu, de uma identidade, da categoria de sujeito; é ser coisificada, e como coisas ser descartável.

(...) mais um dia que saí ileso, que voltei para minha caminha com alguma cicatriz de guerra, mas nada demais, o ânimo um pouco estropiado, um arranhãozinho de nada, um pouco de saliva que não deveria ter engolido, mas eu não estava a fim de armar um barraco, um salto quebrado por apertar o passo e olhar em frente em vez de me virar porque me pareceu ouvir risos, uma provocação em uma rodinha de adolescentes. (VIDARTE, p. 79, 2019)

Esse mundo é pensado, construído e perpetuado em uma perspectiva ultrageneralizante e homogeneizante – características próprias do cotidiano, como vimos anteriormente – e com isso, prevalece a imposição de uma forma de viver heterossexista e cissexista. Com isso, queremos dizer que os aspectos cotidianos reforçam, prevalecem e remontam formas de socializar as pessoas como heterossexuais e cisgêneros.

(...) nascidas macho e fêmea, menino e menina, nascidas heterossexuais, obrigadas ao binarismo hétero, quando o que somos é um bando de sapas, bixas e trans e precisamente não se pode dizer que tenhamos nascido bem. (VIDARTE, p. 76, 2019)

Considerando este modo de pensar, cuja prevalência é de uma regra rígida sobre a constituição corporal e sexual, heterossexual e cisgênero, nós construímos

uma sociabilidade que naturaliza tais comportamentos e que obriga a população LGBTI de forma geral a assumir publicamente a identidade e reafirmá-la cotidianamente. Como uma consequência do trato à população LGBTI como heterossexual e cisgênero compulsoriamente, o Estado construiu uma política de saúde que penaliza população de travestis e transexuais, obrigando a comprovar que não é cisgênero e, assim, necessitar de acompanhamento específico e diferenciado para algumas demandas.

Diante disso, é exigido às pessoas transexuais e travestis que passem pelo menos 2 (dois) anos compulsórios em acompanhamento psiquiátrico, para outrem assegurar a identidade e decidir que tem direito ao próprio corpo (conforme inciso II, § 2º do art. 14, da Portaria nº 2.803/2013 que institui o Processo transexualizador no âmbito do SUS).

Art. 14. Ficam incluídos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS os procedimentos a seguir:

...

§ 2º Em relação ao cuidado dos usuários e usuárias no Processo Transexualizador:

...

II - os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Portaria serão iniciados a partir de 21 (vinte e um) anos de idade do paciente no processo transexualizador, desde que tenha indicação específica e acompanhamento prévio de 2 (dois) anos pela equipe multiprofissional que acompanha o usuário(a) no Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador.

Ser transviada em nossa sociedade é um ato de sobrevivência e de subversão em um meio social agressivo a existência Travesti e Transexual, em que a política legal e real ainda apresentam hiatos. Enquanto parte das reivindicações são atendidas no âmbito legal, como a eliminação de processo judicial para a retificação de prenome; no cotidiano, as travestis e transexuais ainda são assassinadas com requintes de crueldade a luz do dia, como o caso Dandara dos Santos²⁸, em Fortaleza/CE, e muitas vezes os casos são arquivadas sem as devidas investigações.

Segundo a ANTRA, em 2019 houve 124 assassinatos de Travestis e Transexuais, sendo que apenas 11 casos tiveram os suspeitos identificados e 7% estão presos, houve um decréscimo no número de morte em relação ao ano

28 O assassinato da Dandara dos Santos é emblemático a medida que analisamos que o caso foi realizado por um grupo de pessoas a luz do dia, foi filmado e compartilhado em redes sociais, além do fato de durante a gravação ser possível identificar que existem outras pessoas assistindo as agressões sem reagir em defesa da Dandara. Os fatos podem ser vistos na matéria a seguir: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>

anterior, já que em 2018 foram 163 assassinatos (dados retirados dos Dossiês anuais da ANTRA, lançados em 2019 e 2020). Entretanto isso não significa, necessariamente, que a transfobia diminuiu ou que estamos no caminho da sua superação. O que de fato podemos afirmar sobre esse decréscimo é que houve uma diminuição de notificações em registros, porque não se pode deixar de avaliar a dificuldade da população LGBT, principalmente a população T, em ser devidamente atendida nos órgãos públicos, nesse caso da segurança pública, o que ocasiona a desconfiança e repúdio da população aos mecanismos estatais de garantia de direitos.

A População travesti e transexual ainda vive no hiato da cidadania, com desconfiança dos serviços públicos e o fantasma da violência institucional, apesar de termos avançado no respeito às identidades das Travestis e Transexuais, ainda é comum depender de um profissional atualizado, ou ao menos “sensível”, para que haja pelo menos o respeito ao uso do nome social e conseqüentemente a sua identidade de gênero. Assim, os espaços que deveriam garantir os direitos da população se tornam mais um espaço de violação, negligência e segregação dessa população.

Por isso se faz urgente a discussão das arraigadas bases éticas, morais e socializantes, defendidas, e perpetuadas nas ações cotidianas mais banais, já que como seres abjetos – transviados, bichas, sapatonas, bissexuais, travestis, transexuais e toda a diversidade de corpos e sexualidade não normatizadas pelo padrão hétero/cis – não são representados e acolhidos em sua complexidade. É preciso apontar e denunciar que o atual horizonte de sociedade não aceita esta diversidade de existência, a proposta ultrageneralizadora é massacradora das minorias, essa ética universal e global serve para a perpetuação de privilégios e poder em detrimento da ilusão da cidadania das minorias.

Toda ética universal, no fundo, é absolutamente particular, é uma ética de classe, de povo escolhido, de héteros, de masculinos, de uma maioria que pretende impor uma ética particular – por muito majoritária que seja – a todos em seu próprio benefício e em prejuízo das minorias que não pertençam ao seu círculo de poder: a fundação ou proclamação de uma ética sempre é uma operação de poder, de opressão e de controle social. (VIDARTE, p. 26, 2019)

Assim, é preciso assumir que ser transviada é primordial na vida abjeta, ou seja, ser Travesti e Transexual é fator socializante, é determinante na sua trajetória pessoal, é o fator que estabelece as barreiras sociais e, inclusive, a longevidade, já

que a expectativa de vida é em entorno de 35/37 anos. Ou seja, antes de tudo se é Travesti e Transexual, aprende-se a ser e não ser esse indivíduo são introjetadas cargas emocionais e morais, hormônios, pelos e silicone, é construído um corpo, um modo de ser e agir, são apresentadas demandas e criados diagnósticos psiquiátricos. Por isso, é necessário que os abjetos demonstrem quem são e construam a sua própria ética, pensar por si e para si; afinal, a maioria hétero/cis já construiu a imagem que tem sobre os seres não bem quistos.

(...) eles nos impõem – sob uma fachada de universalidade, democracia, ética, moral, unidade – uns padrões para nos conduzir socialmente, para neutralizar nossa singularidade, a idiosincrasia, que temos como minoria, extinguir qualquer sinal de desconformidade com os modos majoritários, de convivência, excluindo-nos de fato como minoria possuidora de características, desejos, atitudes diferentes. (VIDARTE, p. 26, 2019)

Uma ética transviada, ou bicha como sugerida por Paco Vidarte, é a construção e perpetuação das bases que constituem as identidades de gênero e sexuais minoritárias, pensada por essas pessoas e para essas pessoas, em que haja representatividade e pertencimento. Cujas singularidade esteja presente e as pessoas sejam mais que humanas genéricas, profissionais ou pertencentes às classes sociais em luta, já que, como dito, ser Travesti e Transexual é fator determinante e basilar das pessoas. Vimos que a condição de humano não pertence às Pessoas travestis e transexuais, a elas é negado essa condição, assim a ultrageneralização e discurso serve ao outrem, à pessoa hétero/cis que mantêm seus privilégios intactos e, entre eles, o de subordinar as diferentes identidades de gêneros e sexuais.

A ética hétero/cis é perpetuada e administrada por diversos ambientes e instituições, afinal, a família, a igreja, a mídia, as artes, a cultura e as instituições representativas defendem os interesses majoritários da população e, assim, criam pessoas transviadas desacreditadas em seus desejos, cindidas com sua subjetividade e com a sua felicidade. Construir outra ética é revisitar os costumes, valores, princípios e motivações introjetados por uma sociedade hétero/cis em nós, e propiciar sermos orientados enquanto seres transviados em busca de elementos que nos representam que façam jus a nossa particularidade e singularidade, que respeitam as nossas vidas.

Talvez fosse bom dispor de algo semelhante a uma nova ética para ser ensinada pelos colégios ou para ser aprendida por aqueles que, como eu, se criaram aprendendo e interiorizando éticas inventadas por e para heterossexuais. Nosso código de valores, nossas pautas de conduta,

tudo que fazemos e pensamos, querendo ou não, sempre medimos à luz de abordagens e propostas éticas heteronormativas, procedentes de âmbitos tão homofóbicos como a igreja, a religião, a filosofia, a escola, a universidade, a política, os partidos, a cultura, o cinema e todos os discursos morais que as instituições proclamam aos quatro ventos para impregnar pouco a pouca as pessoas massivamente e desde pequenininhas. (VIDARTE, p. 19 – 20, 2019)

Não podemos nos enganar e acreditar que a construção de outra ética colocará fim a todas problemáticas cotidianas da População travestis e transexual. É preciso remontar o cotidiano e analisar que nele são presentes diversos projetos de sociedade em disputa de hegemonia e legitimidade, afinal a heterogeneidade é outra característica dessa malha complexa que é o cotidiano. Já que o cotidiano é o espaço da contradição.

Entretanto, propor outra construção ética pode auxiliar no combate da transhomofobia²⁹ e aliar-se a outras minorias, reivindicando a categoria sujeito e o direito de existência sem a marca de ser enquadrado como *inimigo de Estado número um*. Entretanto, sem cair na falácia dos Direitos Humanos que não rompe com a lógica imposta, concedendo pequenas conquistas sem alterar em profundidade a realidade estabelecida pelo Estado de Exceção imposto às minorias sociais. Segundo VIDARTE (p. 66, 2019): “Sabemos por experiência própria que os direitos humanos são um instrumento político de opressão e um muro de contenção frente a reivindicações de base muito radicais”. Ou ainda:

Se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente a seguir à Segunda Grande Guerra, não é difícil concluir que as políticas de direitos humanos estiveram em geral ao serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos. (SANTOS, p. 20, 1997)

Desenvolver outra ética é reconhecer o caráter político das vidas transviadas, compreender o agente político em suas reivindicações e lutas que não terminam com a conquista do reconhecimento legal de um direito abstrato, mas que se perpetua com a subversão de continuar existindo na necropolítica cotidiana, ou como as meninas e meninos diriam *colocando a cara no sol*. A busca por matrizes que atendam aos anseios transviados, traz a organicidade e a liberdade de existência, englobando a construção corporal, de pensar e agir.

29 Discriminação e preconceito direcionada a população LGBT, em toda a sua complexidade e diversidade sexual e de gênero, compreendendo que cada parcela dessa população é atingida e violentada de maneiras distintas. Apesar das bases serem a mesma em muitos momentos como a misoginia e o machismo. Entretanto, a motivação e as expressões desses elementos são sentidas e aplicadas em consubstancialidade, enquanto sexualidade, identidade de gênero e órgão genital primário.

Eu creio que ser bixa ou lésbica neste momento deixou de ser uma opção ética autônoma e que a opção sexual passou para um segundo plano, pois já não contém potencial emancipador nenhum, obedecendo a na maioria das vezes a interesses espúrios, sejam de classe, de privilégios consolidados de status econômico, de raça ou procedência, de nacionalidade. Uma ética bixa deverá recuperar a solidariedade entre os oprimidos, discriminados e perseguidos, evitando estar a serviço de éticas neoliberais criptorreligiosas herdadas em que fomos criados e nas quais se forjam nossos interesses de classe, e recuperar a solidariedade com outro que foram e são igualmente oprimidos, discriminados e perseguidos por razões diferentes de sua opção sexual. (VIDARTE, p. 22, 2019)

Uma ética transviada deve ser aglutinadora, complementar, integradora, dialógica e dialética, sem perder de vista que as particularidades das minorias e sem incorrer no erro de produzir uma ética universal. Esta nova ética deve ser produtora de uma nova concepção de humanidade e relações sociais, cuja coexistência seja pautada e reconhecendo as limitações e responsabilidade inerentes com aquelas pessoas que a nossa luta excluiu, silenciou ou marginalizou.

Existe uma responsabilidade inalienável por todos aqueles a quem a luta pelos nossos direitos excluiu, silenciou, pisoteou e manteve a margem de qualquer mesa de negociação; responsabilidade pelas prioridades escolhidas na luta primeiro gays e lésbicas, depois transexuais... (VIDARTE, p. 23, 2019)

A discussão deve ser guiada a partir de outro *ethos*, a partir da experiência e vivência das minorias, em que o reconhecimento das particularidades e singularidades ganhe evidência na trama social. Em que as pessoas possam se desenvolver plenamente sem serem excluídas nas instituições de ensino, de seus lares e famílias, sem que a passabilidade³⁰ seja um passaporte para o exercício da humanidade.

Creio apenas que está na hora de criarmos outra ética, nascida de um *ethos* muito particular no qual nos inscrevemos como ninguém mais. Um *ethos* deixa de ser o mesmo se nele vivem uma bixa ou um hétero, um negro ou um cigano, uma trans ou uma judia, uma universitária ou um operário. É preciso, em primeiro lugar, conseguir ser “eu”, desenvolver um “eu-bixa”, e levar suas potencialidades ao máximo e, em segundo lugar fazer nosso *ethos* mais habitável, mais agradável e acolhedor, mais seguro, menos discriminatório. (VIDARTE, p. 37, 2019)

A luta deve ser libertadora, o *ethos* deve guiar as travestis e pessoas transexuais para a construção de uma identidade livre, segura e orgulhosa, de sujeitos de luta, e não pra uma identidade secundarizada, enquanto população de

³⁰ A passabilidade é experiência de uma pessoa travesti e transexual ser lida socialmente como uma pessoa cisgênero, ou seja, é o famigerado “nunca diria que vocês é trans”, ou “nossa nem parece trans”, podem ser expressas com procedimentos estéticos para tal, como a feminilização facial. O mesmo ocorre com outras minorias sociais, e estas minorias muitas vezes se utilizam de artifícios em busca da passabilidade, enquanto estratégia de sobrevivência. Para aprofundar na questão, aconselha-se a leitura da militante transfeminista Daniela Andrade.

segunda categoria que deve ser submissa e domesticável pelas terapias comportamentais, pelos Códigos Internacionais de Doenças (CID's) impostos e o enquadramento profissional do que é ser homem e mulher.

Deste modo, uma ética transviada feita por Travestis e Transexuais, feita para elas e eles, deverá servir para evidenciar a incomunicabilidade entre os sujeitos oprimidos e a ética universalista, que afeta as pessoas e forja os privilégios e as obrigações em detrimento da sublimação de si mesmo e dos outros.

Por fim, ressaltamos que a proposta deste capítulo centra-se na tentativa de trazer à reflexão elementos importantes para compreensão do cotidiano vivenciado por Travestis e Transexuais e, conseqüentemente, por uma parcela de Assistentes Sociais engajados no atendimento dessa população.

Por isso, evidenciar a construção e perpetuação de valores morais no cotidiano, é compreender o contexto sócio-histórico em que estamos inseridos, bem como as possibilidades de ruptura e transformação de uma política social segregacionista que limita o desenvolvimento integral do humano genérico que possibilita o curso de uma política de morte. Desse modo, cada subcapítulo abordou um elemento chave (vida cotidiana, preconceitos ou juízos de valor provisórios, necropolítica e ética) para que possamos vislumbrar as possibilidades de construção de uma outra ordem societária em que tenhamos outros valores centrais, como a liberdade, coletividades, empatia e equidade.

Capítulo 3 – A construção de uma identidade: Percurso metodológico

Nossa metodologia de análise foi desenhada para compreender a dimensão social da atuação profissional de assistentes sociais – a *práxis* – e analisar como as profissionais se posicionam em relação às demandas atendidas em contexto sociocultural pautado pelo padrão cisheteronormativo. Não se faz necessária a exclusividade em atuar ou ter atuado em um serviço especializado para que seja apreendida a posição política da atuação profissional com relação ao arbítrio e opressão que a população *T* está submetida. E, assim, observar se o convívio com Pessoas travesti e transexuais pode ocasionar alterações nos padrões de atuação e de vivência desses profissionais.

Como objetivo geral, a pesquisa se propõe compreender e analisar o cotidiano da prática profissional da assistente social no atendimento à população de Travestis, Mulheres transexuais e Homens transexuais. Este capítulo possui os objetivos específicos:

- a) Analisar o cotidiano do assistente social no atendimento à população;
- b) Compreender a dinâmica da prática desse profissional;
- c) Observar de que modo o trabalho com esta população tem repercussões no exercício da prática dos assistentes sociais;
- d) Desvelar os conhecimentos subjacentes a essa prática;
- e) Contribuir para as políticas sociais de preservação dos direitos humanos e sociais desta população

A partir dos objetivos propostos e considerando a natureza do objeto de estudo da pesquisa é de natureza qualitativa e crítica e é nosso intento articular os conhecimentos subjacentes com fenômenos e práticas sociais.

Também tratamos neste percurso metodológico das alterações e adaptações que tivemos que realizar – já que o momento de pandemia que atinge a todos, limita seriamente o contato com as pessoas e aos contextos em que estão inseridos. Em todo o período programado para a realização da proposta da pesquisa de campo (março a maio) tivemos que nos submeter a única medida de profilaxia conhecida e proposta pelos organismos de saúde: o isolamento social ou distanciamento social.

Por isso, a metodologia proposta para a execução desta pesquisa precisou ser revista e alterada radicalmente. Inicialmente propúnhamos o desenvolvimento e

execução de grupos contendo no mínimo 6 (seis) pessoas. Diante da impossibilidade buscamos uma modalidade de coleta de dados simplificada que não envolvesse uma situação de risco e exposição das pessoas participantes. Este fato demandou tempo para preparação, reorganização de material, reestruturação metodológica.

A proposta inicial consistia em explorar metodologicamente as possibilidades de uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo obtida pelos depoimentos dos sujeitos envolvidos no exercício da prática com a população de travestis, mulheres transexuais e homens trans. Assim, reorientamos o modo de obtenção das informações elaboramos um questionário para realizar entrevistas *online*.

A opção metodológica consistiu em utilizar as facilidades tecnológicas para alcançar o público chave dessa pesquisa. Em muitos casos, esse público também desenvolve suas atividades laborais em serviços considerados essenciais e, dado o momento, sofreram uma intensificação em sua carga de trabalho, tendo em vista o afastamento de seus colegas de trabalho, ou pelo próprio aumento na procura das pessoas atendidas pelos serviços prestados por estes profissionais.

Assim nossa metodologia de pesquisa buscou descobrir como as assistentes sociais promovem o atendimento adequado às demandas da população de travestis e transexuais. Para alcançar o intento em recolher as informações, utilizamos um formulário *online* composto de perguntas abertas e fechadas (ver anexo), aplicado com o auxílio da plataforma Google formulários e por WhatsApp, disponibilizado para profissionais assistentes sociais de diferentes áreas de atuação. A coleta de dados ocorreu entre os meses de abril e maio de 2020.

O critério para a escolha das participantes que responderam o questionário, deve-se a inserção laboral do pesquisador, que contribuiu para a construção de uma rede de contatos relativa à assistentes sociais que atuam ou atuaram por algum tempo no atendimento direto e indireto à população de travestis e transexuais.

A partir desse conhecimento e contato prévio as profissionais foram convidadas a participar da pesquisa, os convites foram enviados por e-mail e whatsapp, contendo o link de acesso ao questionário. Assim, também foi feito um mapeamento dos espaços ocupacionais onde as assistentes sociais trabalham com

a população de travestis e transexuais, ou que tenham sua atuação profissional marcada pela presença dessa parcela da população.

Os espaços ocupacionais previstos – e que servirão como mecanismos de localização de profissionais – estão todos localizados no município de São Paulo, foram: Núcleo de Defesa da Diversidade e Igualdade Racial, na Defensoria do Estado de São Paulo; AMTIGOS - Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual, no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; CRD - Centro de Referência da Diversidade, Serviço da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social; Centro de Acolhida Florescer, Serviço da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e Ambulatório de saúde integral para travestis e transexuais, Serviço da Secretaria Estadual de Saúde.

Entretanto, a divulgação da pesquisa também contou com a colaboração das profissionais que participaram dela. Muitas, informaram conhecer outras pessoas que poderiam contribuir e em alguns casos até compartilharam o convite com outros profissionais conhecidos. Esse processo de divulgação realizado por participantes não foi um efeito planejado ou requisitado, mas foi fundamental para que alcançássemos 18 (dezoito) pessoas interessadas em contribuir com o nosso trabalho.

3.1 Exploração do material

*Estou procurando
Estou tentando entender
O que é que tem em mim
Que tanto incomoda você
Se é a sobancelha, o peito
A barba, o quadril sujeito
O joelho ralado apoiado no azulejo
Que deixa na boca o gosto
O beijo
Saliva desejo
(Submissa do 7º Dia - MC Linn da Quebrada)*

A pesquisa se alicerça no interesse em conhecer a percepção das assistentes sociais a respeito da sua atuação com a população de Travestis, Mulheres transexuais e Homens transexuais. Para tanto, optou-se pela utilização de um questionário online para coleta de dados, sendo desenvolvido na plataforma “Google

Formulários” e ficou disponível para preenchimento durante todo o mês de maio de 2020, através do link: <https://forms.gle/1UXh9MK7aEepJbUb9>.

Durante o processo de elaboração do projeto de pesquisa, realizamos um levantamento dos espaços sócio-ocupacionais em que assistentes sociais exerciam atividades de atendimento à população de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens transexuais e espaços vinculados às seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Judiciário e Direitos Humanos, principalmente. Os serviços especializados serviram de mecanismo para localizar profissionais engajadas com a temática e que em seu cotidiano construíram uma rede de atenção às demandas da população T.

O critério para participação na pesquisa foi atuar ou ter atuado como assistente social, sem a necessidade de trabalhar especificamente ou unicamente no atendimento à população T. Isto porque, independente de ser um serviço especializado para esse público, as assistentes sociais ocasionalmente atendem Pessoas travestis e/ou transexuais no seu cotidiano de trabalho devido à natureza de suas demandas, ou seja, muitas das demandas apresentadas pela população T são tratadas em serviços não especializados, como Centros de Referência da Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, Defensoria Pública, Delegacias e Escolas.

A experiência profissional, a história e os conhecimentos adquiridos são a matéria prima desta pesquisa, elementos que contribuem para construção de um referencial a respeito da compreensão que as assistentes sociais possuem sobre a população atendida.

Por este motivo, esta pesquisa se constitui enquanto um método de investigação qualitativo em que não há prevalências de representação estatística e numérica para as respostas obtidas no trabalho de campo. A pretensão é compreender os discursos, os significados e as construções profissionais de assistentes sociais, para além da incidência ou repetição de fatos.

O importante nesse contexto, não é o número de pessoas que vai prestar a informação, mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa. A riqueza que isso traz para o pesquisador é muito importante permitindo-lhe aprofundar efetivamente, na relação sujeito-sujeito, o seu objeto de análise. (MARTINELLI, p. 26, 1999)

Para essa pesquisa, o principal elemento é o que foi vozeado e as informações escritas pelas pessoas. O material estudado consiste na experiência e na história profissional das assistentes sociais. O conteúdo transmitido é a matéria

prima para a perspectiva qualitativa, que permitiu construir hipóteses e tendências que possibilitam serem aprofundadas.

Para que esta forma de fazer pesquisa se efetive, há necessidade que tanto pesquisador quanto o público participante se exponham, apresentem os seus pensamentos e posicionamentos políticos. A partir disso é possível avançar no processo de construção e defesa de projetos societários.

Na pesquisa qualitativa todos nós expressamos como sujeitos políticos, o que nos permite afirmar que ela, em si mesma, é um exercício político. Não há nenhuma pesquisa qualitativa que se faça à distância de uma opção política. Nesse sentido, ela é plena de intencionalidade, busca objetivos explicitamente definidos. No momento em que estabelecemos o desenho da pesquisa, em que buscamos os sujeitos que dela participarão, estamos certamente apoiados em um projeto político singular que se articula à projetos mais amplos e que, em última análise, relaciona-se até mesmo com o projeto de sociedade pelo qual lutamos. (MARTINELLI, p. 28, 1999)

O contexto social peculiar e particular que a humanidade está vivendo acabou por corroborar pela adoção do questionário³¹ online, tornou-se a melhor maneira executável de aproximação do público chave à pesquisa e pela sua facilidade de ser acessado por computador, tablet ou celular. Além do fato de poder ser acessado e preenchido simultaneamente por mais de uma pessoa, não precisa do deslocamento das pessoas envolvidas, assegurando assim o isolamento e distanciamento social tão necessário no atual contexto.

Outro ponto avaliado para à adoção de questionário, foi a independência e autonomia das pessoas participantes em responder sem a interferência do pesquisador, ou mesmo da disponibilidade de uma agenda em comum entre o pesquisador e a pessoa participante.

Ressalta-se que muitas assistentes sociais exercem suas atividades profissionais em serviços considerados essenciais nesse contexto de pandemia, como Assistência Social e Saúde. Essas duas áreas de atuação do Assistente Social tiveram suas rotinas de trabalho intensificadas pelo contexto de pandemia. Seja a retração dos empregos, e conseqüentemente aumento da taxa de desemprego, ou pela intensificação das situações de violência e violação de direitos no âmbito intrafamiliar e extrafamiliar. Outro ponto a ser considerado é a diminuição

31 Segundo Severino (2207) o questionário se constitui enquanto um conjunto sistematicamente articulado de questões que objetivam colher informações escritas das pessoas participantes da pesquisa, com a finalidade de se conhecer à opinião dessas pessoas sobre o assunto estudado.

de profissionais em seus postos de trabalho por serem considerados grupo de risco, fato que contribui com a intensificação das jornadas de trabalho.

Considerando que a maioria dos serviços levantados anteriormente como chave para a localização de assistentes sociais estavam inseridos nas políticas consideradas essenciais, buscou-se favorecer à participação desse nicho profissional construindo um mecanismo que facilitasse o acesso e permitisse uma maior capilarização.

Assim, o questionário elaborado pretendia compreender a dimensão da atuação profissional com a população *T*, através de perguntas fechadas e abertas, que abordaram à identificação das participantes; regime de contratação; área de atuação profissional; dificuldades no trabalho com a população *T*; demandas atendidas; conhecimentos necessários para à atuação com a população *T*; atuação direta com a população *T*; formação profissional; compressão da terminologia travesti e transexual; constituição da equipe de trabalho.

Por se tratar de pesquisa envolvendo seres humanos houve a aplicação de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O documento foi enviado por e-mail a todas pessoas participantes, que devolveram o documento devidamente assinado em formato ao e-mail do pesquisador, sendo que estes documentos não serão divulgados como forma de garantir do anonimato, a privacidade e o sigilo da identidade das pessoas participantes³².

32 A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sendo observadas as Resoluções nº 510/2016 e 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, buscou-se minimizar todo e qualquer risco de identificação das pessoas participantes, além de uma análise de dados que respeite a dignidade das pessoas participantes, bem como a livre expressão de pensamento e credo, evitando-se juízos de valores. Para tanto, nos casos que havia nas respostas possibilidade de identificação de participantes, tais informações foram suprimidas, mantendo-se apenas o necessário para a análise dos dados.

3.2 Organização das informações e análises iniciais

A organização e tratamento dos dados da pesquisa se alicerça na análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin. A autora define a técnica como sendo um conjunto de instrumentos de caráter metodológico que se encontra em permanente aprimoramento, aplicável a uma vasta gama de discursos.

Esta técnica consiste na busca do conhecimento daquilo que antecede o significado das palavras. Por isso, a análise de conteúdo busca desvendar as mensagens transmitidas por meio do desenvolvimento e evidenciamento de conexões entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores da comunicação.

Segundo Bardin (2016), a técnica de análise de conteúdo surge de maneira sistematizada e metodologicamente organizada nos Estados Unidos como um mecanismo para a analisar a comunicação, sendo uma necessidade dos campos da sociologia e psicologia que buscava refletir sobre diferentes fontes de dados, como: os jornais, as campanhas publicitárias, os romances, as fontes governamentais de informação, cartas e o discurso político. Assim, a autora define à análise de conteúdo como sendo um método empírico e executada na prática.

A técnica prevê uma descrição analítica a partir da organização das informações obtidas em agrupamentos, assim constituindo categorias analíticas que compreendam os significados e significantes dos dados coletados e objeto do estudo. Desse modo, a análise de conteúdo se preocupa com uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo derivado das mensagens e da interpretação produzida a partir da comunicação. Com relação às práticas, a análise de conteúdo pode ser desenvolvida com base em uma análise de entrevista, lexical e sintática, ou temática de um texto.

Segundo Bardin (2016), para o desenvolvimento da análise de conteúdo se faz necessário observar alguns critérios de organização do processo, sendo eles: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Além destes critérios, a autora estabelece que é fundamental observar algumas regras, como:

- I. Exaustividade - aconselha-se exaurir o assunto abordado sem que haja omissão de algo;
- II. Representatividade - importar-se com amostras que retratam o universo estudado;

- III. Homogeneidade - preocupar-se que os dados se refiram ao mesmo tema/objeto, bem como terem as mesmas condições de coleta, e de fontes semelhantes;
- IV. Pertinência – que é a adaptação dos documentos aos objetivos da pesquisa;
- V. Exclusividade – que é a obrigatoriedade de um elemento não ser apresentado ou classificado em mais de uma categoria.

Para Bardin (2016), as categorias são essenciais ao processo de análise de conteúdo, já que se apresentam como uma maneira resumida do pensamento, além de refletirem determinado momento da realidade. Assim, a categoria funciona como um elo entre a mensagem, as significações contidas e os elementos externos, são com base nas categorias elencadas que o desvelar das mensagens se desenrola. Este elemento da técnica de análise de conteúdo pode ser entendido como classes que agrupam características específicas comuns as diferentes fontes de enunciação.

Com esta breve ambientação a respeito da análise de conteúdo, nós daremos início a apresentação de como a técnica se insere no processo de desenvolvimento da interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo. Para tanto, é importante evidenciar que a comunicação possui quatro polos, sendo: o Emissor (produtor da mensagem), o Receptor (recebedor da mensagem), a Mensagem (é o objeto de análise) e o Canal (instrumento ou procedimento experimental entre o emissor e o receptor) (Bardin, 2016). Sendo nesta pesquisa compreendidos como:

- I. Emissor - as assistentes sociais participantes;
- II. Receptor - o pesquisador;
- III. Mensagem - as respostas obtidas nos questionários;
- IV. Canal - o questionário elaborado exclusivamente para a pesquisa de campo.

Como apresentada acima, as emissoras desta pesquisa são as assistentes sociais, conferindo homogeneidade aos indivíduos participantes já que a proposta é estudar o cotidiano de atuação destas profissionais em específico. Além deste fator de homogeneidade, nós utilizamos o mesmo instrumento, o questionário, com perguntas padronizadas e iguais a todas participantes. As respostas obtidas no questionário estão retratadas integralmente nesta pesquisa, salvo informações consideradas sigilosas e que possam contribuir com a identificação das

participantes, conferindo a exaustividade ao processo. Sendo que cada resposta foi categorizada unicamente, a partir do princípio da exclusividade.

É importante ressaltar que as perguntas são analisadas individualmente, apesar de estarem agrupadas nos 13 (treze) subitens subsequentes, sendo que as categorias, ou grupos como chamamos neste trabalho, representam unicamente o universo de cada questão. Assim, não há transposição de categorias entre as perguntas, conferindo rubricas exclusivas para cada etapa do questionário de acordo com as características latentes e comuns a determinado conjunto de respostas.

O primeiro processo de agrupamento das questões ocorreu após a “leitura flutuante”³³ dos questionários respondidos, o que propiciou a identificação de grandes temas abordados na pesquisa, bem como relativa interdependência das questões podendo agregar completude no processo de análise e composição da interpretação das respostas.

Após o agrupamento das questões, iniciou-se a leitura minuciosa e crítica das respostas de cada pergunta do questionário e a identificação das categorias que norteiam o imaginário das mensagens obtidas. Além da busca de elementos associativos e dissociativos no universo de informações coletadas, cada categoria expressa neste trabalho se relaciona com os elementos textuais precedidos nesta pesquisa e com o pensamento latente de cada resposta. Por se tratar de uma pesquisa primordialmente qualitativa, a constituição das categorias analíticas buscou adotar e priorizar critérios semânticos (temas) de agrupamento.

A seguir daremos início ao tratamento dos dados coletados na pesquisa de campo. Para o tratamento das informações, articulamos e resgatamos princípios, referenciais teóricos e assuntos abordados ao longo dos dois primeiros capítulos, bem como apresentamos e incluímos elementos novos que se fazem necessários para o desenvolvimento da análise em andamento.

33 Para Bardin (2016), a leitura flutuante é a fase da análise de conteúdo em que o pesquisador inicia o contato com os dados coletados, elaborando algumas hipóteses para pesquisa e conferindo um índice organizado para o desenvolvimento do processo de exploração do material.

3.2.1 Identificação do público participante

Quadro 3: Ano de Formação/Graduação	
Ano	Quantidade
1986	1
1989	1
1993	1
1996	1
2001	1
2003	2
2008	1
2010	3
2012	2
Não respondeu	5
Total	18

A pesquisa abordou o ano de formação ou graduação, nós não conseguimos a informação de 5 (cinco) pessoas. O período de formação foi de 1986 a 2012, com maior incidência a partir dos anos 2000, o que contabiliza 9 pessoas (69,2% dos respondentes ou 50% do público alcançado).

Observa-se que apenas duas pessoas tiveram a sua formação anterior à atual Lei de regulamentação da profissão (Lei Federal nº 8662/93), bem como a Resolução CFESS³⁴ nº 273/93 que institui o código de ética da profissão.

Além disso, metade do público alcançado se formou após a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS (atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS) deliberar em 1996 sobre as novas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Estes três elementos (Lei de Regulamentação, Código de Ética e Diretrizes Gerais para o Curso) expressam o que algumas autoras do Serviço Social denominam de Projeto Ético-Político da profissão (Joaquina Barata Teixeira, Marilda Villela Iamamoto, Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, Marcelo Braz e José Paulo

³⁴ Conselho Federal de Serviço Social.

Netto). Este projeto tem como base um conjunto de valores, princípios, objetivos, além de apresentar uma função societária e uma autoimagem profissional, com o propósito de indicar e nortear o caminho pelo qual o conjunto de profissionais deve, ou pode, caminhar. Conforme indica Netto (1999):

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (p. 95).

Com isso, estabelece-se neste projeto ético-político um direcionamento hegemônico na profissão, um vir a ser, que na atualidade se encontra arraigado em uma matriz teórico-metodológica de origem marxista e social crítica que alicerça a atuação profissional em princípios éticos de liberdade, cidadania, democracia, defesa dos direitos humanos, eliminação de todas as formas de preconceito, pluralismo, e a construção de uma nova ordem societária.

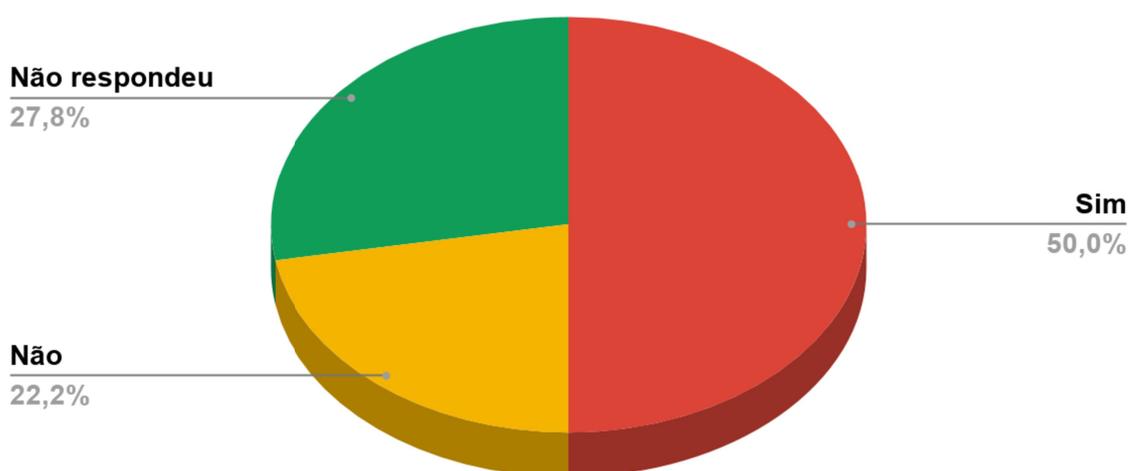
Evidenciar tal fato traz a tona a necessidade de uma formação profissional condizente com o processo de mudança que deseja ser alcançado, mediado pelo exercício profissional. Para que este exercício seja efetivo e condizente com a função social a qual a profissão se coloca, faz-se necessário o conhecimento da realidade, do cotidiano, bem como a própria constituição da população e seus eixos fundamentais: Classe, Raça e Gênero. Para tanto, a Assistente Social deve ter adquirido em sua atividade diária a capacidade de produzir conhecimento a partir da análise do seu cotidiano profissional, articulando esta apreensão da realidade com outros conhecimentos científicos e acumulados no próprio seio da categoria profissional e da sociedade. Assim, Mota (2013) nos convida para analisar o Serviço Social como uma profissão interventiva na realidade e área do conhecimento a partir da sua inserção laboral, conforme explicitado abaixo:

(...) o Serviço Social brasileiro, ao se constituir numa área do conhecimento, adensa à sua intervenção na realidade através da construção de uma cultura intelectual, de cariz teórico-metodológico crítico, redefinindo a sua representação intelectual e social até então caracterizada, prioritariamente, pelo exercício profissional, no qual a dimensão interventiva tinha primazia sobre o estatuto intelectual e teórico da profissão. (2013, p. 18)

Neste sentido a busca pela qualificação profissional por meio da educação continuada configura centralidade enquanto mecanismo para aprofundamento de conhecimentos e atualização, contribuindo por vezes para o aprofundamento do

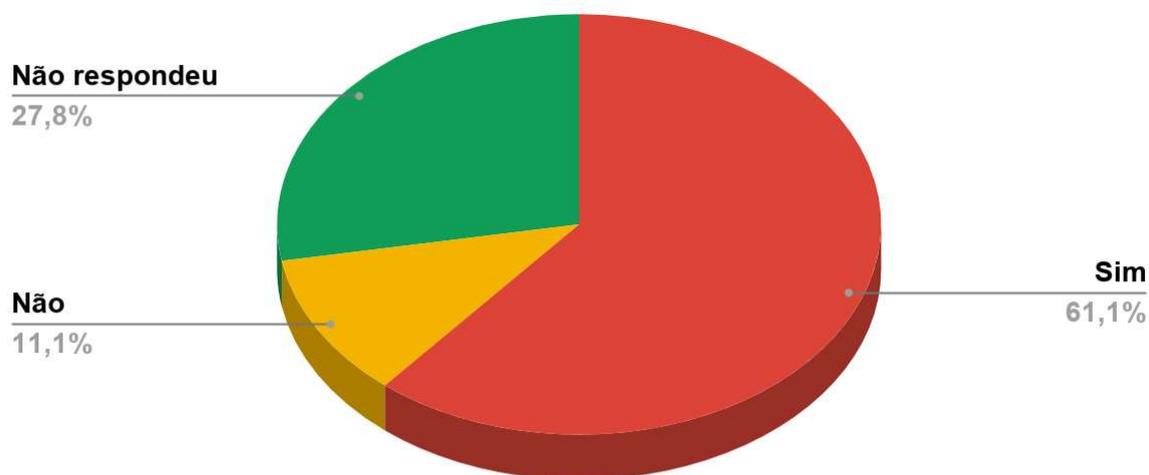
conhecimento crítico a respeito de determinados assuntos, ou o arcabouço teórico da profissão. Por isso, a pesquisa abordou a questão através de duas perspectivas: 1) Cursos de Especialização/Extensão; 2) Cursos de Pós-Graduação nas modalidades *Stricto e/ou Lato Sensu*. Para as duas perguntas, obtivemos 13 (treze) respostas efetivas entre Sim (9 participantes) e Não (3 participantes), ou seja, 5 (cinco) das 18 (dezoito) pessoas participantes não responderam ambas perguntas. Ressalta-se que são as mesmas 5 (cinco) pessoas que não responderam esse trecho da pesquisa.

Gráfico 1: Cursos de Especialização/Extensão



Verificamos que 50% das profissionais realizaram cursos de especialização ou extensão como forma de aprofundar conhecimentos, se aperfeiçoar, qualificar ou continuar os estudos pós-graduação acadêmica. Já, 27,8% pessoas não responderam à questão, e apenas 22,2% não utilizaram esse método de aperfeiçoamento.

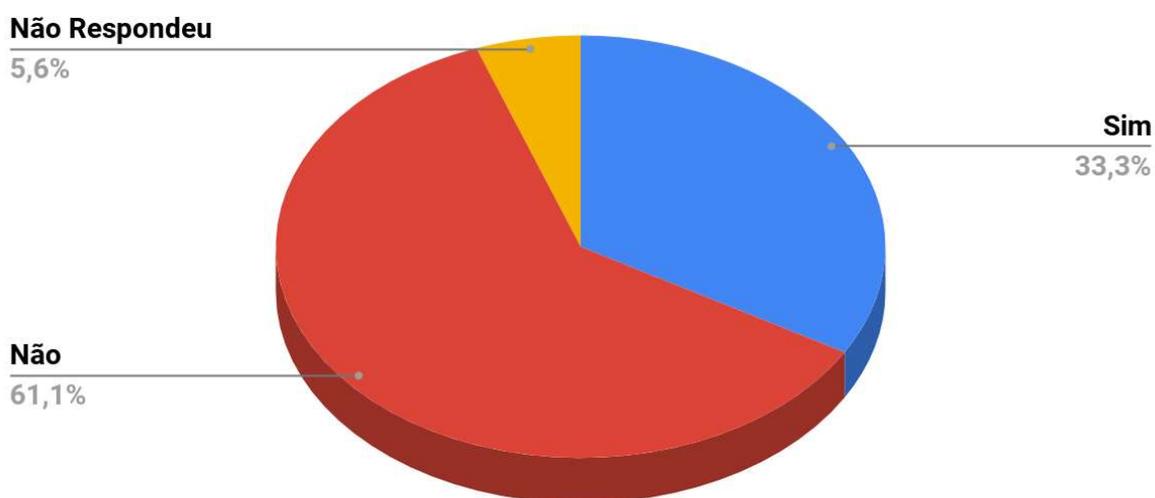
Gráfico 2: Curso de Pós-Graduação Stricto e/ou Lato Sensu



O público alcançado na pesquisa majoritariamente realizou atividades relacionadas a educação continuada através de cursos de pós-graduação, tanto na modalidade Stricto quanto Lato Sensu, representada por quase dois terços do público alcançado pela pesquisa (61,1%). Já 27,8% das participantes não respondeu à pergunta e a menor parte do público informou que não possui cursos de pós-graduação (11,1%).

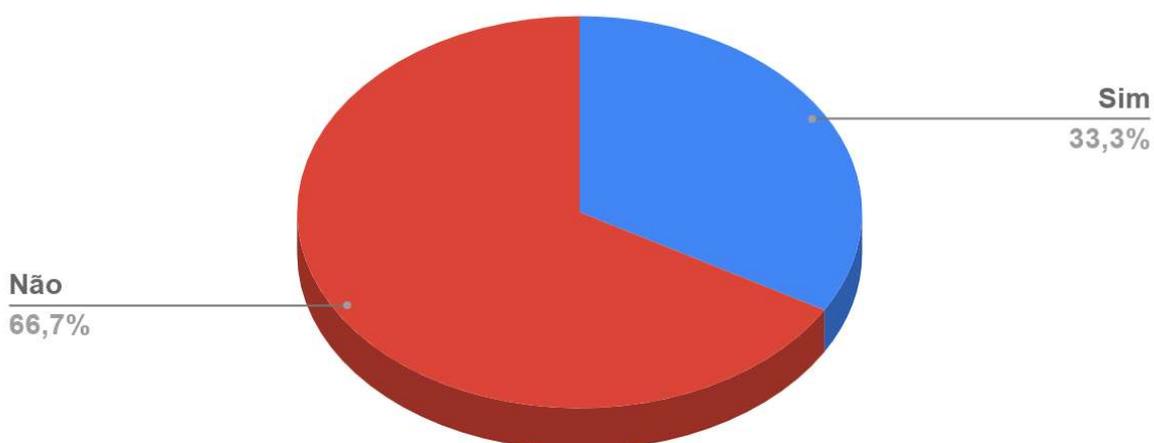
3.2.2 Profissionais que trabalham direto com à população T

Gráfico 3: Atualmente trabalha com a População T



Um terço (6 pessoas) das profissionais que responderam o questionário identifica atender a população de T durante a sua atuação enquanto assistente social. Entretanto, a maioria (11 pessoas) das profissionais informa que não realizam o atendimento a essa população, apesar de algumas terem apresentado nas respostas seguintes referências e conhecimentos relativos à presença deste segmento populacional no interior do cotidiano profissional. Para esta pergunta, apenas uma pessoa não apresentou resposta.

Gráfico 4: Já trabalhou no atendimento direto à população de Travestis e Transexuais?



Um terço (33,3%) das profissionais que não desenvolvem suas atividades profissionais atendendo diretamente à população *T*, ou se abstiveram, relatam já terem prestado serviço em algum momento de sua carreira para uma Travesti ou Transexual. Já 67,3% informaram nunca terem trabalho no atendimento direto a esta população. Ressalta-se que apenas 2 pessoas mantiveram ao longo do questionário o posicionamento de nunca terem realizado qualquer tipo de atendimento Pessoas travestis e transexuais, sendo que as demais apresentaram elementos que nos fazem entender que apesar de poucos, houveram interações entre as profissionais e as demandas da população em questão.

3.2.3 Tempo de trabalho

Quadro 4: Tempo de Formação x Tempo de atuação

Anos	Tempo de formação	Tempo de trabalho como assistente social
Menos de 3 anos	0	0
De 4 a 9 anos	2	5
De 10 a 14 anos	4	2
De 15 a 19 anos	3	3

De 20 a 24 anos	1	1
Mais de 25 anos	3	2
Não respondeu	5	5
Total		18

Optou-se em perguntar sobre tempo de trabalho como assistente social, desvinculado da questão de ano de formação/graduação, pois compreendemos que possa haver um lapso temporal até que as pessoas consigam se inserir no mercado de trabalho, ou até exercerem atividades laborais genéricas à profissão, como Gestão de Projetos Sociais. Entretanto, a pesquisa mostrou que a maioria das profissionais tiveram o início de suas atividades como assistentes sociais concomitante com a graduação em Serviço Social.

A única que demonstrou ter uma grande diferença entre o ano de formação e tempo de atuação como assistente social, se graduou em 1993 e apresenta 7 anos de atuação como assistente social. Entre as demais participantes, todas apresentaram o tempo de atuação concomitante ao de graduação, ou com uma diferença de um ano (no caso duas pessoas se formaram em 2010 e tem 9 anos de atuação). Fato este que gerou uma diminuição na faixa de 10 a 14 anos e um aumento na faixa de 4 a 9 anos, se compararmos as colunas **Tempo de formação** e **Tempo de trabalho como assistente social**.

Quadro 5: Tempo de trabalho com a População T

Anos	Quantidade	Porcentagem
Nunca trabalhou unicamente com essa demanda	6	33,3%
De 1 à 2 anos	5	27,7%
De 3 à 8 anos	2	11,2%
Mais de 8 anos	3	16,6%
Não respondeu	2	11,2%
Total	18	100%

No item sobre o tempo que a profissional desenvolve atividades relacionadas à população T, nucleamos as informações conforme a quantidade de anos

informada. Assim, 6 (seis) profissionais informam que nunca trabalharam unicamente com essa demanda havendo apenas interações pontuais; 5 (cinco) informaram que atendem ou atenderam essa população por um período entre 1 (um) e 2 (dois) anos, 2 (duas) relataram o período de 3 (três) a 8 (oito) anos, 3 (três) participantes responderam trabalhar com a temática por mais de 8 (oito) anos, e, por fim, 2 (duas) não responderam a questão.

Ressalta-se que duas profissionais que afirmam nunca terem trabalhado unicamente com a população *T* reforçam que nunca trabalharam unicamente com a temática; apenas uma entre elas informou até o final da pesquisa que nem sequer teve contato com as demandas ou com a população *T*.

Diante do exposto, evidencia-se que a população *T* transita entre os serviços cuja inserção da assistente social acontece independente de serem específicos a este público. É importante considerar este fato ao pensar ao processo de formação, capacitação e preparo para o mercado de trabalho, uma vez que independente da natureza, área ou especificidade técnica, muitas das demandas que este segmento populacional apresenta tem relação com as expressões da questão social, como a pauperização da população, violência, desemprego, privatização de direitos sociais, etc. Sendo, por isso, objeto de intervenção profissional, já que as assistentes sociais atuam no limiar das expressões da questão social. Entretanto, ao atender a população *T*, a categoria profissional necessita se atentar às especificidades que este segmento populacional requer, como o respeito a identidade de gênero, ao nome social, a uma acolhida e escuta qualificada para os elementos estruturais que podem afetar a efetivação do direito, o acesso e construção de vínculos com a população.

3.2.4 Tipos de instituição/serviço

Quadro 6: Áreas de Trabalho		
Área	Quantidade	Porcentagem
Saúde	3	14,2%
Previdência	1	4,8%
Direitos Humanos	2	9,5%
Assistência Social	5	23,8%

Judiciário	8	38,1%
Pesquisa	1	4,8%
Não respondeu	1	4,8%
Total	21	100%

Neste ponto, vale ressaltar que a divergência no número de repostas (21) para o número de participantes (18), se dá pela possibilidade de as profissionais possuírem mais de um vínculo empregatício. Ressalta-se que desde 2010, com a promulgação da Lei Federal nº 12.317, a categoria profissional passou a ter sua jornada de trabalho estabelecida em no máximo de 30 horas semanais, fator que propicia as assistentes sociais maior aderência a mais de um vínculo empregatício.

A pesquisa alcançou 6 (seis) áreas de trabalho de assistentes sociais, subdivididas em 13 (trezes) postos de trabalho, conforme apresentaremos a seguir no quadro 7.

Quadro 7: Postos de trabalho	
Área	Postos de trabalho
Saúde	Unidade Básica de Saúde Centro de Apoio Psicossocial Programa de Redução de Danos
Previdência	Instituto Nacional de Seguro Social
Direitos Humanos	Centro de Cidadania LGBTI
Assistência Social	Centro Pop Serviço Especializado para População LGBTI Serviço de Reinserção Social e Produtivo
Judiciário	Ministério Público Defensoria Pública do Estado de São Paulo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Pesquisa/Extensão	Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde da População LGBTI Projeto de extensão universitária na Delegacia

3.2.5 Contratos de trabalho

Quadro 8: Modalidades de contratação		
Regime	Quantidade	Porcentagem
Celetista	5	27,8%
Estatutário	13	72,2%
Total	18	100%

As únicas modalidades de contratação apresentadas pelas participantes foi a celetista e a estatutária, com expressiva maioria no segundo regime de contratação de assistentes sociais. Ressalta-se que houve uma significativa participação do campo Sociojurídico (Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Ministério Público) na pesquisa, fato que corrobora com a expressiva grande quantidade de estatutárias participantes, já que o acesso das assistentes sociais à área ainda ocorre por concursos públicos, apesar de ser cada vez mais frequente a contratação de peritos judiciais por Pessoa Jurídica, e não houve na pesquisa representantes desse segmento.

3.2.6 Oportunidade de trabalho com a população T

A intenção com esta pergunta era verificar como ocorreu a aproximação da profissional com o atendimento à População de Travestis e Transexuais; houve um interesse prévio em trabalhar com a temática, se isso ocorreu no desenrolar da atuação profissional, por integrar a população LGBTI, ou por outros motivos.

Entre as 18 (dezoito) profissionais participantes obtivemos 15 (quinze) respostas sendo que 3 (três) não responderam. As 15 (quinze) respostas obtidas foram analisadas e nucleadas em 3 (três) grupos de acordo com o conteúdo obtido: **Interesse prévio; Demanda no trabalho; e Desvio.**

Quadro 9: Como surgiu a oportunidade de trabalhar com público de Travestis e Transexuais?	
Grupo	Resposta
Demanda no trabalho	Alguns casos de adolescentes internadas/os em Centros da Fundação e Serviços de Acolhimento.
	No atendimento à população em situação de rua, me deparei com uma grande demanda com esse público.

	Só vim a ter contato com essa temática a partir das travestis e das/os transexuais que ingressaram com o pedido de retificação de nome e sexo jurídico no poder judiciário.
	Demanda que emergiu no período
	Durante as atividades na Delegacia Civil de Parintins parte das demandas relacionavam-se ao segmento travesti, pois a atenção não se limitava às mulheres vítimas de violência. Contemplava demandas diversas como crianças e adolescentes, idosos vítimas de violência, etc. Logo, a diversidade de demanda propiciou esse contato.
	Atendimento espontâneo
	Atendi eventualmente conforme os usuários chegam ao local de trabalho.
	Em meio às demandas dos usuários.
	Quando fui trabalhar com usuários de drogas nas ruas
	No Núcleo às demandas da população LGBTI+ representam mais da metade de nossa atuação, seguidas da população negra, comunidades tradicionais e pessoas que vivem com HIV/Aids.
Desvio	Não trabalho diretamente com esta temática
	Não se aplica
Interesse Prévio	Meu TCC foi voltado a essa temática e foi um diferencial na hora da entrevista
	Eu participei de um processo seletivo para o cargo de assistente social no centro de cidadania LGBTI, passei e trabalhei lá por 3 anos e meio. Há um ano trabalho em pesquisas como entrevistadora e há 7 meses na UBS.
	Soube pelas redes sociais que o Centro de Cidadania LGBTI abriu vaga para Assistente Social e fiz teste passei e fui contratada

O grupo que manifestou **interesse prévio** 3 (três) pessoas informaram que de alguma forma buscaram conhecer e atender as demandas da População de travestis e transexuais. Com isso, todas as respostas contidas neste grupo são de pessoas que participaram de processos seletivos para serviços especializados à população LGBTI e demonstraram abertura para desenvolver habilidades e realizar um trabalho com a População de travestis e transexuais. Entre todas as respostas uma pessoa realizou uma pesquisa de conclusão de curso sobre a temática, demonstrando interesse no aprofundamento acadêmico e científico sobre a questão.

Participar de um processo seletivo de trabalho com interesse prévio requer uma postura profissional de abertura aos conhecimentos relativos e necessários ao campo de trabalho proposto. No caso de trabalhar com a População travestis e transexuais significa a necessidade latente de questionar padrões e valores sociais que permeiam o imaginário coletivo e incidem na vida da população de maneira a negar e/ou violar direitos.

O grupo de respostas em que as profissionais tiveram contato com a População de travestis e transexuais a partir das **Demandas no trabalho** é o que mais aglutina participantes: são 10 (dez) das 15 (quinze). Neste grupo, as participantes falam de suas demandas realizando o atendimento a este público, como fruto de suas atividades laborais em meio a demandas de outros grupos sociais, com maior incidência da população T.

Dentro deste grupo, algumas profissionais revelam situações de maior complexidade como: estar em situação de rua, em uso abusivo de substâncias psicoativas, acolhimento institucional de crianças e adolescentes, medidas socioeducativas e retificação de registro civil. Outras profissionais apenas informaram que a demanda existiu em determinado momento, sem entrar em detalhes.

O último grupo, **Desvio**, revela duas respostas de pessoas para quem a pergunta não se aplicava.

3.2.7 Dificuldades enfrentadas no trabalho cotidiano

Para tratar as dificuldades enfrentadas pelas assistentes sociais no cotidiano de trabalho com a população de travestis e pessoas transexuais, a pesquisa estabeleceu três perguntas: *“Quais as principais dificuldades que você sentiu quando começou a trabalhar com a temática?”*; *“Quais as principais demandas que você atende no seu cotidiano de trabalho vinculadas à População de travestis e transexuais?”*; *“Durante o seu trabalho você já presenciou ou soube de alguma situação de violência institucional com essa população? Quais?”*.

A primeira pergunta (quadro 10), refere-se a compreender e agregar informações sobre os conflitos, adversidades e entraves que as profissionais vivenciaram quando precisaram atender esta população em seus ambientes de trabalho. Tratam-se de dificuldades oriundas das relações institucionais,

interpessoais, da ausência de conhecimentos relativos à temática, as possibilidades de direcionamento e encaminhamento das demandas, entre outras. Das 18 (dezoito) participantes 16 (dezesesseis) responderam. As respostas foram nucleadas em 4 (quatro) grupos de dificuldades assim estabelecidos: interpessoais, de formação.

Quadro 10: Quais as principais dificuldades que você sentiu quando começou a trabalhar com a temática?	
Grupo	Resposta
Interpessoal	Deixar a pessoa à vontade
	Se adaptar e adequar as demandas que elxs traziam para atendimento, muitas vezes distantes do universo que vivemos, não sendo uma delxs
	A maior dificuldade relaciona-se à compreensão sobre identidade de gênero. Ademais, há sempre limitações nessa ordem. Outra dificuldade relaciona-se à dificuldade dos demais profissionais lidarem com o segmento. Os preconceitos sempre saltam aos olhos em ambientes como uma delegacia.
Formação	A falta de conhecimento da temática no processo de formação profissional.
	Sinto falta de capacitação e bibliografia sobre o assunto.
Escassez	Trabalhei na garantia de direitos, então acredito que a maior dificuldade é de conhecimento e publicização dos direitos dessa população, como forma de superação de preconceitos arraigados e mudança de paradigmas social.
	Descobri que o Serviço Social não tinha material a respeito, pelo menos não localizei à época. Queria entender o que é Transexualidade e Travestilidade. Minha primeira preocupação foi o respeito com que eu deveria tratar as pessoas que buscavam o Serviço Social, por isso fui me instrumentalizar para me aproximar do tema com pesquisas na internet e discussão com uma amiga do direito para saber sobre retificação de nome. Essa amiga me deu um livreto sobre retificação de nome de pessoas trans, da área do Direito. Depois achei na internet a Berenice Bento e a Judith Butler. Com outros buscar descobri a Jaqueline de Jesus e a Viviane Vergueiro. A direção do trabalho que realizei foi de entender a necessidade que as pessoas trans apresentavam e a articulação com os princípios defendidos pelo Serviço Social. Também é importante dizer das verdadeiras aulas que tive no contato com mulheres transexuais e homens transexuais, lembro de 2 ou 3 pessoas que me deram uma aula do que era ser mulher e do que era ser homem na sociedade. Essas falas foram fundamentais para aproximação com os sujeitos que demandavam o Serviço Social. Minha preocupação era articular não ser invasiva com os sujeitos e ""sujeitas"" , ser ética e articular o projeto ético-político da profissão com as demandas da população trans. Outra dificuldade foi o posicionamento no trabalho, que considerou que se tratava de um assunto da área da saúde, um fez apontamentos de ordem religiosa, a subserviência de profissionais que queriam atender porque era uma ordem judicial, outros que entendiam que o

	Serviço Social judiciário das varas da família poderia colaborar, mesmo na rede primária temos informação de assistentes sociais que se recusaram a atender a demanda de travestis e transexuais para retificação de nome. O assunto era novo de demandou estudo e aproximações sucessivas.
	Falta de conhecimento sobre a temática
	As ONGS não tem boa estrutura pra trabalhar, falta equipamentos.
	Inúmeras, a rede. A falta de vagas para mulheres em geral, o preconceito e a falta de políticas públicas de apoio
	Mais informações sobre esses usuários. Violação de direitos desta população. Falta de investimento para cuidados com essa população.
	Creio que, à época (2010), a escassez de referenciais teóricos consistentes, a percepção de que era uma população totalmente desprovida de direitos, as violências denunciadas ao Núcleo, a falta de políticas públicas e uma rede bastante limitada e precarizada.
	Pouca bibliografia e poucos profissionais que pudesse trocar informações.
Desvio	Não tive dificuldades pois tinha o entendimento de que estava ali pra garantir o direito da população ali atendida. Então comecei a pesquisar sobre esses direitos, entrar em grupos de discussão, fazer cursos. Sempre respeitei e fui respeitada por esse público.
	Não trabalho com esta temática
	Não trabalho diretamente com o grupo humano trans

As respostas apresentadas anteriormente que estão organizadas de acordo com o grupo que representa as **dificuldades interpessoais** diz respeito às profissionais que informação ter dificuldade na interação com a população de travestis e transexuais, seja por diferenças socioculturais, dificuldade de compreensão da identidade de gênero apresentada, e até interpretar as demandas deste segmento população e poder desenvolver ações e encaminhamentos possíveis para as situações vividas. Como vimos no capítulo 2, subcapítulo 2.1 e 2.3, o cotidiano é permeado de juízos de valores provisórios, bem como outros elementos como praticidade, imediaticidade, ultrageneralização e a assimilação. São estes elementos juntos que contribuem para o estranhamento relatado pelas participantes da pesquisa.

Quando entramos em contato com a população de travestis e transexuais temos um momento de reconhecimento e identificação que as nossas bases morais, nossos valores, e nossa ética enquanto pessoas e profissionais não são únicos e existem outras possibilidades de expressar e vivenciar o corpo. A vida cotidiana, irrefletida e imediata, faz com que nós ultrageneralizemos nossas compreensões de vida e sociedade, adotando muitas vezes compreensões como verdades absolutas. As Assistentes Sociais, enquanto pessoas e indivíduos, não estão livres da vida cotidiana e dos elementos elencados acima, na sua atividade laboral podem reproduzir e reproduzem valores sociais, a questão central é quais princípios éticos serão difundidos e defendidos pela categoria profissionais em suas labutas diárias?

Segundo o Código de Ética das Assistentes Social (Resolução CFESS nº 273/93) a categoria profissional tem como princípios éticos centrais a liberdade, a defesa dos direitos humanos, cidadania, democracia, pluralismo, eliminação de todas as formas de preconceito, equidade e justiça social, tais princípios têm como aplicação um serviço social vinculado à compreensão e aceitação das diferenças, com um trabalho voltado à efetivação e ampliação de direitos dos segmentos populacionais mais vulneráveis e oprimidos. Este pressuposto deve fazer um diferencial no momento que entramos em dilemas éticos na nossa atuação como assistentes sociais, devemos resgatar a nossa finalidade social e pública, e poder revisitar e transformar nossas concepções a medida que nos for solicitado, se não transformar integralmente, ao menos reconhecer o direito e a existência do outro. Nos cabe compreender, escutar, e auxiliar com alguma reflexão, ação ou encaminhamento pertinente a garantia do direito de existir desta população.

Outro agrupamento de respostas apontou para as dificuldades ocasionadas por uma **formação** profissional deficiente em informações necessárias ao atendimento adequação de população de travestis e transexuais, bem como ausência de capacitação sobre a temática, sendo ofertada pelo conjunto CFESS/CRESS³⁵ e até mesmo pela ABEPSS. Este fato pode ser verificado pelas ausências de conteúdos relativos à população LGBTI de modo geral no currículo mínimo desenvolvido pela ABEPSS, assim, a temática muitas vezes é abordada de maneira transversal. Ressalta-se que em 2015 ocorreu em São Paulo/Capital o Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional,

35 Conselho Regional de Serviço Social.

orientação e identidade de gênero, como objetivo de ampliar o debate na categoria de assistentes social a respeito da população LGBTI e o trabalho profissionais com esta população. Evento que gerou a publicação de um livro sobre o seminário que pode ser acessado gratuitamente no site do CFESS³⁶.

Apesar das ações do conjunto CFESS/CRESS em prol da população de travestis e transexuais e de qualificação da atuação das assistentes sociais no atendimento a esta população, ainda é possível verificar um distanciamento das ações com a massa da categoria de profissionais. Visto que muitas profissionais afirmam não terem conhecimento da temática, bem como das ações do conjunto no sentido formativo e de orientação das profissionais no atendimento à População de Travestis e Transexuais. Para tanto, evidencia-se que a categoria profissional assegura o direito ao uso do nome social na carteira de identidade profissional pela Resolução CFESS nº 615/2011; bem como veta atitudes discriminatórias ou preconceituosas motivadas pela orientação sexual e/ou expressão sexual desde 2006 com a Resolução CFESS nº 489; e normatiza a atuação profissional com o Processo transexualizador do Sistema Único de Saúde desde 2018 com a Resolução CFESS nº 845.

Com isso, queremos trazer à tona que a categoria profissional através de suas instituições tem apresentado respostas e um posicionamento político a respeito da defesa intransigente dos direitos humanos desse segmento populacional de travestis e pessoas transexuais. Entretanto, em algum momento está ocorrendo uma falha de transmissão de conteúdo, em que pese estes conteúdos não tem chegado aos profissionais que trabalham cotidianamente no atendimento à população e, eventualmente ou nem tão eventualmente assim, precisam recorrer a sua capacidade inventiva e criativa para atender adequadamente as travestis e pessoas transexuais.

Tal assunto extrapola o grupo de formação profissional e avança para o agrupamento relativo à escassez. Neste item foram colocadas todas as respostas que continham informações sobre as dificuldades de localizar referencial teórico, informações, políticas públicas específicas e universais que atendessem adequadamente à população de travestis e pessoas transexuais, o **grupo escassez**.

36 O livro pode ser acessado gratuitamente através do link: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>

Com isso, evidencia-se uma dificuldade de circular e divulgar informações e conhecimentos produzidos e acumulados pelo Serviço Social sobre a Travestilidade e Transexualidade. Já que como mostrado no quadro 1 dessa dissertação, a produção científica e o acúmulo com teórico tem acontecido, assim, nota-se que ainda há uma lacuna entre o conhecimento produzido na academia e o socialmente difundido.

Por fim, o grupo **desvio** desta pergunta agrupou as respostas que continham informações de pessoas que não trabalham com a temática, ou que não houve dificuldade de trabalhar com a População de Travestis e Transexuais.

A proposta da segunda pergunta, quadro 11, está atrelada às demandas relacionadas à População de travestis e transexuais que as assistentes sociais se depararam ao longo de suas trajetórias profissionais. Pretende-se entender em quais ocasiões a população busca ou é encaminhada para atendimento especializado com o serviço social, bem como se há relação entre as demandas apresentadas e as dificuldades apresentadas pelas profissionais. Obtivemos 15 (quinze) respostas nesta questão, e 3 (três) abstenções, fato que gerou a nucleação em 3 (três) grupos, sendo eles de **demandas relativas a acesso a direitos e serviços públicos, demandas relativas à violação de direitos e violência**, e por fim o **desvio**.

Quadro 11: Quais as principais demandas que você atende no seu cotidiano de trabalho vinculadas à população de Travestis e Transexuais?	
Grupo	Resposta
Acessos	Hormonioterapia, trabalho e renda, benefícios sociais
	As pessoas travestis e transexuais que buscavam as Varas da Família solicitavam a retificação de nome e/ou sexo na certidão de nascimento para que seu documento registral se adequasse a sua vivência de sexo.
	Retificação do registro de nascimento - gênero
	Retificação de nome e sexo, acolhimento, alimentação, denúncias Igbtifóbicas.
	Auxílios e benefícios previdenciário; BPC.
	Centro de acolhida, alimentação e hormonoterapia
	Demandas de acesso à saúde, especialmente ao Processo transexualizador do SUS e às políticas de Assistência Social e Educação; acompanhamento

	das políticas públicas e de casos individuais, compreendendo que estes na verdade são mais que individuais, são a expressão de um coletivo cisonormativo.
	Ações judiciais de Vara de Família e infância.
Desvio	Não se aplica.
Violações	Não aceitação das pessoas que os/as atendem de seu gênero.
	Falta de garantia de direitos, saúde mental abalada, falta de trabalho, falta de estudo, falta de apoio familiar entre outros
	Durante a realização das atividades na Delegacia de Parintins as demandas mais frequentes relacionavam-se à violência. De terem sofrido violência.
	Adolescentes em serviço de acolhimento institucional
	A não aceitação da família, a dificuldade de interação na escola e para colocação profissional
	Falta de trabalho, de moradia, uso abusivo de drogas, violência, violação de direitos.

O quadro acima reuniu as respostas relativas às demandas apresentadas pela população de travestis e pessoas transexuais atendidas pelas assistentes sociais em seu cotidiano de trabalho. Sejam estas demandas específicas, como necessidades oriundas de um processo de transicionamento em uma sociedade pautadas em padrões cisonormativos, ou demandas oriundas de uma vida de privações, violações, violências e resultado das expressões da questão social. Compreendemos que a identidade de gênero dissidente se insere como um agravante para o acirramentos das expressões da questão social, com isso expressamos que uma travesti e/ou pessoa transexual estará mais suscetível a vivenciar as piores mazelas de uma sociedade de classes.

Para tanto, Iamamoto (2015) nos auxilia a contextualizar quais são estas expressões da questão social, como: “o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além da queda nos níveis educacionais dos jovens” (p. 147, grifo nosso). A partir desta breve explicação, podemos assertivamente expressar que a desigualdade de gênero tende a ser agravada em um contexto de piora da exploração capitalista que

alinhado com elementos de subjugação por gênero e/ou sexo – como analisamos no primeiro capítulo – colaboram para a População de travestis e transexuais apresentar maior dificuldade de acesso a bens e serviços sociais, bem como garantia de direitos básicos e, por fim, ser alvo de violações e violências.

A questão social para além de ser um produto indissociável e inerente ao modo de produção capitalista, em que há apropriação privada da atividade humana (o trabalho), bem como dos produtos socialmente produzidos e das condições de produção de bens e produtos que saciam as necessidades humanas, condensa, também as desigualdades econômicas, sociais, políticas, culturais e lutas sociais. A questão social, tipicamente capitalista, se metamorfoseia e se apropria de elementos sócio-históricos para exercer a acumulação e o domínio, expropriado a humanidade de suas condições de desenvolvimento integral.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa “luta aberta e surda pela cidadania” (Ianni, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. (Iamamoto, 2015, p. 160).

Deste modo, o núcleo de respostas que versam sobre as demandas relativas à necessidade de intervenção do Serviço Social para a garantia de direitos essenciais e humanos, além da ampliação para direitos específicos estão no grupo denominado **Acessos**. Tais respostas traduzem que o cotidiano das assistentes sociais está permeado pela “luta aberta e surda pela cidadania” – conforme Ianni, na citação acima – na busca pela garantia da possibilidade de existência e reprodução social da identidade travesti e transexual. Assim, vimos que a profissão é acionada na busca pela mediação do direito abstrato e o direito concreto, seja na subsistência e manutenção da vida, como na construção da identidade através de hormonioterapia, Processo transexualizador ou retificação de registro civil.

O outro grupo retrata as respostas que envolvem demandas situadas na **violência** e violação de direitos atendidas pelas participantes da pesquisa, para tanto, vale resgatar o discutido no subcapítulo 2.2 sobre a necropolítica e as consequências na vida das Travestis e Transexuais. A morte dessas pessoas é engendrada em pequenas ações, violações, negligências, e ausência do Estado nas vidas Travestis e Transexuais, seja na saúde, educação ou segurança pública. Tais fatores contribuem para a perpetuação de ações atitudes de risco há esta

população, pela ingestão indiscriminadas de hormônios para modificações corporais, utilização de silicone industrial para modelagem corporal; ou na dinâmica social de impunidade nas tentativas e assertivos homicídios desta população. De uma forma ou de outra, a malha social se constitui de maneira desfavorável à vida, reprodução e perpetuação das Travestis e Transexuais.

A pergunta teve apenas uma resposta considerada **desvio** já que a participante informou que a pergunta não se aplica a sua realidade profissional.

A terceira e última pergunta, quadro 12, deste bloco sobre as dificuldades enfrentadas pelas assistentes sociais versa sobre as violências e violações de direitos presenciadas pelas profissionais durante o seu exercício laboral. A intenção da pergunta foi capturar informações sobre que tipo violências e violações as assistentes sociais têm acesso no seu trabalho, bem como a percepção e interpretação destas profissionais a respeito dos fatos ocorridos e vivenciados pela população e por elas próprias enquanto trabalhadoras. Tivemos a adesão de todas as participantes, no caso serão apresentadas apenas 17 (dezesete) resposta porque mais de uma pessoa respondeu apenas “Não”, assim nós aglutinamos a resposta em uma única apresentação. Assim, foi possível trabalhar com a nucleação das respostas em 5 (cinco) grupos, sendo eles: **violências e violações de origem estrutural, interpessoal, familiar, profissional e o grupos desvio.**

Quadro 12: Durante o seu trabalho você já presenciou ou soube de alguma situação de violência institucional com essa população? Quais?	
Grupo	Resposta
Desvio	Não presenciei.
	Nunca.
	Não. Durante as atividades nós, do Serviço Social, éramos os primeiros a serem acionados.
	Sim.
	Não.
	Inúmeras.
Estrutural	A violência nos casos comentados não são declaradamente da instituição, até porque a violência institucional é sutil que chega confundir, e é perpetrada pelas pessoas que trabalham em dado local. Observei algumas situações que entendi como violência: 1) como não existe legislação a respeito de retificação de nome (e nem provimento, à época) a cada etapa

	<p>cumprida pela pessoa que solicitou a retificação criava-se outra exigência por aquele que deveria julgar; também pessoas que se diziam amigos das pessoas trans e que se recusavam a participar da perícia social para contribuir com elementos sobre a vivência e tratamento dispensado pela pessoa; ao mesmo tempo que também, como profissional fui hostilizada por uma pessoa indicada pela pessoa trans, em que pese esse conhecido não saber o teor da perícia social (a ideia de perícia remete a questão médica); alguns julgadores que consideravam que se tratava de um transtorno mental e permitiam a retificação, mas desconhecemos os termos da sentença, e esse fato era celebrado por alguns profissionais por entenderem que era menos trabalho e de ratificou aquele entendimento que se tratava de uma questão de saúde.</p>
	Violência estrutural, dificuldade de arrumar serviço, é uma delas.
Familiar	Sim.. Familiar que queria impedir contato de tio com sobrinho temendo a "influência". Medo de que o filho torne-se gay.
Interpessoal	Sim. Agressões físicas, psicológicas e verbais.
	No histórico de vida de tais pessoas a violência em geral os acompanhou, seja na infância, adolescência, ainda junto com a família de origem ou quando adultos na inserção profissional ou social.
	Sim. Desconsideração do gênero assumido, menosprezo das condições emocionais para exercer a maternidade/ paternidade.
	Sim, nós postos de saúde, escolas e trabalho.
	Sim. Agressão de transeuntes a travestis que faziam programas sexuais.
Profissional	Sim. Abuso de autoridade para quem participava do programa transcidadania
	Sim, alguns servidores não tratam a pessoa pelo nome social.
	Inúmeras, já que o Núcleo recebe todas as denúncias do Disque 100 do estado de São Paulo. São profissionais de diversas áreas que excluem, discriminam e violentam, escolas que não reconhecem o nome social e não permitem o uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, centros de acolhida que determinam vagas de acordo com o sexo biológico, por exemplo.

Em continuidade ao item que aborda as dificuldades enfrentadas pelas profissionais no seu cotidiano profissional que envolvem o atendimento às demandas da População de travestis e transexuais, aprofundamos nesta última pergunta a questão envolvendo as violências e violações institucionais de direitos das travestis e pessoas transexuais que as assistentes sociais tiveram ciência. Tal

questão é de suma importância para compreender duas dimensões: a dimensão da participação do Estado e demais instituições no que abordamos no item 2.2 denominado de política da morte e, além disso, qual a interação da profissão nesta dinâmica.

Iniciaremos abordando as respostas nucleadas a partir das violências identificadas como **estruturais**, que são as violências e violações operadas pela ação direta do Estado, ou pela inexistência de ação do Estado. Assim, não é identificável a/o autora/autor de violência, já que é oriunda da maneira com que a sociedade se organiza, dificultando ou simplesmente negando o acesso a garantias constitucionais e essenciais para o desenvolvimento humano e entendidas como direitos humanos. Podendo ser vivenciadas pela população, é assistida pelas profissionais, na ausência de legislação que garanta direitos essenciais como a retificação da documentação, que atualmente dispõe do Provimento CNJ nº 73/2018³⁷ que regulamenta a ação diretamente nos Cartórios de Registro Civil.

Todavia, o provimento atua em uma lacuna legal o que não garante estabilidade na sua continuidade, ou a ausência de uma tipificação da LGBTIfobia ou preconceito e discriminação motivadas por orientação sexual e/ou identidade de gênero, que evidencia não estamos defendendo a criminalização, ou o encarceramento por preconceito e discriminação, mas a criação de parâmetros, mecanismos e critérios de sistematização e análise da incidência deste tipo de ocorrência, para que tais dados possam embasar o desenvolvimento de políticas de prevenção e promoção da cidadania destas pessoas.

A omissão, ou não previsão, para existência de tipos de preconceito e discriminação motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero contribuem para a perpetuação de valores e concessões de sexo e gênero arraigadas em construções naturalizadas no binarismo genético (masculino e feminino), que já se prova falido pela incidência de pessoas intersexo³⁸, que

37 O Provimento do Conselho Nacional de Justiça pode ser visto na íntegra no link à seguir: <https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>

38 Pessoas intersexo são aquelas que desenvolvem naturalmente características sexuais consideradas tanto masculinas quanto femininas. Corresponde à variedade de condições e possibilidades de desenvolvimento do sistema reprodutor humano que não se encaixam unicamente nas definições de masculino e feminino, existe uma infinidade de variações de intersexo e envolvem todo o funcionamento do corpo, podendo envolver à composição genética da pessoa, as características físicas, características sexuais secundárias e hormonais. Deste modo, a heterogeneidade é a palavra chave para compreender as pessoas intersexo.

embasam construções comportamentais, sociais e identitárias, como vimos no decorrer do primeiro capítulo.

A partir das violências e violações estruturais, nós podemos adentrar os outros grupos que estão organizados com base no agente da agressão, ou na figura que este agente ocupa na vida das travestis e pessoas transexuais, nós começaremos com as situações envolvendo a família. Enquanto instituição, a família tem uma função social e apresenta valores, costumes, regras, tabus e vinculados a determinados princípios éticos gerais e não descolados do que é difundido socialmente. Com isso, nós queremos dizer que todas as famílias reproduzem e perpetuam os mesmos valores associados a subjugação com bases étnico-raciais, de gênero, socioeconômicas e etc.? Não.

Estamos evidenciando que enquanto instituição a família está repleta de valores vinculados a princípios ético, por mais que nós não percebamos, e tais princípios tem como objetivo o desenvolvimento de uma determinada sociedade porque são estruturantes. Assim, em algumas famílias a orientação sexual e/ou identidade gênero pode ser fator crucial para que haja situações de violência e violação de direitos, como apresentamos em alguns exemplos do segundo capítulo.

Outro agrupamento de respostas se refere às violências e violações sem um autor específico, ou com mais de um, por isso denominamos de **interpessoais**. As informações reunidas aqui apresentam um grau mais amplo de autores de agressão, algumas vezes não identificando o interlocutor que gerou a agressão, demarcando os tipos de violência. Entretanto, é possível compreender que tais situações estão no nível das relações entre as pessoas e no cotidiano da vida, constituindo as relações que esta população tem com a escola, com o trabalho, na família, e na comunidade, que nos mostra muito sobre o tipo de relações que esta população constrói nos espaços que tenta ocupar e como as pessoas buscam construir conexões.

O ocultamento da pessoa violadora expressa o caráter corriqueiro e cotidiano de tais abusos com as Travestis e Transexuais. Enquanto profissionais reconhecemos a vulnerabilidade em que esta população está sujeita e em que sociedade se configura um potencial autor de agressão, causando sofrimento por conta de atitudes como desrespeito ao nome social, identidade de gênero.

Negar o direito de adentrar o banheiro de acordo com a identidade de gênero, impedir a inserção laboral, menosprezar a construção identitária e a condição laboral e reforçar estereótipos, são exemplos de ações e atitudes que podem ser executadas por qualquer pessoa, é uma relação de poder exercida por qualquer pessoa cisgênero que afeta diretamente à percepção e à dignidade das travestis e transexuais.

O próximo agrupamento de respostas é sobre situações envolvendo relações abusivas, violações e violências impetradas por **profissionais**, em que indivíduos se utilizam do seu cargo ou posição para exercer o relativo poder que possuem para limitar o acesso a direitos, ou humilhar e atacar a dignidade de pessoas. Tais situações foram separadas das institucionais e interpessoais para o objetivo de evidenciar o fato que operadores das políticas públicas, consecutivamente de direitos, também atuam de maneira a negar e afastar a população dos equipamentos e serviços. Os profissionais possuem vinculação a princípios, valores e juízos amplamente difundidos pela sociedade e – para além disso – muitas instituições, equipamentos e serviços possuem seus próprios valores, princípios e missões o que pode também colocar em voga a liberdade e os direitos da população usuária, principalmente das travestis e pessoas transexuais. Um fato que não pode ser esquecido é o caráter alienador do cotidiano e das relações de trabalho, segundo Heller (2016, p. 64) à alienação na vida cotidiana ocorre quando há um *“abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e à participação consciente do indivíduo nessa produção”*.

Deste modo, a atuação profissional mimética, irreflexiva, imediatista, pragmática tende a desenvolver uma ação alienadora ao reproduzir valores, preconceitos e juízos de modo a serem verdades absolutas e inquestionáveis. Já que as diferentes profissionais assumem determinadas funções, ou “papéis”, em seus espaços sócio-ocupacionais e o cumprimento de suas atribuições pode acarretar a perda da humanidade-genérica e se torna assim um “tarefeiro” desenvolvendo construindo uma ligação indissociável entre particularidade e genericidade. Conforme Heller (2016, p. 63):

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que *mais se presta à alienação*. Por causa da coexistência “muda”, em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade

humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece “natural” a desagregação, a separação de ser e essência. Na coexistência e sucessão heterogêneas das atividades cotidianas, não há por que revelar-se nenhuma individualidade unitária; o homem devorado por e em seus “papéis” pode orientar-se na cotidianidade através do simples cumprimento adequado desses “papéis”.

O último grupo é o **desvio** em que reunimos as respostas que não apresentaram elementos passíveis de enquadramento nas demais nucleações, ou que os relatos das profissionais que não vivenciaram na sua trajetória ocupacional situação de violências institucionais. Nos casos, as profissionais relataram terem conhecimento de situações violentas em seus trabalhos, mas não foi possível nucleação para respostas monossilábicas, ou com pouca informação.

3.2.8 Conhecimentos indispensáveis para trabalhar com a população T

Para compreendermos a opinião das assistentes sociais sobre os conteúdos e habilidades que consideram essenciais para o atendimento à População de travestis e transexuais elaboramos a pergunta: *“o que você diria que é fundamental saber ou conhecer previamente para ingressar no atendimento a essa população?”*. A pergunta se revela importante para elucidar quais temáticas as profissionais consideram urgentes para serem desenvolvidas pelo Serviço Social. Com as 17 (dezesete) participantes, organizamos as respostas em 6 (grupos) de acordo com a conteúdo que apresentaram: **Direito, Ética, Movimento Social, Políticas Públicas, Sujeito e Desvio**.

Quadro 13: O que você diria que é fundamental saber ou conhecer previamente para ingressar no atendimento a essa população?

Grupo	Resposta
Desvio	Sim
	Aprofundamento da temática
Direito	Legislação pertinente
	Legislação e empatia
Ética	Vários pontos são relevantes. O primeiro e mais importante fator é ser humano e dispensar tratamento ético ao outro. Considero que o tratamento a ser dispensado é importante, uma vez que pode ser muito ofensivo ser tratado de forma diversa com a qual se reconhece e acaba por dificultar o vínculo com a pessoa atendida. Conhecer que LGBTQI+ não é "tudo a mesma coisa", apropriar-se das especificidades da população a ser atendida. Separar a chamada orientação sexual das vivências de sexo (a

	<p>chamada identidade de gênero). Articular o papel que o sexo tem na sociedade de classes, a hierarquização dos seres sociais para melhor apreensão dos determinantes do capital com rebatimento direto nas vivências de sexo. Cabe esclarecer que consideramos ser adequado referir-se à “identidade de gênero” como vivências de sexo, porque o sexo é estruturante do capitalismo e defendemos que foi apropriado para incitar hierarquia entre os seres sociais para potencializar a extração do mais-valor na sociedade capitalista. A identidade de gênero acaba por enquadrar as pessoas travestis e transexuais no sistema binário de sexo, ou seja, masculino e feminino, mas consideramos que o ser social dispõe de uma infinidade de possibilidades e respeitamos a riqueza da diversidade humana. O que nos une é a diversidade humana. O assunto é denso e implica em desdobramentos.</p>
	<p>Se despir de pré julgamentos e preconceitos e estar aberto para ouvir. É Óbvio saber de leis e direitos que envolvam essa população</p>
	<p>Conhecimento de seus preconceitos para que ocorra a necessária reflexão profissional. Leitura sobre a temática.</p>
	<p>Formação, sobretudo, formação humana. Explico: A formação profissional é fundamental. Contudo, a formação profissional também apresenta limitações quando envolve valores conservadores. Nossa forma de se relacionar uns com os outros em sociedade é orientada, com ressalvas, pela competitividade e pelo individualismo próprio do capitalismo e no capitalismo os valores judaico cristãos também sido basilares," hegemônico ". Crescemos aprendendo a anular aqueles que não se enquadram dentro desses padrões. Dentre os quais aqueles afeitos à família nuclear burguesa. Entendo que as pessoas assimilam essa formação, obviamente que também é humana, mas esta é de uma ordem avessa ao reconhecimento do outro como ser singular dotado de potencialidades, aspirações e valores que precisam ser reconhecidos e, portanto, respeitados. É desta formação humana que falo. Ela envolve revermos a forma como lidamos com o diferente, do qual isso é rico e nos engrandece.</p>
Movimento Social	<p>É fundamental ter conhecimento dos movimentos LGBTI, para poder reivindicar direitos, ou seja, só o conhecimento liberta.</p>
Política Pública	<p>Suas necessidades e os recursos disponíveis na rede de proteção.</p>
	<p>Conhecer os direitos e às demandas, e a rede de atendimento específica dessas pessoas.</p>
	<p>Seus direitos. Dificuldades cotidianas e sociais. Políticas públicas voltadas para atendimento da população lgbt. Conhecer a rede de atendimento disponibilizada para esta população.</p>
Sujeito	<p>Respeitar a pessoa pelo gênero dela e nome social, caso ainda não seja retificado, entender as vulnerabilidades, respeitar as vivências</p>

	As várias orientações sexuais e as identidades de gênero.
	Respeito e acolhimento à diversidade.
	Muito sobre a diversidade da questão de gênero.
	Saber quem é essa população. Buscar conhecer todo o histórico de violações de direitos, de invisibilidades, de exclusão e de violências. Sair do simples conceito da sopa de letrinhas e apreender sobre as pessoas.

A primeira nucleação se refere a necessidade fundamental de aprofundamentos em aspectos legais sobre a população de travestis e transexuais, que denominamos por grupo do **Direito**. Esta questão levantada por algumas participantes é de imprescindível importância para a discussão já que o Serviço Social atua nas relações sociais e na interação da população com direitos essenciais, seja na efetivação de direitos sociais ou no acesso ao sistema de garantia de direitos.

Por isso, o conhecimento sobre o amparo legal que a População de travestis e transexuais se faz essencial. A população LGBTI não possui um Estatuto como a população Idosa, Crianças e Adolescente, Juventude e Pessoas com Deficiência, o que faz com que os poucos direitos garantidos sejam regulados por legislações pontuais. Existe a proposta do Estatuto da Diversidade Sexual³⁹ e de Gênero que é defendida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tendo como porta voz a desembargadora aposentada Maria Berenice Dias⁴⁰ que contribuiu com o avanço na União Civil entre pessoas do mesmo sexo e propagou o termo homoafetivo.

Entre os dispositivos legais que amparam a população LGBTI, temos a jurisprudência, as decisões do Supremo Tribunal Federal, os Provimentos do Conselho Nacional de Justiça, Decretos e Portarias do Poder Executivo e algumas leis dos estados e municípios. Atualmente, existe uma grande lacuna do poder legislativo na garantia dos direitos da população LGBTI, o que acarreta a necessidade do poder judiciário e do executivo em apresentar respostas para as demandas que surgem. Esta situação dificulta a apropriação dos profissionais sobre

39 O Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero pode ser lido na íntegra no seguinte link: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&disposition=inline>.

40 A desembargadora aposentada possui um site que compila as suas obras sobre diversas áreas do direito de família, homoafetivo e de sucessões, alguns documentos têm acesso liberado gratuitamente. Site o link do site: <http://www.mariaberenice.com.br/index.php>.

a temática, bem como da própria população, além de gerar relativa instabilidade sobre a segurança legal que esta população mantém sobre determinados assuntos, já que existem diversos projetos de lei em andamento que ampliam a cidadania LGBTI, bem como outros de restringem ainda mais a cidadania desta população. Só neste trabalho podemos identificar duas formas distintas de garantir direitos da população de travestis e transexuais: a retificação de nome e sexo no registro civil e o Processo transexualizador; o primeiro por Provimento do CNJ e o segundo por uma Portaria do Ministério da Saúde.

O próximo grupo refere-se à necessidade de aprofundamento sobre valores, moral e princípios que constituem relações desiguais entre as pessoas cisgênero e Travestis/Transexuais. Denominados este grupo de **ética**, compreendendo que os assuntos contidos nas respostas questionam os elementos básicos da constituição da visão de mundo e de sociedade que vem sendo produzida, reproduzida e perpetuada.

Consideramos que os valores majoritariamente perpetuados em nossa sociedade não incluem as Travestis e Transexuais nas tramas da sociabilidade, como possuidoras de humanidade e pertencentes da vida comunitária. Esta ideia foi construída ao longo da argumentação desta dissertação e tem uma de suas origens na forma como compreendemos o corpo: uma relação binária masculino/feminina, definindo papéis e funções de gênero específicos em nossa sociedade; e no entendimento dos juízos provisórios e preconceitos. Estes são elementos que propiciam uma ininteligibilidade do Corpo travesti e transexual são um processo de afastamento da cidadania destas pessoas. Considerando que é na vida cotidiana que a maioria das interações sociais acontecem e que é nela que tomamos contato com elementos desconhecidos, é nela que apresentamos respostas e assimilamos concepções sobre o outro; para que possamos superar as desigualdades se faz necessária a supressão de valores e a substituição cotidiana de elementos que consideramos desfavoráveis para o desenvolvimento integral. Concordamos com Preciado (2017) quando afirma que a superação destes valores se dá pela contrassexualidade e também com Vidarte (2019) que afirma: só é possível a construção de uma ética bicha construída por e para LGBTI's.

Outro grupo de respostas apontou como imprescindível o conhecimento sobre o **movimento LGBTI**⁴¹. Compreender a trajetória do movimento LGBTI no Brasil, e no mundo é conhecer o processo de desenvolvimento de uma luta por cidadania, de desconstrução e tensionamento de valores, cultura e concepções cristalizadas a respeito do humano e seu corpo, remonta uma história de resistência e mortes.

É através do tensionamento causado pelo Movimento LGBTI que as sexualidades começaram a ser entendidas como fenômenos histórico-culturais que caminham lado a lado na história da humanidade e assumem diversas formas de expressão, diretamente relacionadas a outras dimensões da vida social e que propiciam a transformação e a manutenção da produção e reprodução dos valores que constituem a vida coletiva (PRADO, 2008). Deste modo, ao longo da história da humanidade a sexualidade assume diferentes formas de ser compreendida e diferentes valores lhes foram atribuídos, em consonância com as outras dimensões e papéis que a vida social exige das pessoas. Assim, entender as sexualidades é compreender os valores e crenças que regem uma sociedade e, como construção social, apresenta hierarquização e desigualdade no seu interior diferindo de acordo com o contexto sociocultural em que se encontra (FACCHINI, 2005).

Com base na luta diária da população LGBTI é que iniciamos o próximo grupo de respostas que se reportam à necessidade de apropriação das **políticas específicas** para à população de travestis e transexuais. Conforme lembramos na introdução desta dissertação é apenas em 2004 que se desenvolve um protótipo de Política pública estatal voltada para esta população, o então intitulado “*Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLGBT e promoção da cidadania homossexual*”. A relação da população LGBTI com a rede de serviços públicos como visto remonta uma história recente, principalmente, uma rede especializada para tratar de situações envolvendo orientação sexual e identidade de gênero.

Além disso, esta rede ainda incipiente e já abalada com a ausência de recursos e extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+ (CNCD LGBT+) com o Decreto nº 9.883 de 27 de junho de 2019, corrobora com um

41 Para um aprofundamento sobre a história do Movimento LGBTI no Brasil, bem como as suas fases e peculiaridades, nós sugerimos a leitura dos seguintes livros: Na trilha do arco-iris: do movimento homossexual ao movimento LGBT, produção de Julio Assis Simões e Regina Facchini; e Sopa de Letrinhas? movimento homossexual e à construção de identidades coletivas nos anos 90, produção da Regina Facchini.

processo de desconstrução da pouca política construída até o momento pelo Governo Federal. Outra marca da política LGBTI é a falta de uniformidade, na ausência de diretrizes unificadas a respeito cada ente federativo desenvolver políticas próprias. Com isso alguns estados, e principalmente municípios, constroem serviços nos próprios moldes e com as próprias diretrizes – isso quando há o interesse neste sentido. Este fato dificulta a apropriação das profissionais sobre a rede de atendimento à população LGBTI.

O próximo agrupamento retrata a necessidade de aprofundamento a respeito do conhecimento das Pessoas travestis transexuais bem como suas necessidades, vulnerabilidades, vivências e potencialidades. Por isso denominados este grupo de **Sujeito**, compreendendo que as questões elencadas envolvem aspectos particulares que podem ser coletivizados e determinados pontos mensurados.

A busca das profissionais sobre aspectos demográficos, conhecimento da população se mostra essencial para o atendimento adequado, e desenvolvimento do trabalho. Entretanto, esta é a principal dificuldade que a comunidade LGBTI enfrenta, já que não existem dados oficiais sobre o perfil desta parcela da população. O Censo, principal mecanismo de conhecimento da população brasileira não aborda questões relacionadas a identidade de gênero e orientação da população e não foram criados outros mecanismos de reconhecimento da população LGBTI, como o Censo Trans⁴² realizado pelo Uruguai realizado em 2016 mapeando as pessoas transexuais uruguaias, permitindo compreender as condições de vida desta população.

O grupo **Desvio** foi composto por respostas que não apresentaram informações suficientes para compor as demais nucleações, com duas respostas, uma monossilábica e outra que só reafirmava a necessidade de aprofundamento na temática; ambas não abordaram objetivamente quais conteúdos são indispensáveis ao trabalho.

42 Informações sobre o primeiro Censo populacional de pessoas transexuais uruguaias podem ser obtidas no site do Governo do Uruguai, a ação foi desenvolvida pelo Ministerio de Desarrollo Social (MIDES). Segue o link com algumas informações sobre o processo: <https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/mides-datos-preliminares-primer-censo-trans>.

3.2.9 Preparo na formação profissional para trabalhar com a população T

Neste item tratamos da percepção das assistentes sociais sobre a formação profissional em Serviço Social, especialmente em como essa tem contribuído para a preparação de assistentes sociais para trabalhar com demandas da população de travestis e pessoas transexuais. Para capturar esta informação, foram produzidas duas questões que versavam sobre a experiência das participantes na graduação em Serviço Social: *“Durante a sua formação você trabalhou conteúdos que favoreceram o debate sobre Identidade de Gênero? Quais?”*; *“Como você avalia esta formação profissional para atender às demandas dessa população?”*.

A proposta da primeira pergunta, (quadro 14) consiste em buscar compreender e coletar informações sobre o processo de formação profissional das participantes já que este é um momento privilegiado para construção da identidade profissional, a obtenção de conhecimentos relativos ao exercício profissional, além da revisão de valores, costumes, juízos, regras e tabus que nos constitui do ponto de vista cultural, social e histórico na sociedade.

A possibilidade de superação da opressão oriunda da naturalização das relações de sexo, bem como a construção das identidades, se faz através do aprofundamento dos conteúdos e dos conhecimentos das bases que legitimam os diferentes discursos propagados socialmente. A questão teve a adesão de todas as 18 (dezoito) participantes. As respostas foram nucleadas em 6 (seis) grupos: **Aprofundada, Superficial, Transversal, Formação Continuada, Não houve, e Desvio.**

Quadro 14: Durante a sua formação você teve conteúdos que favoreceram o debate sobre Identidade de Gênero? Quais?

Grupo	Resposta
Aprofundada	Sim, muitos grupos de estudo, matérias voltadas aos direitos dessa população e lutas e militância por parte do conselho regional, estadual e municipal.
	Sim. Discutimos textos sobre Direitos Humanos. Eram trabalhos relacionados à secretaria de direitos humanos do governo federal.
Desvio	Sim
Formação Continuada	Fiz especialização na Fiocruz sobre violência que também incluía a violência de gênero há alguns anos.
	No mestrado e no doutorado.

	Durante a minha formação não tive conteúdo sobre identidade de gênero. Busquei formação a parte
Não houve	Infelizmente não tive acesso a esse debate na graduação.
	Não
	Não
	Não
	Não tive, estou formada há 27 anos.
	Não tive. Me formei em 2003 pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e as questões de identidade de gênero não fizeram parte de minha formação.
Superficial	Pouca coisa, talvez um encontro para assistir um seminário sobre o público lgbt. Coisas rasas que não apresentaram a profundidade do tema
	Pouco. Mas bibliografia que eu mesma busquei.
	Pouco
	Pouco, era uma "novidade"
Transversal	Que eu lembre não tive essa temática especificamente voltada ao coletivo LGBTQI+. Lembro de ser tratado gênero, no tocante a condição da mulher, e também como temática transversal. Hoje com os estudos que acumulei considero que a temática LGBTQ+ é estrutural do modo de produção junto com classe e raça. A classe porta um corpo, e que traz seus signos, quais os rebatimentos disso na vida do ser social que busca a intervenção do Serviço Social?
	Não tive diretamente, porque me formei há muito tempo. Mas já se falava em respeito e direitos GARANTISTAS para todo e qualquer grupo social.

Este grupo se refere às profissionais que relataram ter de maneira mais **aprofundada** os conteúdos relativos à População de travestis e transexuais ao longo da graduação. Entretanto, apenas 2 (duas) das 18 (dezoito) participantes informaram este fato. De modo geral, o conhecimento foi sendo obtido através de grupos de estudo, disciplinas específicas e pelo trabalho de setores privados e públicos que atuam com esta população.

A incorporação de disciplinas que abrangem sexualidade, gênero, relações étnico-raciais e identitárias em suas matérias curriculares não é uma realidade para todas as faculdade de Serviço Social, uma vez que as diretrizes mínimas elaboradas

pela ABEPSS e Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 15 de 13 de Março de 2002, não prevê o debate sobre questões identitárias. As faculdades ou cursos têm liberdade para a inclusão de determinados temas na grade curricular, o que produz uma realidade discrepante na formação profissional, o que ajuda a compreender a realidade que presenciamos na pesquisa, em que apenas duas pessoas tiveram de maneira satisfatória, conhecimentos relacionados à População travestis e transexuais, bem como a sua realidade de vida.

As participantes que expressaram terem adquirido conhecimentos sobre à População travestis e transexuais por meio da formação **continuada** (especializações, mestrado, doutorado ou outros cursos), manifestam necessidade de buscar informações em espaços fora da faculdade de Serviço Social, o que nos remete a uma ausência de conteúdos e uma preparação frágil durante a graduação em Serviço Social para o trabalho com esta população.

No agrupamento de respostas nucleadas pela experiência '**superficial** e/ou rasa' verifica-se que a graduação contribuiu de maneira pontual e com pouca profundidade na temática. Como mencionado anteriormente o Projeto Pedagógico das faculdades de Serviço Social privilegiam outros conteúdos formativos ao invés de questões identitárias e sua relação com os desdobramentos da questão social.

Como apresentamos no item 3.2.7 a definição de questão social defendida por Iamamoto (2015), compreende as desigualdades de gênero e consequentemente de identidade de gênero, como agravadores da questão social. Deste modo, é imprescindível o aprofundamento nos conhecimentos dos mecanismos de opressão vivenciados pelas Travestis e Transexuais, para a construção de análises críticas dos meios de exploração dessa população.

O próximo agrupamento remete a uma forma de abordagem '**transversal**' sobre os conteúdos relacionados à População travestis e transexuais; trata-se de contribuição mais pontual que ocorreu em alguns momentos. Este fato pode nos remeter a uma ideia de complementaridade das questões identitárias a um mecanismo de opressão e exploração maior, que é a questão social.

O ensino das questões identitárias de forma transversal e ao longo da graduação revela como a profissão encara e compreende a sociedade, o ser humano e o mundo, além de representar um projeto profissional que configura um modo de ser profissional. Este modo de ser, contempla a função social de uma

profissão, suas respostas para as demandas que lhes são apresentadas, bem como sua autoimagem e valores éticos.

Os projetos profissionais, portanto, são constituídos por valores ético-profissionais, e opções teórico-metodológicas em consonância com um projeto societário, tendo por base o trabalho profissional dos sujeitos dessa ação. Valores que legitimam à opção de uma direção social, caminhos para a concretização dessa opção, tendo como finalidade uma forma de sociabilidade. Enquanto projeto, direciona à ação cotidiana desses profissionais que por sua vez, construirão e reconstruirão tal projeto em sua práxis profissional. (Cardoso, 2013, p.79)

Deste modo, os conteúdos selecionados e a própria metodologia de ensino constituem uma parte de um projeto para a profissão e a sociedade, que ampara a ação profissional cotidiana e a direção social que a profissão segue. Assim, reforçamos a importância da presença de conteúdos ligados à sexualidade e identidade de gênero na graduação em Serviço Social, no sentido de auxiliar na desconstrução de valores pejorativas e segregacionistas, fato que propicia o engajamento dos profissionais na construção de outra ordem societária ligada a princípios de respeito e liberdade, bem como na garantia de direitos, ampliação e consolidação da concepção de cidadania.

Contrapondo-se as profissionais que de alguma forma tiveram acesso as discussões sobre identidade de gênero na graduação, temos 6 (seis) participantes que relataram não terem acessado o debate ao longo de sua formação profissional, compondo o grupo '**Não houve**'. O grupo '**Desvio**' é representado por uma participante que relata ter acessado o debate na graduação, mas não apresenta maiores detalhes de como ocorreu a aproximação com a temática, fato que não permitiu agrupá-la nas outras nucleações.

A segunda questão (quadro 15), versa sobre a compreensão das participantes a respeito da qualidade da graduação em Serviço Social no preparo profissional para o atendimento de travestis e transexuais. A proposta consiste em saber se as assistentes sociais estariam preparadas para compreender as demandas específicas ao saírem da graduação, bem como acolher adequadamente as travestis e transexuais, na acessibilidade aos direitos e demais benefícios oferecidos pelos serviços públicos. A questão teve a adesão de todas as 18

(dezoito) participantes e as respostas foram nucleadas em 3 (três) grupos: **Insuficiente, Presente e Desvio.**

Quadro 15: Como você avalia que está a formação profissional para atender as demandas dessa população?	
Grupo	Resposta
Desvio	Participo de um GT que discute internação feminina de adolescentes na Fundação CASA, mas considero importante e necessário aprimoramento.
	Ainda vejo com muita preocupação, apesar dos avanços, sinto que precisaremos de representativo nas câmaras para criarmos leis que possa nos proteger.
	Não tenho dados suficientes para avaliar
Insuficiente	Rasa
	Completamente deficitária.
	Não tenho dúvidas que precisamos avançar muito e fico feliz por ter me deparado com a demanda porque permitiu que eu ampliasse meu olhar sobre a questão LGBTQI+, bem como sobre a "modus operandi" do modo de produção capitalista, enriquecendo minha visão de homem e de mundo.
	Pouco preparada
	Incipiente, frágil.
	Deficitária. Há a necessidade de aprofundamento da temática. Ela deve ser trabalhada de forma transversal. Do primeiro a último período da graduação. Essa transversalidade refere-se ainda à maior articulação com associações e/ou representantes dos travestis e transexuais. Essa aproximação tenderia para maior contato ou mesmo contato direto sobre as demandas e reivindicações do segmento.
	Escassa.
	Precária
	Superficial
	Muitos profissionais despreparados. Fragilidade na formação.
	Frágil. Necessitando de mais informações. Mais formação continuada para que possa usar no cotidiano do trabalho e garantir direitos.
Presente	Imagino, espero que esteja incluído o debate, como segmento de inclusão social.
	Hoje há mais espaço para o tema.

	Acredito que ainda há poucos cursos que olham para essa temática
	Creio que a temática está mais presente nas universidades, mas muitas vezes ainda na forma de formações paralelas, fora da grade curricular, e dependem bastante do interesse individual de cada aluna/o a partir de suas vivências e relações. Mas há atualmente bons cursos sendo oferecidos tanto por órgãos públicos como por entidades privadas.

O primeiro grupo de respostas, **Insuficiente**, se refere às opiniões das participantes que consideram que a formação profissão ainda está aquém do necessário para preparar futuras assistentes sociais ao trabalho com à população de travestis e pessoas transexuais. Neste grupo, reunimos todas as respostas que afirmavam que a graduação em Serviço Social ainda precisa, de algum modo, avançar no debate a respeito desta população, sobre a presença de profissionais despreparados para o trato com a população e suas demandas, com uma abordagem sistêmica e transversal, cobrindo todo o processo formativo.

Outro ponto mencionado foi a necessidade de formação continuada para as profissionais que já estão formadas. Este é o grupo que conta com a maioria das respostas 11 (onze) das 18 (dezoito) participantes e considera que o Serviço Social precisa fortalecer os conhecimentos e se aprofundar na temática, além de desenvolver mecanismos de propagação mais eficientes para os conhecimentos produzidos no seu interior, uma vez que como vimos, existe uma produção latente e robusta no Serviço Social sobre a Travestilidade e Transexualidade, conhecimento socialmente pouco compartilhado.

O próximo grupo, **Presente**, reconhece a existência do debate no interior da formação profissional, mas as participantes não apresentaram uma reflexão ou opinião sobre a qualidade desses debates, bem como se o conteúdo fornecido na graduação é suficiente para garantir um trabalho adequado à população; por isso, o nomeamos o grupo de 'Presente'. Aqui as participantes acreditam que atualmente a pauta LGBT, principalmente relativa a Travestis e Transexuais, está incluída nos cursos de Serviço Social, sob o pretexto de uma abertura do social e do curso para a discussão sobre a temática. Algumas participantes reconhecem que existe uma diferença entre as faculdades de Serviço Social, o que não traria uniformidade no processo formativo, além de reconhecerem que a apropriação desse conteúdo depende do interesse da estudante de Serviço Social.

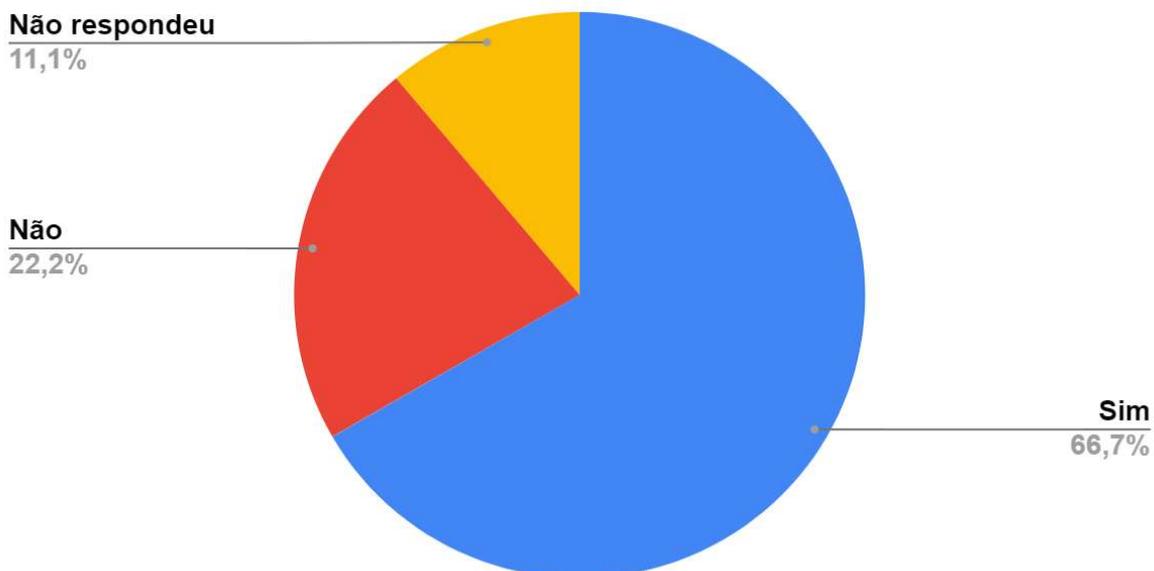
O último grupo '**Desvio**', as participantes não apresentaram respostas relacionadas com a proposta da pergunta, ou informaram que não possuíam insumos para opinar sobre a questão. As três respostas contidas no grupo não apresentaram uma avaliação ou opinião sobre a formação profissional e o preparo para o atendimento às travestis e pessoas transexuais. Uma delas relatou a experiência pessoal de aprimoramento, outra a necessidade de representação desta população nos espaços legislativos e outra optou por não expressar uma opinião sobre a formação profissional nesta temática.

3.2.10 Configuração das equipes de atendimento

Com o objetivo de conhecer um pouco da configuração das equipes de atendimento em que as assistentes sociais estão inseridas, a pesquisa abordou a temática em dois momentos com as seguintes questões: “ *A sua equipe de trabalho é/era multiprofissional para o atendimento à esse público?*”; e, “*Você considera importante a equipe ser multiprofissional para atender esse público?*”.

A proposta consistia em verificar se há interação das assistentes social com outras categorias profissionais, já que as demandas apresentadas pela população de travestis e transexuais é multifacetada e muitas vezes requerem intervenções de várias áreas do conhecimento para o seu atendimento integral. Por outro lado, o contato com outras categorias profissionais proporciona a ampliação de referenciais teóricos, ter acesso à outras produções científicas e concepções de seres humanos e sociedade.

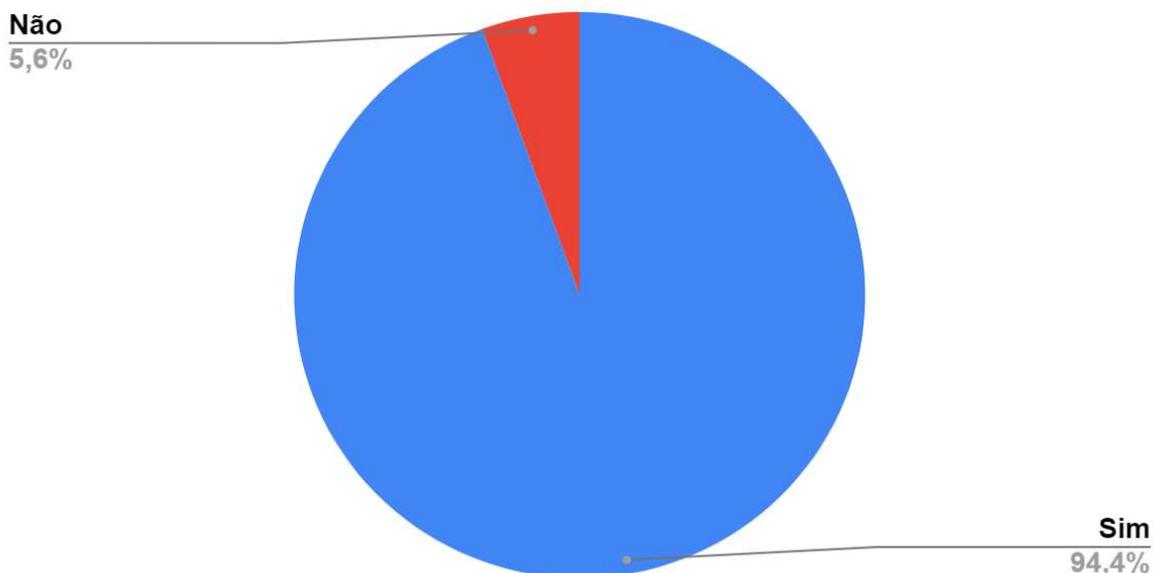
Gráfico 5: A sua equipe de trabalho é/era multiprofissional para o atendimento a esse público?



O gráfico acima (gráfico 5), representa as respostas da primeira pergunta deste bloco sobre a composição das equipes de atendimento à população de travestis e pessoas transexuais. O objetivo aqui consistiu em obter informações sobre quantas assistentes sociais exercem suas atividades profissionais em ambientes multiprofissionais, isto é, equipes formadas por mais de uma categoria profissional ou áreas de conhecimento, para o desenvolvimento de um trabalho em comum.

Das dezesseis participantes (16), a maioria das assistentes sociais participantes da pesquisa relataram que trabalham em equipes multiprofissionais, computando 66,7% ou 12 (doze) integrantes; já 22,2% ou 4 (quatro) entre elas informaram que suas equipes de trabalho não eram compostas por mais de uma categoria profissional, e por fim 11,1% ou 2 participantes não responderam a questão.

Gráfico 6: Você considera importante a equipe ser multiprofissional para atender esse público?



Com relação à segunda pergunta deste bloco sobre a possibilidade de trabalho multiprofissional compilamos as respostas no gráfico acima (6). A proposta aqui era quantificar a opinião das participantes sobre a importância de existirem equipes multiprofissionais para o atendimento desta população, compreendendo a especificidade de cada membro da equipe para a compreensão multidimensional das demandas apresentadas pela população.

A pergunta teve adesão de todas as participantes, sendo que quase a unanimidade considerou importante a constituição de equipes multiprofissionais para o atendimento de travestis e pessoas transexuais, representando 94,4% ou a afirmação de 17 das participantes; apenas 1 (uma) não considera importante este modelo de equipe, o que representa 5,6% do total.

3.2.11 Significado de ser travesti

A proposta deste item era apreender como as participantes da pesquisa entendem as diferentes identidades de gênero dissidentes, no caso abordamos a identidade travesti e transexual. Para isso, a pesquisa dedicou uma pergunta específica para que as profissionais pudessem expressar suas ideias e concepções sobre a Travestilidade. A questão foi respondida por 17 (dezesete) participantes com uma abstenção. As informações obtidas foram divididas em 4 (quatro) grupos

levando em consideração a proximidade do conteúdo das respostas, assim organizadas: **Expressão de Gênero, Identidade, Política e Trabalho**, conforme a apresentação do quadro 16 que se segue.

Quadro 16: Para você o que significa Travesti?	
Grupo	Resposta
Expressão de Gênero	Uma pessoa que se veste (traveste) de como o sexo oposto
	Uma expressão de gênero que é diferente do seu sexo de nascimento, porém não necessariamente, o indivíduo quer ter outra identidade de gênero, mas sim, se transvestir ao gênero oposto.
	Pessoa que veste roupas e acessórios do sexo oposto.
	Travesti é toda e qualquer pessoa que tem a expressão de gênero que difere da que foi biologicamente designada. Assume um papel de gênero diferente daquela de origem
	O ou a pessoa que se veste do gênero com o qual se identifica.
	Pessoa que se traveste com indumentária feminina de forma exagerada.
Identidade	Ter uma identidade feminina, que não condiz com o gênero designado no nascimento dela, com crenças e comportamentos ditos femininos, com o desejo, ou não, de retificar o nome, gênero e realizar a redesignação sexual.
	É tentar ser você em uma sociedade cheia de rótulos que não aceita nada que fuja dos padrões impostos, é uma maneira de ser que representa a resistência. Pois uma coisa simples que seria existir se torna algo tão difícil. Uma luta
	É uma identidade feminina, porém a sociedade não enxerga assim, e usa a palavra pra hostilizar, menosprezar e inferiorizar.
	Uma pessoa que mudou de gênero em qualquer grau. Corpo, documento, vestimenta.
	Pessoa de determinado gênero que se sente e veste de outro
	Interagir da forma com a qual se identifica
	Pessoa que nasce com sexo biológico masculino. Não se identifica com sexo biológico. Tem identidade de gênero oposta ao sexo biológico.
Para mim travesti é a pessoa que transcende o que a sociedade espera para pessoas do seu gênero biológico vistam	
Política	Para mim é uma pessoa, que nasceu com pênis, mas tem vivências atribuídas na nossa sociedade ao feminino, por isso tem vivências que demonstram a pessoa que ela é. Além disso, há uma questão no que tange a denominação, estudos apontam que travesti é uma nomenclatura utilizada na América do Sul, salvo engano, e nos demais territórios(países/continentes) se utiliza transexual. Também pode ser uma denominação de época, pois a Transexualidade, a meu ver atende também a vivência da travesti. Não considero que as modificações corporais sejam um divisor

	de águas entre a travesti e mulher trans.
	Para mim, ser travesti significa personificar a afronta ao binarismo de gênero e às expectativas sociais de papéis. É escancarar o masculino e o feminino em convivência no mesmo corpo.
Trabalho	<p>Considerando o contato que tive e tenho com eles entendo que são trabalhadores/as/xs (sexo, em se tratando dimensão biológica, masculino) com uma sexualidade diferenciada e, portanto, uma identidade diferenciada e que, assim como a minha sexualidade diferenciada e minha identidade, deve ser reconhecida e respeitada.</p> <p>Essa qualidade diferenciada refere-se ao conjunto de valores que lhes são próprios e por não os conhecermos ignoramos uma enorme riqueza. Digo riqueza no sentido de tudo o que podemos aprender e conhecer até para melhor nos entender. E no caso profissional, melhor intervir. Qualificar a atuação.</p> <p>Um detalhe: Os que conheço trabalham na noite como profissionais do sexo. Uma atividade que, como disse anteriormente, deve ser respeitada. Não entendo que todos/as/xs os travestis se enquadrem nesse perfil.</p>

Iniciamos com o grupo de respostas nucleadas pela afinidade com a concepção de que a Travestilidade pode ser definida por características estéticas, imagem, indumentária que uma pessoa adota para sua vida, por isso nomeamos o grupo como **Expressão de Gênero**. Compreendemos, nesta dissertação, que a expressão de gênero comporta características secundárias, bem como indumentária, comportamentos socialmente construídos, papéis sociais e todo o constructo sociocultural envolvendo a concepção socialmente difundida sobre homens e mulheres.

Assim, as respostas contidas neste grupo compreendem a Travestilidade como uma maneira de expressar o gênero vivenciado, ao mesmo tempo que denotam um caráter volúvel e superficial deste processo menos fixo que uma identidade, já que é atribuído ao o vestir-se ou travestir, ou alterar a aparência de modo a parecer outrem, como principal característica da Travestilidade. Esta concepção está relacionada com a compreensão social de que a Travesti se passa por mulher ou gostaria de ser mulher, tanto que ainda ouvimos pessoas referirem-se às Travestis no masculino, como “os Travestis”, renegando à Travestilidade a feminilidade existente em sua essência. Por este motivo, reforçamos a Travestilidade como uma das diversas formas de se vivenciar e construir um corpo e uma vida feminina, o que é diferente de afirmar que são ou não mulheres. A construção social e peso social do significado de ser mulher carrega outras insígnias, chagas, marcas e símbolos que não nos cabe discorrer se são iguais,

similares ou diferentes; são experiências socialmente compartilhadas, porém particularmente vivenciadas, reconhecidas e identificadas.

Por outro lado, nós temos um agrupamento de respostas, cujas participantes relatam que a Travestilidade está no campo da identidade das pessoas e se insere no autoconhecimento, na constituição enquanto pessoa, corpo falante, vida e estaria, assim, no cerne do ser, balizando e compondo as suas vivências e experiências.

Portanto, denominamos este grupo de **Identidade**, compreendendo que as falas se vinculam a um discurso em que gênero se trata de uma construção social com o qual as pessoas se reconhecem em determinado grau, assimilando tais padrões do discurso, produzindo e reproduzindo assim noções corporais, comportamentais e culturais. Outro ponto observado neste grupo é o reconhecimento das participantes de que se trata de uma identidade feminina, com isso queremos dizer que o tratamento social destinado às Travestis, utiliza-se dos artigos e a concordância é sempre no feminino.

A próxima nucleação de respostas que trabalharemos refere-se às participantes que apresentaram informação de uma Travestilidade no campo político, como possibilidade de resistência a padrões sociais rígidos para os corpos, por isso nomeamos de **Política**. A ideia deste grupo é evidenciar que a construção da identidade de alguém perpassa pela disputa de discursos na medida em que nos reconhecemos ou discordamos de determinados preceitos sociais; trata-se de um processo contínuo de negociação de valores e crenças, bem como ressignificações de acordos sociais. Além de ser um marco sócio-histórico, diferentes sociedades em diferentes contextos históricos produzem conhecimentos que são datados, bem como identidades que são representativas e significativas em seus meios. Deste modo, a vivência e o significado de ser Travesti é uma construção latino-americana e caribenha, sendo a sua transposição para outra conjuntura praticamente ininteligível.

O último grupo desta pergunta é composto pela resposta de uma participante que remonta a Travestilidade relacionada a sua inserção laboral; este é o motivo que denominamos de **Trabalho**. Como vimos anteriormente, na introdução do trabalho, a ANTRA estima que 90% da População de travestis e transexuais se encontra na prostituição a sua fonte de renda e subsistência; assim, não é incomum que exista

uma associação entre Travestilidade e prostituição. Esta população apresenta uma série de dificuldade na inserção laboral devido ao preconceito que sofrem diariamente, que acarreta inclusive uma baixa escolaridade e qualificação profissional; mas mesmo as pessoas com alta qualificação são vítimas do desemprego ocasionado por valores e moral que impedem o reconhecimento das competências profissionais e da força de trabalho Travesti e tornam a prostituição praticamente compulsória para esta parcela da população.

3.2.12 Significado de ser transexual

Como informamos no item anterior, a pesquisa dedicou duas perguntas para apreender a concepção das assistentes sociais participantes sobre Identidade de Gênero, sendo que a primeira, como apresentado anteriormente, versou sobre a Travestilidade. Em seguida, dedicamos alguma atenção para analisar a concepção de Transexualidade. A questão contou com a colaboração de todas as participantes, sendo que as informações obtidas foram divididas em 3 (três) grupos, considerando a proximidade do conteúdo contido nas respostas: **Identidade, Redesignação Sexual e Desvio**, conforme apresentado no quadro 17 que se segue.

Quadro 17: Para você o que significa transexual?	
Grupo	Resposta
Desvio	Uma pessoa que transcende ao gênero que nasceu.
	Uma pessoa que mudou de gênero, por não se reconhecer no sexo de nascimento.
	Assumir a real condição
	Pessoa que muda de sexo
Identidade	Pessoa que não se identifica com o sexo de nascimento, e sim com o gênero masculino ou feminino.
	Uma identidade de gênero que é diferente do seu sexo de nascimento, porém, onde o indivíduo se sente pertencente ao sexo oposto em que nasceu. Podendo realizar a mudança do sexo biológico ou não, mas realizando alguns procedimentos estéticos que se aproximam fisicamente a identidade que se sente pertencente.
	Transexual é uma pessoa que tem a vivência de sexo que transcende ao seu sexo de nascimento, podendo ter nascido com sexo dito masculino e ter vivências que são atribuídas, na sociedade, ao feminino. Também pode ser ao contrário, ter nascido com o sexo dito feminino e ter vivências que são atribuídas ao masculino. As pessoas podem procurar modificações corporais para externar a vivência

	masculina/feminina.
	O mesmo relato que usei na pergunta anterior, porém acrescento que o respeito ao modo como cada ser humano se denomina é muito importante. Para muitos é a maneira de existir, e cabe a nós o máximo respeito. (Relato Anterior: É tentar ser você em uma sociedade cheia de rótulos que não aceita nada que fuja dos padrões impostos, é uma maneira de ser que representa a resistência. Pois uma coisa simples que seria existir se torna algo tão difícil. Uma luta)
	a identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico.
	A Transexualidade seria, também, uma forma de ser diferenciada em sua sexualidade e identidade. Pode parecer redundante, mas há que se reconhecer que é inviável apresentarmos um comportamento padrão. Contudo, temos uma espécie de dupla apresentação dessa forma de ser (sexo masculino, biologicamente, com expressões de ser do comportamento feminino e, sexo feminino, biologicamente, com expressões de comportamento masculino). Ademais, sou do entendimento de que a forma como nos comportamos é produto social. É produto de uma determinada forma de organização da vida socialmente. Esta forma de ser, de se expressar é algo desconhecido de muitos o que evidencia a necessidade, no caso da formação profissional, de aprofundamento no processo formativo. Este entendimento relaciona-se ao contato que tenho tido com segmento. Nada científico...ignoro muita coisa sobre...
	Identificar sua identidade e procurar agir e reagir respeitando seu eu
	É O indivíduo cuja identidade de gênero é diferente da designada no nascimento, pode fazer a transição social da forma como se apresenta ou de intervenções no próprio corpo (redesignação sexual) ou apenas feminilização ou masculinização dependendo do gênero que se identifica.
	Ô ou a pessoa que se identifica com o gênero diverso do que lhe foi atribuído biologicamente.
	Pessoa que tem uma sexualidade masculina ou feminina, mas não se identifica com ela e vive uma opção oposta à sua identidade biológica.
	Para mim transexual é a pessoa que se identifica como sendo do gênero oposto ao qual nasceu
	Significa não corresponder às expectativas criadas a partir da notificação compulsória do gênero dada ao nascimento, é poder dizer quem se é independente do sexo biológico.
Redesignação sexual	Ter uma identidade feminina ou masculina, que não condiz com o gênero designado no nascimento dela, com crenças e comportamentos ditos femininos ou masculinos, com o desejo, ou não, de retificar o nome, gênero e realizar a redesignação sexual.
	Não se identifica com sexo biológico e deseja mudar sua constituição biológica e fazer a mudança de sexo. Não se veem, não se enxergam e sua identidade de gênero é diferente do sexo biológico

A nucleação que envolve uma compreensão da Transexualidade enquanto um processo de descoberta, autoconhecimento, autodeterminação e assim constitutivo da identidade do ser humano é a que mais congrega participantes nesta pergunta, totalizando 11 (onze) respostas, contrastando com a pergunta anterior que continha apenas 7 (sete) respostas. Assim como na pergunta anterior, o grupo **Identidade** é composto por respostas que trazem à tona a compreensão da Transexualidade ser parte constitutiva do ser humano a partir de uma relação com as concepções sociais de homem e mulher, fazendo com que a pessoa transexual tenha uma vivência de gênero em discordância com as expectativas sociais e comunitárias para o órgão genital com que ela nasceu.

Outro agrupamento diz respeito a concepção da Transexualidade necessariamente ligada ao desejo ou realização da cirurgia de redesignação sexual, o procedimento popularmente conhecido como mudança de sexo, por isso, o nomeamos de **Redesignação Sexual**. Ressalta-se que a própria portaria que institui o Processo transexualizador teve duas versões: uma em 2008⁴³ e outra em 2013⁴⁴, sendo que a primeira versão reforçava esta concepção de Transexualidade, o que limitava a assistência médica as travestis e as impediam de realizar o Procedimento de transgenitalização, Tal questão foi revista em 2013, compreendendo que a autodeterminação da identidade da população *T* possui um componente social no sentido do reconhecimento social e construção de componentes identitários, com isso a forma com que a pessoa se autodeterminada, Travesti ou Transexual, pode ter influência do meio em que é socializada e com as referências identitárias que as pessoas possuem, e não com os desejos e vontades de modificação corporal.

Já as respostas que não conseguimos nuclear nos grupos anteriores foram compreendidas como **Desvio**. Neste conjunto estão, no geral, as participantes que apresentaram respostas curtas que não permitiu captar maior precisão; o que há de comum nas respostas é certa ideia de mudança – seja sexo ou gênero – é a concepção de estar de determinada forma ou de outro modo.

43 Portaria Nº 1.707, de 18 de Agosto de 2008; e Portaria Nº 457, de 19 de Agosto de 2008.

44 Portaria Nº 2.803, de 19 de Novembro de 2013.

3.2.13 Comentários

Ao final da pesquisa abrimos um espaço para que as participantes pudessem falar abertamente sobre qualquer assunto que tivessem interesse, ou que acreditavam ser essencial ao desenvolvimento da pesquisa e que não havia sido abordado anteriormente. Abaixo apresentamos 3 (três) das 16 (dezesesseis) respostas que obtivemos; as respostas selecionadas contêm informações que buscamos atender durante a construção da dissertação, seja nos capítulos teóricos ou ao longo da análise do conteúdo obtido na pesquisa de campo. As demais respostas obtidas nesta etapa da pesquisa foram suprimidas do quadro 18 porque as participantes informaram não terem algo a acrescentar, ou se sentiam contempladas pelo questionário.

Quadro 18: Tem algo que queira nos contar e sente que não foi contemplado no questionário?

Resposta
Penso que um ponto crucial a ser refletido é sobre o preconceito no interior da categoria que muitas vezes limita o atendimento das pessoas LGBTQI+, dificultando ainda mais vivências trans. Além disso, há necessidade de aprofundar as discussões sobre sexo consubstanciadas a classe e raça compreensão ampla sobre como opera o modo de produção.
Quase todos os profissionais que trabalhavam comigo era travestis, transexuais ou da população LGBTQI+.
Sobre violência que sofrem no cotidiano e falta de suporte de políticas públicas que realmente atendam aos interesses e demandas da população em questão.

3.2.14 Observações

Durante a análise dos dados o pesquisador percebeu que a formulação das perguntas “*Atualmente você trabalha diretamente no atendimento à População de travestis e transexuais?*” e “*Já trabalhou no atendimento direto à População de travestis e transexuais?*”, podem ter gerado uma interpretação não planejada uma vez que o uso das palavras ‘diretamente’ e ‘direta’ podem ter gerado interpretação de que a pergunta questionava se a profissional atua ou atuou em serviço específico à População de travestis e transexuais, quando a intenção da pergunta era questionar se a profissional realizava atendimento ao público. O propósito era desvendar se o público alcançado exerce sua atividade laboral no atendimento à

população ou em espaços gerenciais, acadêmicos, ocupando cargos de coordenação, em assessorias, e etc.

Apesar desse possível problema de interpretação gerado pela escolha de palavras, a proposta central de identificar e colher informações sobre a relação de atendimento às demandas da População de travestis e transexuais foi alcançada nas perguntas abertas em que as profissionais puderam expressar as experiências através do atendimento ao público de Travestis e Transexuais. Tais experiência foram capturadas principalmente nas perguntas: *“Como surgiu a oportunidade de trabalhar com o público de Travestis e Transexuais?”*; *“Quais as principais demandas você atende no seu cotidiano de trabalho vinculadas à População de travestis e transexuais?”*; *“Quais as facilidades e dificuldades que você encontra cotidianamente para atender essa população?”*.

Minha navalha carrega o fio da vida
Minha voz clara rompe pelo ar
Eu cuidei das minhas feridas
A gente não vai recuar

Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei que eu mereço andar em paz

Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei, eu mereço andar em paz

Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço viver
Mereço amar
Mereço que parem

Todo dia morre mais de uma das minhas
Espero que isso mude
Espero que a raiva pare de andar ao meu lado
Espero que o medo pare de me acompanhar
Mas já tô cansada de esperar
Eu mereço parar de esperar
Por isso, ando com a minha navalha

Minha navalha carrega o fio da vida
Minha voz está cansada de gritar
Sei que o meu caminho é só de ida
E a gente não vai recuar

Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei, eu mereço andar em paz

Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço sorrir
Mereço amar
Andar em paz, eu mereço
Mereço viver
Mereço cantar
Andar em paz, eu mereço
Mereço que parem de me matar

Minha navalha carrega o fio da vida
(Andar em Paz - Urias)

Considerações Finais

Vyados que proliferam
Em locais frescos e arejados
De mendigos a doutores
Cercados por seus pudores
Caninos e mecanismos afiados
Fazem suas preces
Diante de mictórios: fé em pele de vício
Ajoelham
Rezam, genuflexório
Acordam pra cuspir plástico
e fogos de artifício
(Submissa do 7º Dia - MC Linn da Quebrada)

O Serviço Social se insere na vida cotidiana como uma profissão que atua na esfera material e imaterial da vida das pessoas, cuja intervenção demanda das expressões da questão social, mas não só nas manifestações relacionadas às necessidades materiais e ao pauperismo da população, também na esfera imaterial como o preconceito, a discriminação, a humilhação, as desigualdades étnico raciais e de gênero. A profissão direciona sua atuação para os processos de violência, violação de direitos e opressão que tem como base uma sociedade de classes, pautada em valores e concepções hierárquicas nas relações entre as pessoas.

Entretanto, o Serviço Social também contribui para o campo de produção de conhecimento, como vimos com o breve levantamento realizado nesta dissertação, e que demonstra certa quantidade de produções acadêmicas a respeito da interação do serviço social com a População de travestis e transexuais, seja estudando as interfaces profissionais com esta população. De todo modo, a latente produção deve contribuir para que a categoria profissional aprofunde o conhecimento sobre os princípios éticos que norteiam a profissão, e o seu projeto profissional, agregando assim o reconhecimento da luta das travestis e pessoas transexuais no seu cotidiano profissional e contribuindo para o alargamento da noção de cidadania.

A pesquisa demonstrou que as participantes em sua maioria, afirmam a escassez de conhecimento a respeito da atuação do Serviço Social com a População de travestis e transexuais, ou a ausência de uma formação profissional que contribua com maiores conhecimentos sobre a temática. Assim, parece haver aqui um paradoxo: a profissão produz conhecimento a respeito de uma área, mas este conhecimento não chega até a massa das profissionais. O que está em pauta aqui é o projeto profissional que tem sido hegemonicamente reiterado e qual é o real

interesse deste projeto em agregar as questões identitárias, principalmente, o que diz respeito às Travestis e Transexuais.

É inegável a preocupação da categoria profissional em apresentar respostas imediatas às demandas da População de travestis e transexuais, seja essa população usuária dos nossos serviços ou integrante da categoria profissional. Afinal, a profissão detém hoje três⁴⁵ resoluções que versam direta ou indiretamente sobre o assunto, sendo inclusive a primeira profissão a reconhecer o direito ou uso do nome social por assistentes sociais travestis e transexuais em suas Carteiras de Identidade Profissional.

Entretanto, também é evidente que a categoria profissional encara a produção de conhecimento nessa temática, e a atenção às demandas desta população de maneira secundarizada, como se a construção de outra ordem societária não passasse pela reconstrução de valores, princípios morais e elementos culturais. Tal fato pode ser visto na demora em apresentar parâmetros de atuação para as profissionais que atuam no Processo transexualizador, já que o processo data de 2008 e a Resolução CFESS nº 845 é de 2018, uma década para apresentar um posicionamento e um direcionamento para a atuação profissional nessa área.

Assim, conhecer os elementos que embasam a compreensão social dos Corpos travestis, transexuais e cisgênero parece estratégico para que a profissão possa romper com atuação tecnocrata, mecanizada, irrefletida, embasada e propagadora de valores e percepções normatizadoras, reguladoras e discriminatórias com esta parcela da população. O cotidiano profissional se constitui nos mesmos moldes da vida cotidiana defendida por Heller (2016), repleta de juízos provisórios, respostas imediatas e embasadas nas experiências profissionais anteriores, porventura experiências pessoais na ausência de conhecimentos adquiridos com embasamento acadêmico. Os valores que circundam a constituição dos corpos estão presentes na vida de todas as pessoas, independente de um processo formativo profissional, estas concepções de ser humano são adquiridas ao longo da histórica individual em outras instituições formativas, como à família,

45 Resolução CFESS nº 489/2006 (Estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional).
Resolução CFESS nº 615/2011 (Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional).
Resolução CFESS nº 845/2018 (Dispõe sobre atuação profissional do/a assistente social em relação ao Processo transexualizador).

religião, mídia, internet e associações, e muitas vezes apresentam imagens distorcidas e moralizadoras de comportamentos. Assim, a ausência de uma unidade no conteúdo, informações e direcionamento político na formação profissional no que tange às identidades de gênero dissidentes pode contribuir para o fortalecimento e perpetuação de práticas cerceadoras no interior da profissional.

Por meio da pesquisa de campo foi possível verificar o quanto as concepções sobre a Travestilidade e Transexualidade das assistentes sociais são construídas com base no que é socialmente difundido sobre esta população, muitas vezes a partir de uma visão cisnormativa e confusa, com base em experiências que não pertencem às Travestis e Transexuais. Por isso, politizar e tornar público aspectos da vida que são, ainda hoje, considerados privados se faz tão necessário. Tal ação não é uma tarefa simples e sem resistência, basta olharmos para toda retaliação que movimento feminista e LGBTI sofrem diariamente, já que mobiliza elementos constitutivos da identidade de todas as pessoas, e mexe com conteúdo e afetos de uma trajetória de vida que só pode ser modificada à partir do momento que há o contato com outras possibilidade de ser e existir, aqui entra o papel das faculdades e universidade em contribuir com insumos para a mudança de paradigmas e concepções de ser humano e sociedade.

O trabalho do Serviço Social requer uma capacidade reflexiva sobre os mesmos princípios éticos que regem a vida das pessoas cisgênero e que podem não ser compatíveis, ou legitimarem a experiência de vida das Travestis e pessoas Transexuais. Portanto é necessário que estes profissionais adquiram uma capacidade analítica para observar tais distinções; e sejam capazes de propiciar mecanismos de fortalecimento e reconhecimento da experiência Travesti e Transexual, ou como Vidarte nos diz de uma Ética Bixa. Para tanto, a formação profissional precisar propiciar um sólido conhecimento, com princípios éticos bem delimitados e articulados com um projeto profissional que visa a emancipação humana, e a uma sociedade livre de preconceitos.

Outro elemento que a pesquisa de campo nos possibilitou demonstrar foi evidenciar que, independentemente de as profissionais trabalharem em serviços especializados no atendimento à População de travestis e transexuais, o contato com esta população ocorrerá. Algumas das demandas apresentadas por esta parcela da população é transversal a toda população, sendo atendidas pelas

diversas políticas públicas como assistência social, saúde, habitação, ou pelo poder judiciário através das Defensorias Públicas e Tribunais de Justiça. Deste modo, não é possível delegar ao campo de trabalho a responsabilidade formativa, ou de educação continuada. A categoria profissional precisa adotar uma postura ativa por meio de suas instâncias representativas para a circulação do conhecimento acumulado no interior da área. Ressalta-se que a profissão detém um rico material sobre ética, população LGBTI e a atuação profissional com essa parcela da população, portanto, o desafio se coloca na operacionalização e difusão desses conteúdos para a massa de profissionais.

Por se tratar de uma profissão e não de uma ciência, o Serviço Social se utiliza de conhecimentos de outras áreas para qualificar suas análises e atuação profissional. Deste modo, a constituição de equipes multiprofissionais contribui para o exercício de abertura para outros conteúdos e conhecimentos, bem como a sua articulação para a compreensão da realidade social em que a profissional irá atuar, fazendo com que as assistentes sociais adquiram e articulem conhecimentos nas áreas do direito, sociologia, antropologia, psicologia social, por exemplo. Entretanto, o modo como tais conteúdos são articulados e aplicados apresenta a particularidade de uma formação em Serviço Social, o que traz um diferencial para o trabalho executado e impacta a população de outro modo.

O trabalho com a População de travestis transexuais propicia um processo de crítica sobre os padrões sociais que compõe o imaginário da profissão, e que de algum modo as profissionais colaboram com a manutenção. Entretanto, a partir da crítica, algumas assistentes sociais contribuem com transformações na cultura institucional dos seus espaços sócio-ocupacionais, propiciando que profissionais reconheçam violências institucionais, como desrespeito a identidade de gênero das pessoas e à dificuldade desta população acessar serviços e ter seus direitos garantidos. Além de favorecer processos de desconstrução de ordenamentos morais em seus locais de trabalho.

Concluindo, o Serviço Social é profissão que tem uma dimensão propositiva na realidade social, fato que contribui para que a profissão constitua um direcionamento ético-político através de um projeto profissional. Esse direcionamento social deve se reconhecer e se apropriar de diferentes questões identitárias para que tenha uma atuação qualificada com à População de travestis e

transexuais, já que em sua maioria os princípios éticos generalistas e socialmente difundidos contribuem com o processo de segregação e discriminação dessa parcela da população. A superação desses valores no interior da profissional só é possível a partir de análises e reflexões sobre as bases que nos constituem enquanto pessoas e profissionais, através do reconhecimento das concepções de mulher e homem, bem como os entendimentos sobre os seus corpos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>> acesso em 25 fev 2020.

_____. DOSSIÊ: ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2018. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). - Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE. 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 25 fev 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2016.

BARP, Luiz Fernando Greiner. O discurso dos perversos: praticantes de BDSM em busca de legitimação. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 3, e61986, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300805&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 Jul 2020.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. acesso em 27 jan 2020.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html> acesso em 25 fev 2020.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html> acesso em 27 jan 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BUTLER, Judith P. *Corpos que importam*/ Judith Butler; tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. - São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019a.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*/ Judith Butler; tradução de Renato Aguiar. – 17ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b. – (Sujeito e História)

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes... [et al.]. - Brasília: CFESS, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares

para os Cursos de Serviço Social. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf
> Acesso em 21 Set 2020.

DREHMER, Luciana Balestrin Redivo; FALCAO, Carolina Neumann de Barros. Para Além da Concepção Binária Cis-heteronormativa: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, n. spe3, e228536, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000700306&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Ago 2020

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HELLER, Agnes. 1929 – O cotidiano e a história/ Agnes Heller; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. - 11ª ed. - São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. - 9ª ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

JARDIM, Juliana Gomes. Deveriam os estudos Queer falar em cis-heteronormatividade? Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. *Anais do 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero*, 2016 jul. 19-21; Vitória, Brasil. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo; 2016. p.21. Disponível em: <http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf> Acesso em 22 de Ago de 2020.

LEITE JR., J. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: Pesquisa qualitativa: um instigante desafio / Maria Lúcia Martinelli (org.). - São Paulo: Veras Editora, 1999. - (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte/ Achille Mbembe; traduzido por Renata Santini. - São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (Org.). Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres/Nova York: Routledge, 1994. p. 813 - 830.

MOTA, Ana E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Revista Katálysis (Impresso), v. 1, p. 17-27, 2013. Disponível em <<http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/metodologia-da-pesquisa-2019.1/texto-da-professora-ana-elizabete-mota>> Acesso em 23 Ago 2020.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2011.

PINTO, C. R. J. O novo feminismo nasce na ditadura. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, M. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008 – (Preconceitos; V.5).

PRECIADO, Paul B. (Beatriz). Manifesto Contrassexual/ Paul B. Preciado; tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. – São Paulo: n-1 edições, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova, São Paulo, n. 39, p. 105-124, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 mar 2020.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: Revisitando uma história. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol.12, n.2, maio/agosto, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003&lng=pt&nrm=iso> acesso em 03 Ago 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. - 23^a. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2007.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia/ Marilyn Strathern; André Villalobos, tradutor. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

VIDARTE, Paco. Ética Bixa: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ / Paco Vidarte traduzido por Maria Selenir Nunes dos Santos, Pablo Cardellino Soto. - São Paulo: n-1 edições, 2019.